

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

**JUVENTUDE E SEGREGAÇÃO URBANA EM BELO
HORIZONTE: um estudo de trajetórias e representações sociais no
Conjunto Taquaril**

Claudinéia Aparecida Pereira Coura

Belo Horizonte

2009

Claudinéia Aparecida Pereira Coura

**JUVENTUDE E SEGREGAÇÃO URBANA EM BELO
HORIZONTE: um estudo de trajetórias e representações sociais no
Conjunto Taquaril**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C858j	<p>Coura, Claudinéia Aparecida Pereira Juventude e segregação urbana em Belo Horizonte: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril / Claudinéia Aparecida Pereira Coura. Belo Horizonte, 2009. 140f. : Il.</p> <p>Orientadora: Luciana Teixeira de Andrade Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.</p> <p>1. Segregação. 2. Juventude – Belo Horizonte (MG). 3. Reconhecimento (Psicologia). 4. Interação social. I. Andrade, Luciana Teixeira de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 323.12</p>
-------	--

Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas: de responsabilidade do autor.

Claudinéia Aparecida Pereira Coura

Juventude e segregação urbana em Belo Horizonte: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade – PUC Minas
Orientadora

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa - UFMG

Profa. Dra. Magda de Almeida Neves – PUC Minas

Belo Horizonte, 23 de março de 2009.

Dedico este trabalho ao meu grande pai (in memória). À minha família, em especial, à minha querida mãe, pela cumplicidade e amor. Às grandes amigas Margarida e Yayá, pelo incentivo e apoio desmedidos, imprescindíveis nesta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à professora Luciana Teixeira de Andrade pela orientação precisa e dedicada e principalmente pela paciência.

À professora Magda de Almeida Neves pelas contribuições trazidas em minha banca de Qualificação.

Às professoras Alessandra Sampaio Chacham e Juliana Gonzaga Jayme, por terem possibilitado me aproximar da técnica de Grupo Focal e pela atenção dedicada.

Aos funcionários Ângela, Valéria e Guilherme pelo carinho e pelo cuidado no atendimento às minhas solicitações, por vezes, aflitas.

Agradeço à Carolina, aluna do curso de Ciências Sociais da PUC Minas (ex-estagiária da professora Luciana), pelo grande auxílio no acompanhamento de parte do meu trabalho de campo.

Aos colegas (amigos) de curso, em especial, à Denise, Ninon, Carlúcia, Guilherme e Cristiano pela cumplicidade e pela convivência generosa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que viabilizou os dois anos de pesquisa.

Agradeço ao Renato de Paula Abreu pelas trocas acadêmicas e pelo rico diálogo travado em torno do Estudo de Caso em questão. Agradeço pela paciência e pelo estímulo.

Ao “guerreiro” Pedro, jovem morador do Conjunto Taquaril, que me ajudou a viabilizar o trabalho de campo e me mostrou a riqueza do lugar.

Agradeço aos técnicos e educadores dos programas e projetos pesquisados, pelas informações prestadas e por terem me recebido com tanta atenção. Agradeço também ao Grupo de Mobilização do Programa Fica Vivo, em especial, ao Luiz e à Fernanda, lideranças juvenis do Conjunto Taquaril.

Agradeço aos amigos do Programa BH Cidadania e da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos da PBH, pelo incentivo e carinho recebido. A todos os meus amigos e amigas, em especial, ao Emerson, ao Barão e ao Paulo, por terem estado mais próximos nos últimos dois anos.

Por fim, agradeço a todos os jovens entrevistados pelo tempo dedicado e pelo interesse demonstrado pela pesquisa.

“O mundo oferece as possibilidades, o lugar oferece as ocasiões”.
Milton Santos

RESUMO

Esta dissertação procurou investigar as implicações objetivas e subjetivas da segregação urbana em torno das trajetórias de jovens moradores de periferia a partir de suas percepções e representações sobre as formas de diferenciação social presentes no espaço urbano. Partiu-se do princípio de que o lugar de moradia, as representações construídas acerca dele e sua dinâmica influenciam a forma como os jovens se reconhecem, se projetam e se apropriam dos espaços da cidade. O estudo de caso foi realizado com jovens moradores do Conjunto Taquaril, típico loteamento periférico, localizado na cidade de Belo Horizonte. A metodologia adotada contou com a técnica da observação participante, do grupo focal e da entrevista individual. Além destes procedimentos, foi realizado um levantamento documental em torno da história e morfologia do Conjunto. Por meio da metodologia utilizada, foi possível se aproximar das vivências cotidianas dos jovens pesquisados, dentro e fora do Conjunto Taquaril, revelando as dimensões presentes entre sociabilidade e segregação urbana e o impacto deste fenômeno sobre as trajetórias dos jovens e sobre suas perspectivas de futuro. Uma questão importante abordada foi a forma como os jovens experenciam e lidam com o estigma territorial que permeia o cotidiano das periferias urbanas. Verificou-se que os imperativos da segregação urbana se fazem presentes não apenas na observância das adversidades materiais existentes nos espaços segregados, mas encontra na dimensão simbólica um forte elemento que dificulta a mobilidade dos jovens no espaço físico e social.

Palavras-chave: Segregação urbana. Juventude. Reconhecimento social. Sociabilidade.

ABSTRACT

This work aims to investigate the implications of objective and subjective urban segregation around the trajectories of young people living in peripheral neighborhoods in great cities. Their perceptions and representations of the forms of social differentiation in the urban space. It was assumed that the place of residence, the representations made about it and its social practices relates to the ways young people recognize and project themselves. This relationship also reflects in the feelings of ownership of the spaces of the city. To reach these objectives the study case was conducted with young residents of the Conjunto Taquaril, typical peripheral settlement in the city of Belo Horizonte. The methodology involved the technique of participant observation, focus group and individual interviews. As so, was done documentary research on the history and morphology of Conjunto Taquaril. The methodology made possible an approach the everyday experiences of young people in and outside Conjunto Taquaril, revealing the dimensions of social and urban segregation and the impact of this phenomenon on the trajectories of young people and on their future perspectives. A major issue on this work was how young people experience and deal with the territorial stigma that permeates the life of urban neighborhoods. It was verified that urban segregation are present not only in materials adversities in segregated areas, but is also a strong symbolic element breaking mobility of young people in physical and social space.

Key-words: Urban segregation. Youth. Social recognition. Sociability.

LISTA DE FIGURAS

MAPA 1 Localização do Conjunto Taquaril.....	60
MAPA 2 Equipamentos públicos municipais do Conjunto Taquaril.....	68

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Córrego Olaria	61
FIGURA 2 Córrego Olaria.....	62
FIGURA 3 Vista do Setor 5 com Setor 3.....	63
FIGURA 4 Fundo de Vale.....	64
FIGURA 5 Setor 11. Área com alta declividade.....	65
FIGURA 6 Rua Prado.....	66
FIGURA 7 Rua Teixeira dos Anjos com Rua JK. Principal área do comércio local....	69
FIGURA 8 Vista parcial do Conjunto Taquaril a partir do setor 8.....	91
FIGURA 9 Setor 11. Área sem infra-estrutura.....	92
FIGURA 10 Praça Che Guevara, setor 8.....	103
FIGURA 11 Palco Zumbi dos Palmares.....	104
FIGURA 12 Pista de <i>skate</i>	105
FIGURA 13 Feira de Economia Solidária.....	106
FIGURA 14 Feira de Economia Solidária.....	106
FIGURA 15 Feira de Economia Solidária – Grupo de Capoeira local.....	107

LISTA DE SIGLAS

AH - Áreas Homogêneas

ASSPROM - Associação Profissionalizante do Menor

CAC-VC - Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz

CODEURB - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais.

CRISP – Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG

ENGESOLO - Engenharia de Solos

FAMOBH - Federação das Associações de Bairros e Favelas de Belo Horizonte

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG – Organização não governamental

OP - Orçamento Participativo

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PSB - Política Social Básica

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCMinas- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SMAAB - Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento

SMAAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

SMPS - Secretaria Municipal de Políticas Sociais

SVC - Serviço Civil Voluntário

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SITUANDO AS TEMÁTICAS DA POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO URBANA: VELHOS PROBLEMAS, NOVAS CONFIGURAÇÕES.....	18
2.1 A pobreza como categoria analítica: primeiras considerações.....	19
2.1.1 Pobreza e desigualdade social: duas faces de um mesmo problema.....	22
2.2 Por que somos desiguais?: “A invisibilidade da desigualdade brasileira” e sua conformação na vida cotidiana.....	28
2.2.1 A “ralé” no/do Brasil contemporâneo.....	35
2.3 Pobreza, desigualdade social e a dimensão espacial: o problema da segregação urbana.....	39
2.3.1 As diferenciações sociais no espaço urbano e suas implicações.....	40
2.3.1.1 “Onde você mora?”: notas sobre o estigma territorial e seu impacto no cotidiano dos moradores.....	47
3 A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONJUNTO TAQUARIL: REFLEXÕES ACERCA DO NOSSO ESTUDO DE CASO.....	51
3.1 A formação da cidade de Belo Horizonte e a produção de suas “ralés”.....	52
3.1.1 Entre trancos e barrancos: a configuração do Conjunto Taquaril.....	55
3.1.1.1 Descrição do Conjunto	59
3.2 Refletindo sobre a dinâmica do lugar a partir dos sujeitos da pesquisa.....	70
3.2.1 Os jovens da pesquisa: uma aproximação.....	75
3.2.2 Imagens e sentidos do lugar: algumas implicações.....	79
4 JUVENTUDE, SOCIABILIDADE E RECONHECIMENTO.....	94
4.1 Percepções sobre as diferenças sociais e as interações possíveis no Conjunto Taquaril e na cidade	

4.1.1 O significado dos projetos e programas sociais para os jovens.....	96
4.1.2 Sociabilidade e experiências da (des)igualdade.....	102
4.1.3 (Sobre)vivências: as (im)possibilidades presentes e futuras para a juventude do Conjunto Taquaril.....	117
5 CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE.....	138

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as cidades, sobretudo as metrópoles, constituem um cenário marcado pelas contradições da sociedade contemporânea e expressam, em grande medida, a forma como se processa a dinâmica social característica do país. Ao lado das crescentes transformações proporcionadas pela estrutura que as grandes cidades comportam e pela sua inserção no mercado globalizado, encontram-se vários problemas que assolam a vida urbana como a violência, o crescimento da criminalidade, o desemprego, a poluição, o déficit habitacional, entre outros. As cidades, por serem áreas de grandes aglomerações de pessoas, também concentram grandes problemas e mazelas. Fenômenos como a pobreza e a desigualdade social, fortemente presentes no país e que estão longe de serem suprimidos, manifestam-se de forma ainda mais contrastante nos centros urbanos, não apenas pelo fato de as grandes cidades agregarem mais pobres do que as áreas não urbanas, mas principalmente porque a reprodução destes fenômenos também se dá pela reprodução da forma urbana das condições de vida da população (LAVINAS, 2002; ROCHA, 2006).

O modo de vida urbano propicia a disseminação de expectativas de um padrão socio-cultural propagado pelos vários canais de comunicação e pela maior exposição dos indivíduos aos signos de consumo presentes nas cidades. Por outro lado, grande parte da população não dispõe dos meios necessários para a apropriação de tal padrão, apesar de estar exposta a ele da mesma forma que outros grupos sociais. Os grandes centros urbanos demonstram “[...] a face mais aguda dos desafios de uma sociedade que consolida a democracia e homogeneiza seus valores, crenças e expectativas republicanas, mas, ao mesmo tempo, mantém, aumenta e dá maior visibilidade às desigualdades sociais” (RIBEIRO, 2005, p. 68). No Brasil, “convivem a metrópole moderna ou até mesmo a pós-moderna [...] com outras formas urbanas que refletem relações assimétricas no território” (BRANCO, 2007, p. 101). Vários estudos se debruçaram sobre as condições às quais os pobres urbanos vêm se submetendo ao longo dos anos. O contraste existente nos modos de apropriação da cidade e do modo de vida urbano se expressa na forma da segregação desencadeada pelo modo de produção do espaço e sua reprodução pelas relações sociais.

Os estudos sobre segregação urbana no Brasil destacam os inúmeros impactos da forma de organização territorial sobre a vida dos moradores residentes nas periferias urbanas e sobre a

forma como esses moradores se percebem e interagem nos espaços públicos. Como destacam Ribeiro e Santos Junior (2003, p. 84), a estrutura urbana expressa “[...] as desigualdades existentes em uma cidade ao acesso aos recursos materiais materializados no espaço urbano em razão da localização residencial e da distribuição desigual dos equipamentos, serviços urbanos, da renda monetária e do bem-estar-social”. Mas os efeitos da segregação urbana não se manifestam tão somente no acesso desigual aos bens e serviços dispostos na cidade. A dimensão imaterial deste fenômeno também tem sido destacada como um fator importante para a compreensão de suas implicações sobre a forma de integração dos indivíduos moradores de áreas segregadas ao todo social e sobre a dinâmica comunitária presente nestes lugares (WACQUANT, 2001; KAZTMAN, 2001; RIBEIRO, 2005). Fatores como os efeitos da estigmatização e discriminação das periferias urbanas, sobretudo das favelas, a perda de vínculos sociais, a projeção da autoimagem do morador como um indivíduo inferior, entre outros, são fundamentais para a compreensão dos processos de segregação.

Nos últimos anos, o modelo de segregação centro-periferia¹, preponderante na maioria das grandes cidades até a década de 80, tem se mostrado, com frequência, justaposto a uma forma de organização espacial caracterizada por uma maior proximidade física de grupos sociais desiguais. No entanto, esta proximidade não corresponde a um maior contato entre os grupos (CALDEIRA, 2000; PASTERNAK, 2004). O caso mais eminente nos centros urbanos é a presença de favelas bem próximas aos prédios de moradores das classes média e alta. As distâncias sociais são, portanto, reforçadas neste modelo de organização espacial desencadeando, inclusive, violências simbólicas até mesmo mais degradantes do que os constrangimentos materiais impostos aos grupos sociais desfavorecidos. Ao recorrer ao que o autor chama de “matriz sociocultural híbrida”, Ribeiro (2005) destaca a pertinência do modelo de classificação social brasileiro que, constantemente, se reatualiza nas grandes cidades. Embora as favelas tenham absorvido, nos últimos anos, melhores condições urbanas e, em alguns casos, até se equivalendo às condições dos bairros, ainda “[...] assim permanece em nossa sociedade o reconhecimento social da existência de mundos socialmente distantes” (RIBEIRO, 2005, p.52). Segundo Ribeiro (2005), o conjunto de moradores das periferias urbanas é representado como um mundo diferente “[...]”

¹ Este modelo é caracterizado, principalmente, pela forma de disposição das classes sociais no espaço urbano, onde as classes média e alta se distribuem nos bairros centrais, legalizados e bem equipados, e as classes populares se localizam na periferia, precária e quase sempre ilegal (CALDEIRA, 2003).

onde a organização social e as práticas sociais são fundadas em princípios, normas e valores diferentes dos ‘de cima’, ‘dos brancos’, ‘dos letrados’, ‘dos ricos’” (RIBEIRO, 2005, p.55-56). Esta representação pode incidir sobre a própria forma como estes moradores se percebem e se projetam nos espaços, reproduzindo a dominação social preponderante na sociedade brasileira.

Tendo em vista os processos de segregação presentes nos grandes centros urbanos e seus impactos sobre a dinâmica social, interessa-nos saber como os atores sociais mais afetados por estes processos experenciam e percebem o lugar social de que dispõem e a forma como sobrevivem no espaço urbano desigual. Sabe-se que os fenômenos da pobreza e da desigualdade interferem de modo mais efetivo sobre a vida de determinados segmentos da sociedade. Vários estudos têm ressaltado as condições de vulnerabilidade social nas quais grande parte da população jovem brasileira está imersa, principalmente a juventude urbana. Ao mesmo tempo, os jovens são os atores sociais mais aptos para lidar com os signos culturais e tecnológicos presentes nos espaços urbanos, ainda que se considere que a condição juvenil não se estabelece como homogênea e que exista uma multiplicidade de fatores que interferem no modo como cada jovem irá experimentar o mundo que o cerca (DAYRELL, 2003; SPÓSITO, 1997; PERALVA, 1997; ABRAMO, 1994). Nos últimos anos, os modelos de socialização têm sido pesquisados para além das instâncias tradicionais de educação como a família e a escola que hoje dividem espaço e importância com uma pluralidade de mundos sociais presentes, sobretudo nas grandes cidades (SETTON, 2005). Ao refletir sobre os processos de socialização aos quais a juventude pode se submeter na contemporaneidade, entende-se que a condição juvenil, marcada por um conjunto de variantes, também encontra na dimensão do lugar de moradia um fator importante na construção de sua trajetória. Parte-se do princípio de que a forma como os jovens se auto-reconhecem e a forma como veem as configurações sociais vigentes na sociedade interferem na interação que estabelecem com os próprios pares e com os outros atores e na forma de apropriação dos espaços “imediatos” (espaços do bairro) e nos espaços da cidade. Até que ponto este reconhecimento interfere na sociabilidade e/ou no cerceamento da mobilidade do jovem nos espaços urbanos?

Esta dissertação, portanto, se propõe a refletir sobre a relação entre segregação urbana, juventude, reconhecimento social e sociabilidade. Para isso, abordaremos como foco principal as implicações objetivas e subjetivas da segregação urbana sobre as trajetórias de jovens de periferia a partir de suas percepções e representações sobre as formas de diferenciação social presentes no

espaço urbano por meio da pesquisa do Conjunto Taquaril, localizado na cidade de Belo Horizonte.

Criado em 1987, o Conjunto constitui um típico loteamento periférico caracterizado pela presença de condições precárias, principalmente no que diz respeito à infraestrutura, mas que também congrega uma história de reivindicações dos moradores frente aos imperativos do processo de espoliação urbana existente na cidade. A partir do objetivo principal, a dissertação também procurou:

- Compreender como o jovem experencia e percebe o lugar de moradia e a cidade num contexto de desigualdade e segregação urbana;
- Aproximar-se da forma como os jovens experenciam a dimensão do estigma territorial do lugar de moradia;
- Compreender como se dão as formas de interação e ajustamento/subversão do jovem da periferia com a cidade e com a própria sociedade; e
- Aproximar-se da forma como os jovens se (re)conhecem e se projetam e da forma como percebem as diferenciações sociais presentes no espaço urbano e na sociedade.

Ao pretender estudar a temática da segregação numa dada unidade espacial e com um dado segmento social, estamos considerando que a especificidade do estudo em questão poderá trazer contribuições para uma reflexão mais ampla do fenômeno. Desta forma, é importante esclarecer que a presente pesquisa trata-se de um Estudo de Caso. Este método ou abordagem, como alguns autores preferem denominar, é bastante difundido nas Ciências Sociais. O Estudo de Caso pode ser definido como “uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes” (YIN, 1984, p. 23 *apud* MAZZOTTI, 2006, p. 643).

Tal abordagem ou método pode variar dependendo do tipo de problema proposto. Dentre os tipos, destacamos o Estudo de Caso Instrumental² que busca, por meio de uma investigação mais próxima e exaustiva, a compreensão de uma problemática mais abrangente. Nele, a possibilidade da emergência de *insights* sobre o estudo apresenta-se muito favorável, já que a compreensão dos processos sociais complexos perpassa pela significação e apreensão de eventos da vida cotidiana. Este método é geralmente usado quando as questões dizem respeito ao como e ao porquê, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se

² Robert Stake (2000) diferencia três tipos de Estudo de Caso, a saber: Intrínseco, Instrumental e Coletivo.

dirige a um fenômeno contemporâneo (MAZZOTTI, 2006). Apesar de o Estudo de Caso ser organizado em torno de um número pequeno de questões, estas se referem às relações complexas e situadas. Segundo Becker (1999), o Estudo de Caso tem como objetivo, por um lado, tentar se aproximar de uma compreensão abrangente do grupo ou comunidade em estudo e, por outro, procurar desenvolver proposições teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais. Nesta perspectiva, é importante atentar para o fato de que um caso como uma unidade específica se caracteriza como um sistema delimitado cujas partes são integradas (MAZZOTTI, 2006).

O Estudo de Caso como uma abordagem analítica pode convergir vários métodos de pesquisa, podendo ser caracterizados como quantitativos ou qualitativos. A observação participante, na qualidade de método, permite, como apontam Riley e Nelson (1976), dar ênfase à dinâmica do contexto e dos sujeitos pesquisados e, ao mesmo tempo, pela focalização, possibilitar um olhar sobre a forma como os indivíduos se ajustam no interior das coletividades. A observação foi utilizada na pesquisa por meio de visitas ao Conjunto Taquaril realizadas durante o ano de 2008. Nestas visitas, foi possível a aproximação da dinâmica do lugar, além de ter sido viabilizado o contato com os moradores mais velhos por meio de conversas informais. Simultaneamente foi realizada pesquisa documental na Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), a fim de investigar a história do Conjunto, bem como descrever sua morfologia.

No que diz respeito aos sujeitos da pesquisa, optou-se por utilizar a técnica do Grupo Focal por ter demonstrado ser mais apropriada para os objetivos da pesquisa. Esta técnica, como destacam Morgan e Krueger (1993), tem como princípio captar a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações. Comparando com a pesquisa individual, o Grupo Focal possibilita a apreensão de processos e conteúdos cognitivos, mais coletivos, portanto, menos idiossincráticos e individualizados (GATTI, 2005). Acredita-se que a técnica do Grupo Focal tenha permitido viabilizar a expressão de experiências que poderiam ser pouco desenvolvidas em entrevistas individuais. Foram realizados três grupos focais compreendendo três perfis de jovens de 15 a 24 anos: jovens inseridos em projetos/programas sociais; jovens que não estudam nem trabalham; e jovens que apenas trabalham. Além dos grupos focais também foram realizadas entrevistas individuais com algumas lideranças juvenis do Conjunto. A opção por entrevistá-las se deu em função de conversas

realizadas ao longo da pesquisa em campo que demonstraram a necessidade de obter outros pontos de vista a partir de um outro perfil de entrevistados: os jovens engajados.

Para que o trabalho pudesse atingir os objetivos enunciados, a dissertação se estruturou em três partes. No primeiro capítulo é trazida a discussão sobre a pobreza e a desigualdade social, focalizando, num primeiro momento, conceitos e fundamentos estruturais de tais fenômenos para a reflexão de sua (re)configuração na atualidade. Num segundo momento, são refletidos os mecanismos por meio dos quais as distinções sociais são legitimadas e reproduzidas. Para isso, é utilizada a abordagem de Jessé Souza sobre a construção do valor diferencial e do reconhecimento social de indivíduos e grupos sociais. Por último, focalizou-se a dimensão espacial para a conceituação e problematização da segregação urbana e suas implicações. Para isso, foi feita uma introdução em torno do processo de produção do espaço urbano para, em seguida, discutir os processos de segregação.

O segundo capítulo se aproxima do estudo de caso por meio da descrição da produção social do Conjunto Taquaril. Posteriormente, são apresentadas a inserção no campo e as primeiras análises da pesquisa com os jovens. São discutidas as representações em torno do Conjunto presentes na sociedade relatadas pelos jovens e os impactos desta representação sobre a vida cotidiana dos moradores. São enfatizadas, neste momento, principalmente as práticas e a dinâmica interna do Conjunto.

Já no terceiro capítulo, é retomada a abordagem de Jessé Souza discutida no primeiro capítulo para uma reflexão sobre a relação entre reconhecimento social e sociabilidade urbana. Posteriormente é incorporada a importância das instâncias de socialização presentes no Conjunto Taquaril para pensarmos sobre como os jovens se reconhecem e se projetam nos espaços da cidade frequentados e evitados por eles. Por fim, são discutidas as implicações do lugar de moradia sobre a condição juvenil no Conjunto e sobre as perspectivas e possibilidades para o futuro dos jovens pesquisados.

2 SITUANDO AS TEMÁTICAS DA POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO URBANA: VELHOS PROBLEMAS, NOVAS CONFIGURAÇÕES

Como já dizia o grande escritor Guimarães Rosa (2001), “viver é negócio muito perigoso” e as formas de (sobre)viver, especialmente, nas grandes cidades, são muito variadas e dependem, sobretudo, da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social. Quando nos reportamos à realidade dos pobres no espaço urbano atual, somos levados a pensar que viver da forma como vivem é ainda mais perigoso, principalmente pelo fato de que sobre eles recai um imaginário coletivo que os coloca numa condição inferior, manifesta nas mais variadas instâncias da vida social, sobretudo na dimensão cotidiana. Além dos constrangimentos objetivos, materializados na ausência de condições para a viabilidade de um padrão de vida digno e equitativo, os pobres do país também vivenciam os constrangimentos subjetivos ancorados na legitimidade do valor diferencial do indivíduo substanciado pelo processo de construção da desigualdade social no Brasil.

Para iniciar a discussão a que este trabalho se propõe, o presente capítulo tem como objetivo situar os fenômenos da pobreza e desigualdade social e suas performances no contexto atual e as implicações da segregação urbana. Para tanto, será feita num primeiro momento uma discussão em torno da categoria pobreza para a reflexão de suas múltiplas formas de manifestação. Atrelada a essa discussão, serão relacionadas pobreza e desigualdade social e as configurações desta inter-relação para refletirmos sobre o caso brasileiro, já que estes fenômenos são indissociáveis quando nos remetemos a um ponto de vista mais dialético e dinâmico sobre os mesmos. Para expor os fundamentos que perfazem todo o trabalho, será introduzida uma discussão de suma importância para a compreensão da construção do valor diferencial dos indivíduos e, portanto, da legitimidade da desigualdade social no Brasil. Para este intento, privilegiamos os estudos desenvolvidos por Jessé Souza sobre tal problemática. Por fim, refletiremos sobre as condições sociais nas quais uma grande parcela da população brasileira está “submersa” e suas implicações na conformação da vida cotidiana por meio da discussão sobre a produção do espaço e a segregação urbana.

2.1 A pobreza como categoria analítica: primeiras considerações

A pobreza no Brasil é um dos grandes problemas que perfazem a história do país e se configura objeto recorrente de estudos acadêmicos nas mais variadas áreas e de diversas intervenções, sejam elas estatais ou oriundas da sociedade civil organizada ou de organismos internacionais. É inegável dizer que a pobreza não seja uma questão social premente e visibilizada pelos diversos canais de propagação da informação e de instâncias socializadoras. Embora seja perceptível a existência de um nível de intolerância ao problema da pobreza insuficiente para mobilizar a sociedade como um todo, acredita-se que todos partilham da ideia de que ela deve ser combatida e suas drásticas consequências minimizadas. No entanto, a forma de concebê-la é muito variável. Como aponta Lavinias (2002), nos últimos anos a pobreza vem sendo redefinida conceitualmente em sua forma e constitui-se hoje, caracteristicamente, urbana ou urbana-metropolitana como destaca Ribeiro (2003).

Ainda que a pobreza já tenha sido tomada e medida unicamente pela variável renda, ela se configura muito mais como um fenômeno relativo, levando-se em conta o contexto e a ordem social vigente. Ela deixa de ser ancorada apenas em aspectos quantitativos para ser tomada como um estado de destituição de habilidades capazes de mobilizar recursos para alterar um estado de ausência de bem-estar ou de níveis de sobrevivência incompatíveis com o modo de vida médio do restante da população (LAVINAS, 2002). Ser pobre significa “não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2006, p. 11). Lavinias (2002) destaca a contribuição de Simmel como um dos fundadores da sociologia da pobreza ao referir-se a ela como uma reação da sociedade e, portanto, um fenômeno, eminentemente, relacional, embora o autor tenha discutido, exaustivamente, acerca de um tipo social específico num contexto em que a assistência social se constituía de maneira diferente de como a conhecemos hoje. Para Simmel (2002), não interessa, do ponto de vista sociológico, falar de qualquer pobre. O pobre que provoca uma reação social é aquele que recebe o socorro, a assistência. Os pobres que não são socorridos não estabelecem o caráter relativo do conceito de pobreza. Considerar que é pobre aquele que não possui recursos para satisfazer suas necessidades básicas é reduzir o conceito a um critério subjetivo, pois não é tarefa fácil elencar uma medida da necessidade. Como aponta Rocha (2006), a operacionalização desta medida é complexa, já que é necessário especificar quais

seriam essas necessidades e qual o nível ideal de sua satisfação. Segundo Simmel (2002), cada contexto, cada classe social possui suas necessidades básicas e o fato de não satisfazê-las pode significar um estado de pobreza. Ou seja, para cada classe há uma medida, podendo haver uma pessoa individualmente pobre, sendo socialmente rica. Mas, como aponta o autor,

A relatividade da pobreza não significa a relação dos recursos individuais com os fins individuais efetivos – isto é algo absoluto e, em seu sentido interno, independente de quanto está mais além do indivíduo - senão com os fins do indivíduo segundo sua classe, com sua prioridade social, que varia de classe para classe. (Simmel, 2002, p. 240, tradução nossa)³.

Esta referência nos leva a refletir sobre qual seria, então, o limite inscrito entre a pobreza e a riqueza. Ou seja, a pobreza e a riqueza existem no interior de todas as classes e sua perda ou aquisição pode refletir para os seus membros desqualificação ou *status*, pois alguém é pobre ou rico se comparado com o outro. Para Simmel, o pobre, como categoria sociológica, “não é o que sofre determinadas deficiências e privações, senão o que recebe socorros ou deveria recebê-los, segundo as normas sociais.” (Simmel, 2002, p. 243)⁴. A pobreza, como uma construção social, é, sobretudo, o produto de uma reação como já destacado. Este enfoque de método é o mesmo utilizado por Durkheim ao definir o delito por meio do castigo, ou seja, pela reação que produz e não por seu conteúdo ou essência. Segundo Simmel (2002, p. 243)⁵, “o estado individual, a estrutura interna, não determina já, em primeiro lugar o conceito, senão que este corresponda à teleologia”. O individual fica determinado pelo modo como reage a ele, a totalidade que o cerca. Para o autor, o pobre desempenha uma função determinada dentro da sociedade. Esta função, segundo Simmel (2002), não é desenvolvida pelo simples fato de o indivíduo ser pobre, mas sim quando a totalidade aciona uma ação frente a ele. O socorro, assim como o castigo no caso do delito, determina a categorização do pobre pela sociedade. O reconhecimento da pobreza como um fenômeno inscreve nas sociedades modernas a inclusão da categoria do pobre como aquele que se encontra numa determinada situação de privação que o torna passível de receber assistência. Quando o indivíduo aceita receber socorro, ele passa da condição relacionada a uma

³ La relatividad de la pobreza no significa la relación de los recursos individuales con los fines individuales efectivos – esto es algo absoluto y, en su sentido interior, independiente de cuando está más allá del individuo – sino con los fines del individuo segun su clase, con su a prior social, que varía de clase a clase.

⁴ No es el que sufre determinadas deficiências y privaciones, sino el que recibe socorros o debería recibirlos, según las normas sociales.

⁵ El estado individual, la estructura interna, no determina ya, em primer lugar, el concepto, sino que esto corresponde a la teleología.

determinada categoria para tornar-se pobre socialmente. Para Simmel (2002), esta transição pela qual passa o indivíduo simboliza sua desclassificação formal. A partir deste instante, o indivíduo, que congregava as mais diversas características, passa a ser inserido na categoria de pobre como sendo sua identidade social principal e passa a ser observado e classificado em virtude do que é feito com ele e com os critérios empregados a partir desta classificação. O indivíduo, portanto, passa por uma degradação de *status* e que irá influenciar na forma como a coletividade interage com ele. Nesta perspectiva, é importante refletir sobre a dimensão do estigma associado à singularidade da degradação de *status* e à marca do pobre.

Sendo sua identidade principal, a pobreza inscrita no indivíduo acaba por não possibilitar a visibilidade de outras características presentes neste mesmo indivíduo. Assim como ocorre com o louco nos estudos de Goffman (1988), o pobre é associado imediatamente com o comportamento ou as características presentes nas representações sociais do pobre. A marca ou o estigma se conforma, portanto, como uma identidade social. Como assinala Goffman (1988) já no início de sua obra sobre o estigma, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 1988, p. 11). Quando estamos diante do outro, somos levados a categorizá-lo de acordo com as variáveis de que dispomos em nosso repertório de categorias. Esta classificação é tomada de acordo com as representações construídas em cada contexto. A sociedade acaba criando estereótipos para cada tipo social de indivíduo e aguarda dele um tipo de resposta condizente com esta imagem criada socialmente.

Ao agregar neste trabalho as contribuições de Simmel no campo da sociologia da pobreza, estamos tentando refletir sobre outros possíveis dispositivos reativos (não apenas a assistência) que a sociedade utiliza e dispõe para/ao se relacionar com os indivíduos pobres no contexto atual e as implicações deste tipo de relação na vida cotidiana destes pobres. Quando tomamos, por exemplo, as interações presentes nos espaços urbanos, sobretudo nas grandes cidades, e que guardam grandes desigualdades sociais, somos instigados a pensar se a pobreza se encontra tanto mais marcada/estigmatizada (e tanto mais condenado estará o pobre) quanto maior for sua invisibilidade provocada por sua naturalização, já que é um fenômeno característico do país. Ou seja, naturalizar a pobreza a ponto de torná-la “normal” não seria uma forma mais reativa e menos conflitiva moralmente? Poderíamos dizer que, de um lado haveria o que se pode chamar de uma atitude *blasé* coletiva e, do outro, uma interiorização da diferença por parte do pobre,

mas ainda mais acentuada pela indiferença social? Pensar, portanto, estes processos nos espaços urbanos que guardam uma densidade populacional cada vez maior e que, portanto, há uma maior possibilidade de encontrar grupos de indivíduos próximos, geograficamente, mas distantes socialmente, implica considerar sob quais bases se dão as interações entre estes grupos e se há, um deslocamento/transferência simbólicos nestes espaços. É baseado nessa perspectiva que a pobreza não pode ser tomada simplesmente pelo viés economicista. A privação material por si não traduz o estado no qual milhões de brasileiros experimentam, cotidianamente, insolúveis problemas, humilhações e mesmo destituição de alguns direitos, senão pensada dentro de um processo histórico que engendrou formas legitimadas de diferenciação social, embora tenhamos hoje no Brasil a supremacia de uma igualdade jurídica sem precedentes. A questão da pobreza no Brasil, portanto, é indissociável da discussão sobre a desigualdade social que o acompanha desde sempre.

2.1.1 Pobreza e desigualdade social: duas faces de um mesmo problema

A inter-relação entre pobreza e desigualdade na Europa e América Latina começou a ser pensada na década de 70, por organismos internacionais, quando o conceito de pobreza relativa passou a ser utilizado para identificar o lugar social do pobre comparado ao padrão médio de consumo e de acesso a bens e serviços da população em geral. A pobreza e sua intensidade “passa a ser calculada com base numa medida de desigualdade.” (LAVINAS, 2002, p. 36). Nesta perspectiva, é interessante observar que a existência de um modo de vida padrão no interior das sociedades começa a ter centralidade como parâmetro para a condução política na resolução do problema da pobreza. Os modos de vida precários começam a ser visibilizados como contrapontos ao modo de vida médio, abrindo campo para a reflexão e questionamento sobre a questão da integração social daqueles localizados no extremo da estrutura social: os mais pobres. Segundo Lavinas (2002), já no início da década de 80, a categoria “exclusão” começa a ser utilizada para caracterizar a condição social de uma parcela considerável de pobres. Neste sentido,

A exclusão aparece menos como um estado de carência do que como um percurso, uma trajetória ao longo da qual, à insuficiência de renda e à falta de recursos diversos

somam-se desvantagens acumuladas de forma quase constante, processos de dessocialização ocasionados por rupturas, situações de desvalorização social advindas da perda de *status* social [...] e da redução drástica das oportunidades, e onde as chances de ressocialização tendem a ser decrescentes. (LAVINAS, 2002, p. 37)

O enfoque dado à exclusão social e a outras categorias semelhantes como desafiliação social, cunhada por Castel (2004), desqualificação social, inadequação social ou nova pobreza, chama a atenção para uma nova perspectiva teórica e metodológica que privilegia as múltiplas dimensões do fenômeno da pobreza em contextos recentes. Estas perspectivas passam a valorizar a dimensão subjetiva do estado de pobreza e passam a considerar em suas análises o reconhecimento por parte dos pobres de sua condição social inferior, o que denota um tipo de experiência cotidiana degradante, uma perda de *status* ou, nas palavras de Lavinas (2002), uma quase “inexistência social”. Mas, embora estas categorizações tenham tido ressonância e significado para a compreensão do fenômeno da pobreza de uma forma mais ampla, elas implicaram traduções para os mais variados contextos.

Autores importantes como Castel (1999) e Paugam (2004) têm se debruçado sobre o caso europeu, mas gostaríamos de nos reportar, neste momento, às contribuições de Loïc Wacquant e de seus estudos em torno da marginalidade avançada. Sobre os contextos europeu e norte-americano, Wacquant (2001) salienta que, embora o processo de transformação dos dois contextos seja causado por bases estruturais comuns, “a rejeição urbana segue dinâmicas sociais e espaciais diferentes nos dois continentes, que correspondem às diferentes estruturas de Estado, aos caminhos de incorporação cívica e aos legados urbanos do velho mundo e do novo mundo.” (WACQUANT, 2001, p. 184). Mas, ao mesmo tempo, o autor alerta que o que é chamado de “marginalidade avançada” vem ganhando espaço sem precedentes tanto nos Estados Unidos quanto em alguns países da Europa. A maneira como a exclusão tem se configurado nos países estudados por Wacquant e por outros estudiosos se diferencia das desigualdades sociais presentes em outros momentos históricos como nos anos do pós-guerra, por exemplo. Entretanto, segundo o autor, o novo regime de marginalidade urbana não pode ser concebido simplesmente como um desencadeamento de uma economia pautada no processo de desindustrialização instaurado a partir dos anos 70. Wacquant (2001) ressalta que esta nova roupagem da pobreza possui estruturas e dimensões diferentes daquelas que a constituíam anteriormente nas grandes metrópoles ocidentais:

[...] onde a pobreza nas metrópoles ocidentais costumava ser amplamente residual e cíclica, encravada em comunidades proletárias, geograficamente difusa e considerada remediável por meio da subsequente expansão do mercado, parece estar agora cada vez mais desconectada, a longo prazo, se não permanentemente, das tendências macroeconômicas e fixada sobre mal-afamados bairros de exílio nos quais o isolamento e a alienação social se alimentam um do outro, enquanto o abismo entre os lá confinados e o resto da sociedade se aprofunda. (WACQUANT, 2001, p. 185)

A marginalidade avançada seria então “o recente regime de clausura excludente e de exílio socioespacial que surgiu na cidade pós-fordista como resultado de mudanças instáveis nos setores mais avançados das economias capitalistas e da desarticulação do Estado de Bem-Estar Social” (WACQUANT, 2001, p. 08).

Para compreender esse processo que o autor também chamou de *modernização da miséria*, Wacquant (2001) toma como estudo as mudanças ocorridas a partir da década de 70 e analisa os efeitos da reestruturação da esfera do trabalho e do salário e do sistema de proteção social. Para isso, Wacquant (2001) elucida as bases que sustentam a nova marginalidade urbana. No que diz respeito aos aspectos macrossociais, destaca a dualização ocupacional e o ressurgimento da desigualdade social em um contexto de crescimento econômico. Ou seja, a marginalidade urbana e a exclusão não podem ser mais pensadas apenas como consequência de uma crise ou desaceleração econômica como, recorrentemente, são analisadas. Do ponto de vista da dinâmica produtiva, o processo de automação e de competição do trabalho estrangeiro tiveram impactos diretos sobre as condições materiais e simbólicas dos operários que viram seus postos de trabalho serem extintos ou reestruturados, além da deterioração dos direitos trabalhistas. Neste contexto, grande parte da classe trabalhadora transformou-se numa espécie de “resto” populacional, já que se tornou um excedente “desqualificado”. Este processo praticamente expulsou esta nova classe miserável para zonas periféricas isoladas no interior da cidade, além de ter sido reforçado pela reestruturação do Estado de Bem-Estar em que os Estados se valeram de programas sociais para minimizar os efeitos da exclusão que se fazia exorbitante e que, portanto, precisava ser controlada ou, mesmo, apenas “maquiada”. Wacquant (2001) ressalta que as estratégias usadas pelo Estado de Bem-Estar exacerbaram a marginalidade já que suas ações compartimentam a miséria na medida em que definem como, onde e quem será destituído, gerando, inclusive, uma desorganização interna nos espaços periféricos.

Na América Latina, embora haja diferenças muito significativas principalmente pelo fato de que variou muito a forma de intervenção do Estado, constituindo um Estado de Bem-Estar

inconcluso ou às vezes não existente, o aprofundamento da pobreza e da exclusão se fez ainda mais presente. Os estudos de Ruben Kaztman ajudam a entender como veio se dando a nova roupagem desses fenômenos. Os principais fatores responsáveis pela pobreza urbana foram aqueles relacionados ao mercado de trabalho, ao processo de desindustrialização, ao encolhimento do Estado e à progressiva incorporação da tecnologia em algumas atividades produtivas. Toda esta transformação ocasionou uma precarização das condições de trabalho e de vínculos formais, aumento do desemprego e do emprego informal, causando uma maior disparidade entre pobres e ricos. Como ressalta o autor, houve uma acelerada conversão das disparidades de ingresso em disparidades sociais que se manifestaram na localização das classes no espaço urbano. Isto se explica, entre outras coisas, pelo fato de que os lugares onde está localizada a população mais favorecida tendem a contar com um mercado de serviços de melhor qualidade. Kaztman (2003) ressalta que a diferença de prestação de serviços básicos no interior das cidades alimenta o que ele chama de *isolamento social* dos pobres urbanos e pode provocar mudanças importantes na estrutura social. A primeira delas seria o encolhimento dos espaços de sociabilidade entre as classes por não usufruírem mais dos mesmos serviços. A segunda corresponde à redução do conhecimento dos problemas comuns dos lugares. Além disso, pode ocorrer a perda da qualidade dos serviços públicos já que aqueles que têm mais “voz” não têm mais interesse em reivindicar melhorias junto ao poder público por não utilizarem mais estes serviços. O isolamento social manifesta-se, portanto, nos lugares que passaram a contar com uma “*densidade de privação material*” sem precedentes (KAZTMAN, 2003, p. 11).

A singularidade do isolamento social dos pobres urbanos de hoje em relação a concentrações espaciais de classes pobres em outros contextos pode ser entendida como um processo de fragmentação e rupturas nas várias dimensões da vida social. O autor enfatiza que

A concentração espacial historicamente inédita de pessoas com aspirações próprias da vida urbana, com graves privações materiais e escassas esperanças para alcançar sucessos significativos a partir do emprego, suscita fortes sentimentos de privação relativa. (KAZTMAN, 2003, p. 16)

Além disso, o isolamento social e o acesso às estruturas de oportunidades⁶ estão fortemente interligados para a possibilidade de aquisição ou não de ativos suficientes para que os indivíduos de determinados lugares possam superar a situação de pobreza na qual estão imersos.

Os estudos de Kaztman sobre a realidade latino-americana trazem semelhanças com os estudos realizados na busca pelo entendimento do caso europeu sobre os processos de marginalidade urbana trabalhados por Wacquant. Esses estudos são válidos e pertinentes para a compreensão das novas configurações da pobreza, mas considera-se que os processos de intensa “exclusão” desencadeados principalmente pelos indicadores já apontados, não possibilitam visualizar processos mais estruturantes como no caso brasileiro. Uma outra perspectiva aponta para o fato de que a idéia de exclusão esteja inteiramente relacionada a um processo fundante de uma sociedade contraditória. A singularidade da formação capitalista na América Latina e no Brasil engendrou o padrão de exclusão das últimas décadas como parte constituinte de seu modo de acumulação. Ao fazer menção aos estudos de Francisco de Oliveira e Castells, Lavinias (2002) aponta que “[...] é ideológico denominar marginalidade o que, de fato, reflete uma situação de tensão entre duas estruturas sociais que se interpenetram” (LAVINAS, 2002, p. 42). Mais adiante, a autora indica que “[...] esta forma de articulação é um traço característico e não uma patologia na América Latina” (LAVINAS, 2002, p. 42), diferente da forma como se desenvolveu na Europa e EUA, provocada, principalmente, pela reorganização do mercado de trabalho a partir dos anos 70 e pelos impactos da globalização. É interessante observar que a idéia de exclusão, muito utilizada para pensar o caso europeu, e que guarda semelhanças com o que Castel (1999) denominou de desafiliação social, deve ser tomada com cautela em relação ao caso brasileiro. Para Castel (1999), desafiliação social significa um desenraizamento social e econômico que coloca o indivíduo em um não lugar social, que o lança para fora dos circuitos normais de sociabilidade. Para pensar as formas de “desafiliação” presentes no Brasil é mais condizente tomar a exclusão como um processo que “exprime não o estar fora, mas o não estar legítima e plenamente integrado” (LAVINAS, 2002, p. 43).

Autores como Kowarick (2002) e Martins (2000; 2002 e 2007) foram mais contundentes ao se referirem ao uso inadequado e exaustivo da categoria “exclusão” no Brasil. Analisar a sociedade brasileira como uma totalidade contraditória implica considerar a dialética dos

⁶ O termo *estruturas de oportunidades*, muito utilizado nos documentos da CEPAL, pode ser definido como “*probabilidades de acceso a bienes, a servicios o al desempeño de actividades*” (Kaztman, 1999, p. 9).

processos concretos e das representações de sua dinâmica como um fator munido de ideologia e intentos políticos. Considerar, portanto, a exclusão como uma expressão de um determinado momento, como resultado de uma determinada dinâmica econômica datada, significa desprender de um todo parte integrante de um problema histórico. O uso irreflexivo da categoria exclusão tende a escamotear a discussão sobre a causalidade dos estados avassaladores de espoliação dos pobres brasileiros. Martins (2007) chama de “coisificação conceitual” o uso da palavra como uma não expressão de uma prática e processo. O que existe, na verdade, é uma “[...] certa fetichização da idéia de exclusão e certo reducionismo interpretativo que suprime as mediações que se interpõem entre a economia propriamente dita e outros níveis e dimensões da realidade social.” (MARTINS, 2007, p. 15). Pensar em exclusão na forma como a própria palavra denota seria mais apropriado para aquelas sociedades cuja forma de organização social se caracteriza pela existência de estamentos, em que a diferenciação se constitui de maneira estanque. Sociedades de classe e, portanto, abertas, pressupõem um outro tipo de movimento que caracteriza a “inadequação” de atores sociais aos processos econômicos, políticos e culturais e às normas vigentes. Este outro tipo de movimento não pode ser equacionado como um processo alheio às dinâmicas básicas da sociedade, mas como uma modalidade de “inclusão” intermitente, acessória, ocasional e, portanto, integrante da dinâmica social (KOWARICK, 2002, p.13). Como bem mostra Kowarick (2002), sociedades da periferia do capitalismo, como é o caso brasileiro,

[...] teriam leis gerais de acumulação inerentes ao desenvolvimento dependente periférico que ao mesmo tempo que produz novas modalidades, reproduz antigas formas de produção capitalistas estruturadas no pauperismo, desigualdade e marginalização, no subdesenvolvimento social e econômico. (KOWARICK, 2002, p. 12)

Essa leitura corrobora a crítica feita à perspectiva dualista, muito enfatizada nos anos 70 ao se referir ao desenvolvimento econômico da América Latina. A existência de uma gama de indivíduos que não conseguiram se adaptar aos modernos setores da economia por estar ainda presa às formas arcaicas de produção e sua expulsão do mercado de trabalho formal é, senão, um componente constitutivo do revigorável sistema capitalista. Associar, portanto, a industrialização tardia dos países latino-americanos e a não absorção imediata do que Lavinas (2002) chamou de valores urbano-industriais das economias centrais, à “exclusão” de uma grande parte de trabalhadores, é desconsiderar os mecanismos pelos quais se dá a expansão capitalista. Assim

como Oliveira (1975), Kowarick (2002) argumenta que, se na totalidade conviviam partes desiguais,

[...] estas desigualdades se combinavam mediante processos sociais e econômicos em que os elementos arcaicos, tradicionais ou subdesenvolvidos não eram pesos que entravam a dinamização das engrenagens produtivas, mas ao contrário, davam suporte ao processo de criação de riquezas. (KOWARICK, 2002, p. 13)

A simultaneidade de realidades, aparentemente contraditórias, mas constituintes, revela o traço característico do sistema capitalista. Acreditamos, assim como Martins (2002), que a exclusão representa na melhor das hipóteses a “[...] vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de *exclusão-integração*, de *sair e reentrar* no processo de reprodução social [...]” (MARTINS, 2002, p. 46, grifo nosso), vivência esta que se agravou e se ampliou nos anos 90 por ocasião do desenvolvimento do modelo neoliberal adotado no Brasil e em outros países da América Latina e que colaborou e muito para que o movimento “*exclusão-integração*”/“*sair-reentrar*” se tornasse quase um modo de vida para uma grande massa da população brasileira.

Essa perspectiva teórica encaminha este estudo para a discussão que traz à tona um outro fundamento sobre os processos de desigualdade e de reprodução da pobreza no Brasil. Trata-se da discussão sobre a naturalização processual desses fenômenos, que discutiremos no próximo tópico.

2.2 Por que somos desiguais?: “A invisibilidade da desigualdade brasileira” e sua conformação na vida cotidiana

É importante refletir sobre os mecanismos operantes da distinção social. É interessante tentar compreender o que Souza (2006) denominou de “operadores simbólicos” que possibilitam aos atores sociais hierarquizar e classificar as pessoas e os objetos na vida cotidiana. Estes operadores simbólicos inscritos no corpo das ações, disposições e escolhas dos atores sociais são, ao mesmo tempo, dispositivos auto-reflexivos que lhes dizem do espaço social por eles ocupado. É tomada aqui a definição de espaço social de Bourdieu (1997) como aquele

[...] definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” [...] onde “os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto construídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc) e pela distância que o separa deles. (BOURDIEU, 1997, p.160)

O principal propósito de Souza (2006) é compreender o motivo pelo qual grande parte da população brasileira experimenta, constantemente, sentimentos de humilhação e de baixa auto-estima e qual a dinâmica social que lhe propicia tal espécie de experiência. O autor tenta demonstrar como a naturalização da desigualdade social e sua conseqüente produção, do que ele chama de subcidadãos, como um fenômeno de massa, em países periféricos de modernização recente como o Brasil, podem ser mais adequadamente compreendidas como conseqüência, não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, como desencadeamento de um real processo de modernização de largas medidas que se implanta progressivamente no país a partir do início do século XIX e que se intensifica após 1930 com a revolução de Vargas. Souza (2003 e 2006) enfatiza a constância de produções acadêmicas que abordam as conseqüências da desigualdade social no país sobre a vida conspícua daqueles mais atingidos por esta forma de organização social, mas que não alcançam os fundamentos e as causas da consolidação de uma forma de vida precária e árida como a vivida pelos pobres do país. Ou seja, o autor procura questionar as razões pelas quais estes pobres vivem como vivem e sentem como sentem. Consideramos a pertinência desta crítica, embora neste trabalho nos debrucemos mais sobre como tais pobres vivem e sentem e como a dominação social é reproduzida na forma como vivem e sentem e como, no nosso caso, os jovens moradores de periferia são socializados nesta forma de experimentar o mundo.

A busca pelos fundamentos da formação de um modo de vida precário encontra-se, segundo a linha de raciocínio de Souza (2003 e 2006), na forma como se produz a concepção do valor diferencial entre as pessoas e como a construção de uma “hierarquia valorativa” intenta sua concretude nas práticas sociais e institucionais, tendo em vista que a precariedade de condição é produzida objetivamente, e não apenas sob a forma de miséria econômica, mas, sobretudo, sob a forma de miséria emocional, existencial e política. A singularidade da modernização periférica traz, segundo o autor, a reflexão sobre como valores latentes e implícitos estão na esteira das duas principais instituições formais características dos países centrais: o

Estado e o mercado. Para sua construção teórica, Souza (2003 e 2006) sedimenta sua análise na crítica às teorias de caráter personalista que intentaram explicar as causas da desigualdade pelo argumento central de que a ela (desigualdade) se devem os resquícios de valores e normas pré-modernas que vigoraram paralelamente aos preceitos modernizantes instaurados no Brasil desde o século XIX. Seus principais interlocutores para a crítica a esta linha teórica foram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta. Em direção ao que ele denominou de concepção alternativa da teoria da ação social (em contraponto às teorias personalistas), Souza (2003 e 2006) encontra nos estudos de Florestan Fernandes seu fundamento principal. Não é nosso intuito reconstruir o debate travado por Souza (2003 e 2006) ao se referir aos autores destacados, mas tentar compreender o argumento essencial deslindado por ele.

Para substanciar sua crítica e argumento, Souza (2003 e 2006) busca nos estudos feitos pelo canadense Charles Taylor sua construção teórica em torno da hierarquia moral subjacente ao racionalismo ocidental. Para este autor, em instituições como o mercado e o Estado estão incrustados valores morais que orientam as formas existentes no mundo moderno de reconhecimento e, portanto, de distinção social baseada em um tipo de modelo desencadeado pelo processo de racionalização presente desde as idéias de Platão, passando por Santo Agostinho e Descartes. Por meio de uma genealogia das idéias e de sua eficácia e da análise de alguns momentos históricos decisivos e deflagrantes para a progressiva institucionalização dessas mesmas idéias, Taylor visualiza um constructo do modelo de hierarquia presente no ocidente que dita o comportamento, os atributos e valores do indivíduo ideal e de seu reconhecimento e legitimidade. Este modelo se baseia em “uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidido pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo” (SOUZA, 2006, p. 30). O mais importante para Souza (2003 e 2006) é que nas contribuições de Taylor está a compreensão das bases da moralidade moderna e que, de uma forma mais concreta, orientam os indivíduos de maneira “pré-reflexiva” no modo de agir e classificar o outro na vida cotidiana. Essa hierarquia moral presente nas instituições modernas se mostra tanto mais eficaz quanto mais imperceptível e, portanto, naturalizada se conformar, já que ela se fundamenta e se projeta na impessoalidade. É esse o grande fio analítico para pensarmos a crítica de Souza (2003 e 2006) às teorias personalistas.

A perspectiva teórica sobre a distinção social ancorada em resquícios pré-modernos baseados na pessoalidade e emoção não considera o fato de que os “artefatos prontos”⁷ (Estado e mercado), símbolos da racionalidade, são eles mesmos produtores e propagadores desta distinção valorativa, mas que não foram considerados como tais, dados nossa ingenuidade e deslumbramento em relação aos imperativos modernos e, ao mesmo tempo, dada a necessidade de justificar, positivamente, nossas diferenças, já que, como ressalta Souza (2006), a idéia de parecermos uma nação calcada em uma essência emotiva, hospitaleira e mais humana em contraposição à razão instrumental dos países centrais, propiciava uma singularidade e, ao mesmo tempo, uma identidade interna, nacional. Para Souza (2006), portanto, há uma inter-relação orgânica entre o padrão de modernização instaurado no país, a dominação social que ele chama de opaca e impessoal, a formação de consensos pré-reflexivos, a naturalização da desigualdade e a formação de uma “ralé estrutural”.

A invisibilidade da desigualdade brasileira encontra nessas premissas sua justificativa e eficácia. Por isso, os números recentes sobre a queda da pobreza absoluta e mesmo aqueles que apontam a ínfima diminuição da igualdade de renda (ROCHA, 2006) são de longe suficientes para, tanto melhorarem a qualidade de vida (não apenas econômica) da população pobre, quanto para uma possível reconfiguração das formas de classificação presentes no imaginário coletivo transfigurados em práticas sociais como na maneira de olhar, na observância do decoro e vergonha, na forma de ocupação e apropriação de alguns espaços públicos, no modo de agir do próprio poder público etc. Enfim, a presença de todos os mecanismos que fazem com que a população mais miserável e, portanto, considerada inferior, saiba exatamente o lugar que ocupa, mantendo a distância necessária⁸ dos núcleos de poder e de todos os seus signos correspondentes. A dimensão que permeia este cenário implica, segundo Souza (2006),

[...] toda uma visão de mundo e uma hierarquia moral que se sedimenta e se mostra como signo social de forma imperceptível a partir de signos sociais aparentemente sem importância como a inclinação respeitosa e inconsciente do inferior social quando encontra com um superior, pela tonalidade da voz mais do que pelo que é dito etc. O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas por isso

⁷ Souza (2006) recorre a Max Weber ao introduzir a idéia de expansão da sociedade moderna para o restante do mundo pela exportação de “artefatos prontos” das instituições mais importantes do racionalismo ocidental: o mercado capitalista e o Estado racional.

⁸ A referência segundo a qual dizemos que os pobres sabem exatamente o lugar que ocupam não denota, no nosso entendimento, passividade, mas uma consciência social da organização hierárquica característica do país e que é apreendida no próprio devir cotidiano.

mesmo tanto mais eficazes, que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis. (SOUZA, 2006, p. 46-47)

Ainda sobre a utilização dos escritos de Taylor para o embasamento de parte da teoria de Souza (2003 e 2006), é destacada a noção de dignidade. No mundo moderno, a dignidade, diferente da honra pré-moderna como base do privilégio, requer um reconhecimento universal entre iguais. No ocidente a dignidade representa o fundamento da autoestima individual e seu reconhecimento implica o compartilhamento de uma certa estrutura psicossocial que é a base da idéia moderna de cidadania jurídica e política. Desta forma, “para que haja eficácia legal da regra de igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada” (SOUZA, 2006, p. 31). A assertiva trabalhada aqui é de que não houve ainda no Brasil a efetivação de uma noção de dignidade (idéia de universalização de direitos) que perpassasse todas as classes sociais de maneira legitimada como ocorreu nos países centrais, embora ainda persista entre nós a presença de uma ideologia da igualdade, principalmente a da igualdade de oportunidades. Como discutido, o modelo de hierarquia social baseado em preceitos valorativos ancorados no mercado e Estado e que se manifesta a partir de signos sociais não transparentes e percebidos pelos indivíduos de maneira “pré-reflexiva”, representa o fundamento do reconhecimento social e, portanto, da noção de dignidade. Apesar de Taylor ter se debruçado exaustivamente para compreender as bases por meio das quais se deu o processo normativo no ocidente que orienta o modelo de hierarquia, segundo Souza (2003 e 2006), ele não alcançou a forma como a dominação social se legitima e se reproduz na vida cotidiana, na instância intersubjetiva ou, em outras palavras, não alcançou a tentativa de uma articulação entre estrutura e prática social. Para completar sua perspectiva analítica, Souza (2003 e 2006) recorre a Bourdieu apropriando-se e re-significando a noção de *habitus*. Será trabalhada de forma mais efetiva a noção de *habitus* num momento mais adiante deste trabalho por acreditarmos na pertinência de seus fundamentos e implicações para auxiliar na aproximação e compreensão da forma como se dá a sociabilidade, especificamente, no meio urbano. Por hora, ressalta-se a utilização do conceito para avançar na discussão.

Nos termos de Souza (2003 e 2006), a produção de subcidadãos ou a formação de uma ralé estrutural no Brasil segue o rastro do seu principal argumento que é o de relacionar estes fenômenos não a um resíduo pré-moderno, mas inerente ao processo de modernização seletiva cunhado nos países periféricos. Mas como fazer a ligação entre um processo e outro? Como já

vimos, a normativa da hierarquização social se inscreve, em última instância, no próprio corpo das ações condicionando-as de maneira “pré-reflexiva”. A forma de apropriação, conformação e expressão do arcabouço normativo de uma dada sociedade pode ser entendida por meio da formação do *habitus* que seria, portanto,

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio exposto das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. (BOURDIEU, 2003, p. 53-54)

Segundo Souza (2006), Bourdieu encontra na noção de *habitus* estratificado por classes sociais o conjunto de disposições ligadas a um estilo de vida peculiar que legitima “de forma invisível e subliminar, o acesso diferencial aos recursos materiais e ideais escassos” (SOUZA, 2006, p. 34) e que possibilita as bases para a ideologia espontânea do capitalismo tardio. Retomando o princípio de dignidade e reconhecimento social, Souza (2006) irá chamar de ***habitus primário*** a incorporação das pré-condições aos indivíduos que lhes possibilitarão serem reconhecidos, intersubjetivamente, como cidadãos e produtores úteis no mercado competitivo. A generalização deste tipo de *habitus* é que validaria a noção de igualdade jurídica e igualdade de fato presente na sociedade. Mas no Brasil uma parcela monumental da população experimentou desde o início do processo de modernização uma inadaptação a estas pré-condições básicas exigidas, já que ela (modernização) se mostrou seletiva. Essa parcela sobrando da população se constituiria naquela detentora Souza (2003 e 2006), a partir do significado de *habitus* em Bourdieu, denominou de ***habitus precário*** caracterizado como:

[...] o limite do *habitus* primário para baixo, ou seja, seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo seja um grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo para gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. (SOUZA, 2006, p. 38).

Seu principal argumento é de que a formação de um povo provido de um determinado tipo de personalidade e estrutura psicossocial considerada improdutiva e disruptiva para o estabelecimento de uma nova ordem social, imprimiu a construção de um determinado tipo de

“gente”, de um determinado conjunto de direitos ou não direitos a ela destinados: **a construção social da subcidadania**. Souza (2003 e 2006) viu nos preceitos de Florestan Fernandes a grande contribuição para as teorias sobre as implicações do processo de modernização nos países periféricos, já que Florestan elucida a não integração ou a integração subordinada do negro na sociedade de classes (logo após a abolição) propiciada não simplesmente pela variável cor, mas pela ausência das condições, pressupostamente, ideais (*habitus* primário) para de fato dispor de um *status* condizente com a nova ordem. O mesmo se processou com o segmento rural que também foi marginalizado pela lógica capitalista excludente, assim como a população negra, formando, desta forma, a histórica “ralé” nacional, os subcidadãos.

Apenas para entendermos melhor a ênfase de Souza (2003 e 2006) sobre a dimensão e as implicações deste tipo de formação de um contingente populacional renegado à própria sorte, é importante dizer que as sociedades centrais também vincularam a inadaptação social à marginalidade, mas este movimento se configurou mais como um fenômeno marginal, o que de fato nas sociedades periféricas como as da América latina e, em especial, a brasileira, se caracterizou como um fenômeno de massa, de grandes proporções. A distância social (econômica, política e cultural) que separa os pobres (a ralé, os inferiores) dos ricos (os “dignos”, os soberanos) é historicamente abissal, principalmente no que concerne ao reconhecimento e respeito, a estes últimos, atribuídos. É com base nesta perspectiva teórica que se acredita não ser possível falar de exclusão social tal como já apresentado, já que ela não se caracteriza como um fenômeno contingente, mas estruturante da realidade social brasileira. Chegamos, portanto, ao ponto que permeará todo o estudo, de uma forma mais ampla. Tendo como referência tudo que foi discutido até aqui, deseja-se refletir sobre as formas como se dá a reprodução dos mecanismos contemporâneos de classificação e reconhecimento social na vida cotidiana, nas instâncias intersubjetivas ou, reportando às contribuições de Simmel (2002), aproximar-se das formas reativas que a sociedade dispõe/impõe ao interagir com os pobres (ralé), sobretudo os pobres urbanos tentando, desta forma, refletir também sobre a inter-relação entre situação social, consciência social, reconhecimento e reflexividade⁹.

⁹ Tomamos aqui a idéia de reflexividade presente no sujeito moderno como aquela tomada como “[...] uma capacidade de tecer símbolos, perceber sua situação no mundo e alterar tanto os símbolos quanto a interpretação do lugar que nele ocupamos, o que conjura simultaneamente uma reinterpretação do significado do passado e das possibilidades do futuro.” (DOMINGUES, 1999, p. 35)

2.2.1 A “ralé” no/do Brasil contemporâneo

Ao falar em pobreza e desigualdade social no Brasil contemporâneo é inevitável não associar estes fenômenos ao espaço urbano, não apenas pelo fato de que a maior parte dos pobres esteja nas grandes cidades, mas, sobretudo, porque a reprodução de tais fenômenos também se dá pela reprodução da forma urbana das condições de vida. Considera-se, assim como Lavinias (2002), que a importância da dimensão urbana na reprodução da pobreza e desigualdade é ainda mais visível porque ela inscreve no território da cidade “marcas indeléveis das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento.” (LAVINAS, 2002, p. 26). Como aponta Rocha (2006), em 2001, apesar da proporção de pobres se manter ainda muito mais elevada nas áreas rurais chegando a cerca de 42%, os pobres urbanos eram a maioria, representando 82% dos pobres brasileiros. Segundo Rocha (2006), embora o Brasil venha apontando, nos últimos anos, uma redução do percentual de pobres no conjunto do país, a pobreza torna-se mais visível nas áreas urbanas e metropolitanas por estas áreas conformarem contrastes extremos das mais variadas ordens criando, assim, um clima de grande “tensão social”, chegando mesmo a desafiar a governabilidade urbana.

A maior exposição dos indivíduos aos meios de comunicação, a maior heterogeneidade cultural e os contrastes de riqueza, renda e poder geram inconformismo com o *status quo* de pobreza e desigualdade, potencialmente destabilizador do sistema sócio-econômico e político. (ROCHA, 2006, p. 103).

Sobre a disseminação de um certo padrão de vida pelos meios de comunicação, Sansone (2003), por exemplo, ressalta a influência da mídia sobre as classes baixas, principalmente a partir da década de 90 com o aumento progressivo da aquisição de aparelhos de TV, linhas telefônicas e (mais tarde) telefones celulares, antenas parabólicas e TV a cabo. A aquisição de toda esta aparelhagem, juntamente com a circulação nos espaços de consumo e, principalmente, no caso dos jovens, o acesso à internet, contribuíram para que os pobres urbanos passassem a vislumbrar um padrão de vida não necessariamente correspondente às condições concretas que suas trajetórias perfilam. Ao remeter, portanto, à pobreza, miséria, desigualdade e processos segregatórios no meio urbano, a discussão torna-se um tanto mais complexa já que, aparentemente, todos se encontram inseridos (precariamente ou não) de alguma forma, já que a

estética/performance (se assim se pode chamar) do pobre mudou de alguns anos pra cá, como bem ressalta Martins (2002):

O pobre mal vestido ou esfarrapado, estereotipado que havia há algumas décadas, foi substituído pelo pobre para o qual a aparência e o aparente e, portanto, o disfarce tornaram-se essenciais. Os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da modernidade, a da realidade social como máscara, a incorporaram e por meio dela, realizam a sua plena e impotente integração social. (MARTINS, 2002, p. 37)

O autor acrescenta que estes mesmos pobres descobriram, assim como as classes privilegiadas, que na sociedade contemporânea o consumo ostensivo pode ser um meio de afirmação social e de identidade (SOUZA, 2002). Ao mesmo tempo, as populações urbanas experimentam, cotidianamente, vivências quase que rudimentares ao terem que se sujeitar às formas espoliadas e, por vezes, humilhantes que o meio urbano lhes oferece. Nesta perspectiva, a desigualdade social que se configura, principalmente, nos grandes centros urbanos pode ser pensada como aquela que separa materialmente, mas unifica ideologicamente. O cenário de privações e “sobrevivências” das populações mais pobres das grandes cidades, muito bem elucidado por vários estudiosos da área ¹⁰, se mostra hoje, segundo nossa concepção, interposto a um cenário mimético construído e sustentado pelas “liturgias” da sociedade de consumo que se realiza, quase que completamente e, na maior parte das vezes, sem nenhuma mediação institucional, política ou simbólica. Importante ressaltar que são cenários de uma mesma engrenagem: a engrenagem urbana, como será discutida no próximo item.

O que se pode chamar de uma pseudo-integração social dos pobres urbanos representa a continuidade de um processo de não reconhecimento ou mesmo de destituição de direitos inaugurado alhures, como já demonstrado por meio dos estudos de Jessé Souza. Ao mesmo tempo em que se deslumbra com um mundo que se apresenta diante de todos de maneira aberta, livre, democrática e abraçando uma mesma coletividade, constata-se a perpetuação de grandes mazelas como as encontradas nos centros urbanos. Verificam-se conquistas de novas e legítimas lutas políticas nos mais diversos campos e, simultaneamente, se presenciam direitos históricos sendo retraídos sorrateiramente e o seu reverso emergindo de modo brusco, explícito e violento

¹⁰ Autores como Ribeiro (2001, 2005 e 2008), Machado da Silva (2004, 2007 e 2008), Pasternak (2008), Caldeira (2000), Zaluar (1994), Kowarick (1979 e 2002) entre outros, se debruçaram em torno da realidade social das grandes cidades, especialmente sobre a conformação da pobreza e desigualdade em determinados territórios e as implicações desta conformação para os pobres urbanos.

como verificamos, por exemplo, nos inúmeros relatos de Machado da Silva (2008) sobre as situações que a população das favelas do Rio de Janeiro vivencia todos os dias ao se deslocar para o trabalho, ao tentar ser reconhecida como cidadã e não como criminosa aos olhos dos agentes de segurança e aos olhos da própria sociedade. Ou, de forma resumida, situações que demonstram a vivência sob uma noção de “cidadania constantemente interrompida” (LAVINAS, 2002) quando não inexistente, já que muitas vezes ela (cidadania) é utilizada para substituir a própria noção de povo na retórica política. Nas palavras de José Murilo de Carvalho: “Não se diz mais ‘o povo quer isto ou aquilo’, diz-se ‘a cidadania quer’. Cidadania virou gente” (CARVALHO, 2003, p. 7). Cidadania, assim como a palavra exclusão, transforma-se, por vezes, em uma palavra vazia, inexpressiva da prática real.

A discussão levantada na década de 80 pelos novos movimentos sociais sobre o direito a ter direito nos coloca a questão de que tipo de *status* é conferido à população pobre e miserável do Brasil. Em um de seus mais célebres trabalhos (*Origens do Totalitarismo*), Hannah Arendt utiliza uma expressão que, embora pareça simples, possui uma expressiva conotação sobre a condição humana. A expressão *abstracta nudez* (ARENDR, 1989), anunciada várias vezes em um dos capítulos do referido livro, diz da abstração da nudez do homem de ser unicamente humano e nada mais. A cidadania tal como foi e está configurada no Brasil confere aos pobres a condição de serem apenas humanos e nada mais. Os pobres (subcidadãos) no Brasil são, portanto, o resultado histórico de um desnudamento instituído. Esta condição é sustentada pela ausência e insuficiência do Estado e pela falta de interesse da elite estratégica brasileira que vê a desigualdade social tão somente como uma ameaça à democracia. Segundo Reis (1996), a preocupação esboçada pelas elites brasileiras diz respeito a uma visão de que o povo destituído de tudo não teria interesse em manter a ordem social e poderia, desta maneira, se tornar uma grande ameaça. Nesta concepção, é preciso que sejam tomadas medidas compensatórias no combate à pobreza a fim de reduzir tal risco. Ao mesmo tempo, são ampliados os direitos (ampliados em escala, mas não em conteúdo e concepção) de forma que os conflitos advindos em consequência da pobreza sejam regulados. Acreditamos, como Benevides (2002), que a cidadania, portanto, deve ser discutida a partir do reconhecimento da distância que separa as leis e princípios fundamentais de liberdades e direitos da própria consciência de tais direitos, além da existência (ou não) dos mecanismos institucionais e dos recursos para garantir a sua prática ou a sua fruição.

Todo esse contexto apontado permite dizer e considerar, neste trabalho, que a “ralé” contemporânea se encontra presente nas grandes cidades, especialmente nos aglomerados, morros, conjuntos habitacionais populares e favelas das principais capitais brasileiras, dada a forma cruel e, por vezes, sutil de não reconhecimento e conseqüente anulação social com que os moradores destes lugares se defrontam. Por mais que possa parecer uma tomada radical, acredita-se que processos e circunstâncias de subcidadania (SOUZA, 2003), de descidanização (KOWARICK, 2002) ou de subumanidade (MARTINS, 2007) com que se depara esta população, podem colocá-la numa condição de humanos inconclusos, dispostos num espaço social descontínuo¹¹, desencadeando uma série de implicações negativas ainda nem mesmo imagináveis. Na mesma medida, acredita-se na existência de uma constante e necessária interpelação do imaginário, do possível, do desejável que ressoa dos anseios humanos e se transfigura e se formata na ação dos movimentos sociais, grupos de identidade ou mesmo do “militante” genuíno, o de todo o dia, aquele que luta pela e para a (sobre)vivência dos seus e de sua própria. Assim sendo, consideraremos o cotidiano como a dimensão possível de produção e compreensão desses dois movimentos por engendrar práticas, vínculos, representações, sentidos e significações que os indivíduos vivenciam e elaboram. Ao mesmo tempo, buscaremos nos aproximar e compreender

[...] como a história irrompe na vida de todo o dia e trava aí o embate a que propõe, o de realizar no *tempo miúdo da vida cotidiana*, as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo. (MARTINS, 2000, p.11, grifo nosso)

Já que não existe cotidiano sem história e, portanto, sem o interstício do homem situado, aquele consciente de sua própria condição. Consciência não, necessariamente, mediada pelo político, mas, sobretudo, pela experiência da desigualdade dada pelos percalços, adversidades e estratégias de sobrevivência na/da/pela vida cotidiana. Será tomada a consciência social como dado, já que, como foi apontado, interessa saber como os indivíduos mais atingidos pelo processo de diferenciação vivem e sentem e como a dominação social é reproduzida na forma como vivem e sentem e como são socializados nesta forma peculiar de experimentar o mundo.

¹¹ O termo “espaço social descontínuo” foi cunhado por Fassin e utilizado no trabalho de Lavinias (2002) incorporado em nossa discussão.

2.3 Pobreza, desigualdade social e a dimensão espacial: o problema da segregação urbana

Como discorrido nos itens anteriores, interessa neste trabalho discutir as implicações dos processos de diferenciação social no espaço urbano. Os fenômenos da pobreza e desigualdade social incidem de maneira peculiar sobre determinados espaços. A dimensão espacial, portanto, é um componente primordial para compreender a vida cotidiana das periferias das grandes cidades brasileiras, já que há uma inter-relação, notadamente significativa, entre os processos sociais e as formas espaciais. Dentro da perspectiva com a qual foi encerrado o item 2.2 sobre a configuração do que estamos chamando de *ralé contemporânea* (moradores das periferias urbanas), as desigualdades manifestas no espaço (e por meio de sua reprodução) também são constituintes de formas de reconhecimento social. Neste sentido, comunga-se com Santos (2002, p. 116) ao dizer que “é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial”, já que o valor dos indivíduos é também determinado pelo lugar que ocupam no espaço físico e social. Morar nas periferias urbanas significa estar, duplamente, condenado à pobreza. Como aponta Santos (2002):

À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. (SANTOS, 2002, p. 115)

A organização territorial, tal como se verifica nos grandes centros urbanos, impõe a premissa de que o cidadão e, portanto, aquele merecedor de dignidade, é o “indivíduo num lugar” (SANTOS, 2002), já que o direito à cidade dependerá de sua disposição no espaço e, ao mesmo tempo, das condições que possui para mobilizar os recursos necessários para a disputa “democrática” por bens e serviços. Ribeiro e Santos Junior (2003) em seus estudos sobre a relação entre cidade, democracia e segregação urbana, apontam o quanto o lugar de moradia interfere na formação de “comunidades de interesse” necessárias à democracia e à transformação da situação social na qual se encontram aqueles indivíduos desprovidos de qualidade de vida em todos os termos. Nas palavras dos autores, “[...] a estrutura urbana também revela e reproduz as desigualdades no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos”

(RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003, p. 84). A ordem socioespacial que vigora nas grandes cidades, caracterizada por um crescente processo de distanciamento social entre as classes, pode se tornar-se um cenário propulsor da ausência dos elementos e princípios da democracia na medida em que a ambiência social e política necessária para ao exercício da cidadania não se encontra disposta da mesma forma em toda a cidade e, conseqüentemente, para todos os indivíduos.

Portanto, para que haja uma aproximação da complexidade presente na relação que se estabelece entre pobreza, desigualdade e a dimensão espacial, procurar-se-á, neste item, trazer a discussão em torno da segregação urbana. Para isso, são necessárias algumas considerações sobre o processo de produção do espaço para uma melhor compreensão das formas de diferenciação social presentes nas grandes cidades. Num segundo momento, será feita a conceituação da segregação urbana, a partir de alguns estudos da área.

2.3.1 As diferenciações sociais no espaço urbano e suas implicações

Para a compreensão da forma como as diferenças são dispostas na cidade é necessária uma aproximação da maneira como o espaço urbano é produzido e, conseqüentemente, como a segregação se processa. Tornou-se lugar comum dizer que o espaço não deve ser analisado como um dado *a priori*, mas como um produto social imbuído de elementos políticos e ideológicos sustentados e reproduzidos por uma determinada classe da sociedade. Ao mesmo tempo, não se pode também considerar a produção do espaço como semelhante à produção de objetos ou mercadorias, fruto do desenvolvimento do sistema capitalista, apesar de haver uma estreita relação entre a produção dos objetos e a produção do espaço (LEFEBVRE, 1970). Como indica Carlos (1994, p. 22), “[...] a sociedade também produz o espaço e passa a ter dele uma determinada consciência” que direciona e condiciona seus usos e práticas. A forma de produção e reprodução de bens e da própria vida se estabelece dentro de contextos históricos específicos que determinam o modo desta produção. Desta forma, o espaço também passa a ser produzido em consonância com o processo produtivo mais amplo da sociedade. Segundo a autora, no caso do modelo capitalista:

[...] as necessidades de reprodução do sistema fundado no capital vão estabelecer os rumos, objetivos e finalidades do processo geral de reprodução, no qual o espaço aparecerá como condição e meio, desvanecendo-se o fato de que também é produto. (CARLOS, 1994, p. 22)

Neste sentido, o espaço urbano não deve ser tomado apenas como receptáculo do capital, mas como uma dimensão dialética onde se processa a materialização das atividades humanas e, portanto, das relações sociais e, ao mesmo tempo, onde a sua configuração influencia e atua sobre o direcionamento das atividades sociais.

Como uma dimensão dialética, pensar a espacialidade no mundo moderno implica tomar a complexidade dos novos modos de produção capitalista, sobretudo, o que Lefebvre (2008) chamou de reprodução das relações de produção. Esta, segundo o autor, “[...] não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através das cotidianidades, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade [...] através do espaço inteiro” (LEFEBVRE, 2008, p. 47-48). Corresponde à produção no sentido mais amplo que diz respeito à produção de relações sociais e à reprodução de algumas outras relações já existentes. Assim, conforme Lefebvre (2008),

[...] a re-produção das relações de produção, processo que se desenrola sob os olhos de cada um, que se realiza em cada atividade social, inclusive naquelas aparentemente mais indiferentes (os lazeres, a vida cotidiana, o habitar e o habitat, a utilização do espaço) e ainda não foi objeto de um estudo global. (LEFEBVRE, 2008, p. 20)

Carlos (1994) também auxilia na compreensão do que seria a produção de relações sociais discutida por Lefebvre:

A produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para a satisfação de suas necessidades materiais, é também a produção de sua humanidade, através da produção de relações (sociais, econômicas, políticas, ideológicas, jurídicas etc.). Por outro lado, a articulação dessas relações tende a individualizar-se espacialmente, dando singularidade às parcelas do espaço, articuladas numa totalidade espacial (como produto histórico). (CARLOS, 1994, p. 23)

É nesta perspectiva que o espaço por completo e em todas as suas dimensões e conformações se transforma no lugar dessa reprodução, onde se articula todo o conjunto da sociedade ultrapassando as questões concernentes às discussões arquitetônicas e urbanísticas da cidade. Em

outros termos, o espaço é simultaneamente valor de uso e valor de troca, embora este último tenha solapado a característica humanizadora da cidade moderna. A potencialidade da cidade como o lugar do encontro, da troca, da plena realização da vida urbana, se dá por meio da apropriação. A apropriação ou o direito à cidade se estabelece como contraponto ao processo de fragmentação do espaço caracterizado pela existência dos mais variados centros de dominação: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação e conhecimento (LEFEBVRE, 2008). O espaço fragmentado subjuga o espaço do encontro dos “objetos e sujeitos”, lugar síntese onde é concebível a retomada de uma unidade “espaço-temporal”, aquela caracterizada, segundo Lefebvre (2008), como a possibilidade de realização plena do sujeito (individual e coletivo). No entanto, as contradições *do* espaço no mundo moderno “abrangem e elevam a um grau superior as contradições *no* espaço” (MARTINS, 2008, p. 10, grifo nosso) estabelecendo mesmo uma expulsão para os espaços periféricos daqueles que não participam dos privilégios dos centros mencionados.

O direito à cidade, na concepção de Lefebvre (2006 e 2008), corresponde à recusa de um afastamento da realidade urbana (dada sua organização seletiva e segregadora), de toda a rede que ela tece e de toda as aspirações que ela engendra e sustenta. Excluir, portanto, do urbano, “[...] grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 32). A vida urbana e tudo aquilo que a enreda não se manifesta de maneira igual para todos os cidadãos. A organização do espaço manifestada nos seus usos e apropriações constitui-se dividida e justaposta, hierarquicamente, em “espaços da riqueza” e “espaços da miséria”. O *design* espacial se processa em termos de diferenciações caracterizadas, principalmente, pela localização da moradia e pelo emprego do tempo. As contradições do espaço no modelo capitalista se instauram e se manifestam, principalmente, por intermédio da relação entre sua produção socializada e sua apropriação individual e privada, materializada pelo uso do solo e por sua constante disputa (CARLOS, 1994). A localização do indivíduo no espaço tem, portanto, implicações na forma como ele irá se apropriar da cidade, no sentido mais amplo possível. Isto se deve ao fato de que a estrutura urbana possui estreita relação com a estrutura social de determinado lugar. Bourdieu (1997), no seu célebre trabalho *Efeitos do lugar* elucida a correspondência entre a estrutura do espaço social e a estrutura do espaço físico. Segundo o autor:

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos. (BOURDIEU, 1997, p. 160)

O que se pode chamar de espaço físico, ou seja, a estrutura urbana ou o modelo territorial, expressa as desigualdades existentes em uma dada cidade em termos de acesso aos recursos materiais (bens e serviços) em razão da localização das moradias e da disposição diferenciada destes recursos. A dinâmica do espaço urbano “não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades, das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade.” (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003, p. 89). Com efeito, as diferenciações sociais presentes no espaço se manifestam não tão somente na ausência e na falta de acesso a determinados tipos de bens e serviços, mas, principalmente, na não apropriação da cidade como uma totalidade, como uma obra. Ligados à questão da localização da moradia estão o emprego e o poder sobre o tempo. Geralmente, na perspectiva da apropriação da cidade, a distância entre o local de moradia e os outros *locus* da atividade humana é primordial para pensar na mobilidade dos indivíduos na cidade. Tomando o espaço como um valor de troca, os indivíduos não compram apenas uma parte dele (materializado no lugar de moradia), mas também o emprego do tempo vinculado à distância, ao deslocamento, principalmente, aos locais de trabalho, mas também, de lazer, de serviços etc. O direito à cidade se transfigura, portanto, no direito à apropriação, entendida como a apropriação do espaço e do tempo. Mas, como visto, nem todos os indivíduos se apropriam plenamente da cidade e, por extensão, da própria vida urbana. Os imperativos da produção do espaço no modelo capitalista conduzem à sua própria “expropriação” por parte de uma grande parcela de indivíduos que passam a possuir um valor em função do lugar onde vive e se reproduz precariamente.

O contraste existente nos modos de apropriação da cidade se expressa na forma da segregação desencadeada pelo modo de produção do espaço e pela sua reprodução por meio das relações sociais. A segregação, como assinalou Lefebvre (2004), trata-se do resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, dificultando e, em muitos casos, até obstruindo a comunicação entre as diferenças. Na mesma direção, autores brasileiros como Villaça (2001 e 2004) e Pasternak (2004) recorrem à definição

de Castells para refletir sobre o fenômeno da segregação. Para Castells (1983) a segregação urbana seria, numa primeira aproximação, a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mas também de hierarquia.” (CASTELLS, 1983, p. 210). Para Villaça (2001) a idéia de “tendência” anunciada por Castells é de extrema relevância para pensarmos a segregação, principalmente, nos contextos atuais. Para ele, tal fenômeno se apresenta como um processo pelo qual diferentes grupos sociais “[...] tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p. 142). A noção de tendência é importante para não cairmos em categorizações rígidas ao pensarmos em processos dinâmicos como o das grandes cidades brasileiras. A homogeneidade num espaço, da mesma forma, deve ser analisada com cautela, principalmente no que diz respeito à sua escala, assim como também ao seu traçado (VILLAÇA, 2001).

De uma forma geral, pode-se pensar a segregação urbana no Brasil a partir dos modelos assinalados por Caldeira (2000) ao analisar a cidade de São Paulo. Segundo a autora, a primeira forma de segregação na cidade se caracterizou de maneira concentrada, em que vários grupos distintos se adensavam numa mesma área. O modelo centro-periferia, o mais comum para pensar os grandes centros até a década de 80, se caracteriza pelo fato de que os grupos mantêm entre si uma grande distância espacial e dispõem, de forma desigual, de uma rede de bens e serviços condizentes com sua condição social e com sua capacidade de mobilizar tais recursos. O terceiro modelo, que se mostra, frequentemente, justaposto ao modelo centro-periferia, surgiu a partir dos anos 80. Segundo Caldeira (2000), esta forma urbana se expressa na proximidade física de diferentes grupos sociais, mas que, ao mesmo tempo, se encontram separados por uma série de mecanismos de isolamento voluntário da classe mais privilegiada, como é o caso dos condomínios fechados, que a autora chamou de “enclaves fortificados”. Trata-se de um modelo de segregação mais fractal, mais disperso, de “proximidade maior de grupos sociais desiguais, proximidade física maior e proximidade psicológica menor, os grupos vivem próximos, mas não se comunicam” (PASTERNAK, 2004, p. 92).

É importante destacar que todos os modelos de segregação guardam um princípio de dominação, no caso, de dominação de classe, já que no Brasil, a dimensão classista para pensarmos as desigualdades espaciais, se mostra mais explicativa se compararmos a outros tipos de segregação como a relacionada à etnia, por exemplo. Segundo Villaça (2004), a segregação

por classe subjuga e domina todas as outras possíveis, pois apresenta uma interligação processual dos componentes econômico, político e ideológico. Ribeiro (2003) destaca a pertinência do fenômeno da segregação como expressão de uma contraditória ordem social:

[...] a segregação residencial tem sentido para designar certas formas de segmentação socioespacial fundadas no controle institucional de recursos que desfrutam certas categorias para a manutenção ou ampliação de barreiras ao contato físico e social e, ao mesmo tempo, na imposição legítima ou não de uma ordem simbólica fundada na crença compartilhada de que as pessoas não são naturalmente iguais. (RIBEIRO, 2003, p. 164)

Esta ordem imposta ao espaço não permite o que Ribeiro (2003) chama de *mistura social*, pois impede a troca, o contato. A segregação, portanto, no seu sentido histórico, é forma e condição da dominação social presente e expressa no espaço, já que ela (segregação) estabelece a distância (física e social) entre os grupos sociais necessária à perpetuação da divisão de classes. Desta forma, o fenômeno da segregação mostra-se dinâmico e plástico frente às transformações do espaço urbano e da sociedade e acompanha as formas contemporâneas de não reconhecimento e de anulação do outro, entendido como o pobre, o periférico. É certo que se deve considerar que as contradições inscritas no espaço e na sociedade são, ao mesmo tempo, capazes de capturar e alavancar o seu reverso por meio das manifestações dos atores sociais mais atingidos pelo processo, diga-se de passagem a importância do histórico de mobilização e luta dirigido pelos movimentos sociais na reivindicação de uma ampla reforma urbana no Brasil a partir da década de 70. O próprio Lefebvre, pela herança de Marx, considerava possível e necessária a revolução urbana a partir da mobilização da classe trabalhadora, em que apenas ela poderia dar curso ao que ele chamou de um novo humanismo, o humanismo do homem urbano “[...] para o qual e pelo o qual a cidade e sua própria vida quotidiana se tornam obra, apropriação, valor de uso” (LEFEBVRE, 2006, p. 144).

As implicações da segregação urbana são as mais variadas e podem mesmo influenciar na sociabilidade urbana de determinado lugar. Como já enfatizado, a efetivação da cidadania está relacionada com o modo como os indivíduos se apropriam da cidade de uma maneira geral. Ao se tomar as periferias das grandes cidades brasileiras, observa-se o quanto são desprovidas de infraestrutura de qualidade se comparadas àquelas encontradas nas regiões mais abastadas. A própria dificuldade do acesso aos meios de transporte torna-se, frequentemente, um mecanismo de confinamento dos indivíduos aos seus locais de moradia. Por este e por outros fatores, a

utilização da cidade pelos moradores de periferia se dá de maneira parcial ou, nas palavras de Santos (2002), como se a cidade fosse pequena, uma cidade local, pois eles não dispõem de fluxos e, tampouco, se constituem como os próprios fluxos, como ocorre com os grupos sociais privilegiados que têm diante de si toda a cidade, ao menos que queiram, voluntariamente, se auto isolarem em alguma parte dela. Os pobres de recursos, segundo Santos (2002) e Bourdieu (1997), tornam-se prisioneiros do lugar. Experimentam, mais intensamente, a idéia de finitude e, em sua maioria, “[...] geralmente nasce e morre vendo muito pouco” (CARLOS, 1994, p. 62). Numa perspectiva política, a segregação urbana também baliza o “encolhimento” da cidade na medida em que ela torna-se escassa, ausente para grande parte da população. Num artigo desenvolvido por Carvalho (1995) sobre a relação entre a cidade escassa e a violência urbana no Rio de Janeiro, a autora ressalta o fundamento do que ela chama de cidade pequena:

Uma cidade é pequena, do ponto de vista político, quando não consegue prover de cidadania, as grandes massas, isto é, não consegue conte-las sobre a sua lei e guarda. Um teto, trabalho, saúde e educação, são bens de cidadania porque a sua provisão tem a finalidade de garantir que os segmentos mais pobres da população possam se manter autônomos ou se tornar libertos, das inúmeras redes de subordinação pessoal que se encontram presentes na base da sociedade carioca – as da contravenção [...] para, como cidadãos livres, poderem tocar suas vidas privadas, a extensão dos bens de cidadania e à forma pela qual as novas fronteiras sociais são incorporadas à vida pública, à esfera política em seu sentido mais amplo. (CARVALHO, 1995, p. 5)

Os constrangimentos objetivos impostos pelo espaço urbano são, no entanto, constrangimentos também subjetivos manifestados no silêncio dos “sorrisos pálidos” (SOUZA, 2002), dos olhares cabisbaixos, da distância respeitosa¹². Gostaríamos de destacar, o que acreditamos ser premente para pensar as implicações da segregação no espaço urbano: o estigma territorial. É a ele que o próximo será dedicado.

¹² Estamos tomando, neste trabalho, a “distância respeitosa” como aquela cunhada por Bourdieu (1997), que corresponde ao poder simbólico inscrito nos espaços da cidade que não são para todos e que, portanto, são mantidos longe, simbolicamente, daqueles considerados inaptos para o seu uso.

2.3.1.1 “Onde você mora?”: notas sobre o estigma territorial e seu impacto no cotidiano dos moradores

Já foram introduzidas algumas considerações feitas por Wacquant (2001) em torno da configuração da “marginalidade avançada” nos contextos norte-americano e europeu. Neste momento recorre-se ao autor novamente para a compreensão das consequências deste fenômeno nas dinâmicas espaciais destes lugares a partir de suas considerações.

Segundo Wacquant (2001), a concentração de uma população pobre em espaços separados e isolados da cidade, onde a degradação física está expressivamente presente, propicia a construção de uma imagem marcada por aspectos negativos sobre o espaço e seus moradores. O processo de estigmatização que pode orientar a visão que a cidade tem dos espaços segregados, acaba por orientar o comportamento daqueles que moram nestes espaços, considerados “purgatórios sociais, infernos urbanos, prisão, a lata de lixo de Paris, pequenas chicagos” (WACQUANT, 2001, p. 168 e 136) e outras denominações semelhantes não menos degradantes. Nos estudos feitos pelo autor no Cinturão Negro (Estados Unidos) e no Cinturão Vermelho (França), o impacto do *estigma territorial* sobre o que se pode chamar de senso comunitário é muito grande. Os moradores normalmente não se reconhecem e não querem se reconhecer no espaço onde vivem. Ou seja, a falta de identidade com o lugar impossibilita a construção de uma consciência coletiva. O que foi observado foi um grande enfraquecimento dos laços sociais, provocando um distanciamento entre os moradores.

Para Wacquant (2001), o processo de estigmatização territorial provoca a *dissolução do lugar* transformando-o em um espaço onde os moradores mantêm uma relação de indiferença e onde, ao mesmo tempo, se sentem inseguros. Espaços como os guetos nos Estados Unidos ou *banlieue* na França, congregavam significados e valores comuns, símbolos de pertencimento a um grupo. No contexto da marginalidade avançada, eles reduziram-se em *locus* de pura sobrevivência e coexistência entre indivíduos de condições objetivas semelhantes. Segundo Wacquant (2001), esta fragmentação *simbólica e social* é resultante, principalmente, do processo de *desproletarização*, já que a marginalidade avançada constituiu-se num contexto de pulverização de classe, em que as bases identitárias se desfocalizaram do universo do trabalho. A perda do referencial simbólico comum desintegrou os indivíduos nos seus locais de moradia.

Um outro aspecto importante para este trabalho desenvolvido por Wacquant (2001), diz respeito a mais um componente da dinâmica da marginalidade avançada e do processo de estigmatização. A forma segregada como os indivíduos estão dispostos no espaço urbano acaba por reproduzir a estratificação social, impulsionada pelo próprio Estado. As distâncias físicas projetam e reforçam as distâncias sociais mesmo que elas mesmas, isoladamente, não expliquem a estratificação social, mas reproduzem no interior das cidades o discurso do “nós” em contraposição a “eles”. Ou seja, há um reconhecimento, tanto daqueles que não residem nos espaços segregados quanto daqueles que residem, de que ambos não compartilham de uma comunidade cívica ou da cidade em sua totalidade. Os moradores têm consciência de que são isolados em espaços deteriorados e que são “marcados” por este motivo:

O fato de morar no histórico Cinturão Negro de Chicago carrega o pressuposto automático de inutilidade social e inferioridade moral, que corresponde a uma consciência aguda da degradação simbólica associada ao confinamento num universo odiado e desprezado. (WACQUANT, 2001, p. 139).

O estigma territorial promove impactos na interação dos residentes com o restante da cidade, bem como na relação com os empregadores, com a polícia, com a justiça e com a burocracia do Estado (WACQUANT, 2001). Vale ressaltar que no caso do Cinturão Vermelho o estigma é tão somente associado ao lugar de residência, ou seja, é um estigma espacial. No caso do Cinturão Negro, o estigma é espacial e, sobretudo, racial. São diferenças muito significativas quando pensamos no quanto esta dimensão do estigma é introjetada e (*in*)tolerada pelos indivíduos. No caso francês, os indivíduos, mesmo segregados, têm a possibilidade de transitar física e simbolicamente pela cidade, já que não carregam, visualmente, o teor de sua origem espacial. Neste sentido, estes indivíduos por um momento podem experimentar, os papéis daqueles que são incluídos e, ao mesmo tempo, perceber a dimensão do quanto são excluídos. Sobre a importância da percepção da pobreza relativa, Wacquant (2001) chamou de *percepção dual* a troca de consciência possibilitada pela circulação não cerceada do indivíduo pobre na cidade. No caso dos guetos norte-americanos, esta *percepção dual* não pode ser praticada, já que a exclusão pela cor impede a livre circulação dos negros na cidade. Mas, como elucidado, nos dois casos há por parte dos moradores a percepção de que são segregados e marcados coletivamente. Esta percepção e consciência da realidade na qual se encontram imersos, propicia aos indivíduos estratégias de fuga ou de desvio do estigma presentes tanto no não fornecimento

do endereço correto ou mesmo nas diversas formas de diferenciação e distanciamento como a desvalorização do bairro e dos vizinhos em contraposição a uma valorização exagerada do seu valor moral como indivíduo. Os moradores tendem, desta forma, a se auto-hierarquizarem, reproduzindo também o discurso do nós/eles difundido no restante da cidade. Essas estratégias são formas, frequentemente ilusórias, de os moradores se esquivarem do que Bourdieu (1997) chamou de “efeitos de destino” inscritos na pertença, não voluntária, a um grupo e espaço estigmatizados.

É importante frisar que a presença do estigma territorial nos espaços periféricos das grandes cidades brasileiras se dá de forma diferenciada, principalmente ligada à formação e à dinâmica das favelas e dos impactos de suas representações sociais sobre a vida dos moradores. A discussão sobre guetos, por exemplo, como é trabalhado por Wacquant (2004) em um outro texto, não se configura uma realidade para o caso brasileiro. No entanto, a forma de interação dos moradores de periferia com o restante da cidade é influenciada pela “marca” territorial que lhes é conferida. A imagem das periferias como lugares não necessariamente distantes do centro, mas desprovidos de infraestrutura adequada e serviços como no caso das favelas, é justaposta à representação da marginalidade, do estigma, ligada à idéia de desordem e violência que imprime nos moradores o “arquetipo das ‘classes perigosas’” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 117) incidindo nas mais variadas dimensões de suas trajetórias. Tomamos como exemplo o estudo desenvolvido por Ribeiro, Cruz e Marbela (2007) sobre a dinâmica social estabelecida num território fluminense onde há uma intensa proximidade territorial de grupos sociais que ocupam posições extremas na estrutura social. Neste exemplo, os autores discutem as várias formas de lidar dos moradores do Leblon (classe privilegiada) com os moradores da Cruzada, caracterizadas pela indiferença ou mesmo pelo preconceito e marginalização. Segundo os autores, as falas desses moradores, de uma forma geral, demarcam o lugar dos moradores da Cruzada considerando-os diferentes. Constatou-se na pesquisa que o imaginário social sobre os moradores da Cruzada e suas práticas correspondentes, possibilita a existência da “estima negativa” dos moradores (RIBEIRO; CRUZ; MARBELA, 2007). A proximidade física, neste caso, pode resultar num tipo de sociabilidade em que a violência simbólica seja imperante, já que, como verificaram os autores, “[...] o exercício do poder social das elites econômicas e sociais sobre o espaço se materializa por sua capacidade de impor suas normas sociais, seu modelo cultural e seu estilo de vida” (RIBEIRO; CRUZ; MARBELA, 2007, p. 16-17). Veremos, mais adiante, como o

fato de morar em um lugar impregnado de imagens negativas propicia aos atores pesquisados um tipo de sociabilidade peculiar calcada em estratégias e performances para o seu possível desvencilhamento.

3 A PRODUÇÃO SOCIAL DO CONJUNTO TAQUARIL: REFLEXÕES ACERCA DO NOSSO ESTUDO DE CASO

A discussão sobre segregação urbana traz, necessariamente, a localização de uma problemática em uma determinada referência espacial, seja qual for seu dimensionamento. Ao focalizar o bairro como uma unidade de análise, estamos considerando sua delimitação para além de suas fronteiras físicas. Isto quer dizer que a escolha da unidade espacial não se deu apenas em função de termos um recorte disponível para a coleta de dados. A discussão a que este estudo se propõe a fazer é justamente tentar compreender as percepções e representações sociais que os moradores de determinado lugar elaboram diante da conformação objetiva da desigualdade expressa no espaço. Para isso, é importante pensar o bairro como propõem Andrade e Mendonça (2007) que o consideram uma *unidade de interação com uma dimensão espacial*. Pensado desta forma, o bairro e, especificamente, o *bairro de periferia*, é tomado como uma unidade heterogênea, pois embora bairros deste tipo congreguem características similares, principalmente no que diz respeito aos indicadores negativos, há muitos aspectos peculiares que devem ser considerados. Como destacam Bichir, Torres e Ferreira (2004), sobre a pobreza urbana no município de São Paulo, o que alguns estudos têm mostrado é que há uma relativa diversidade nas áreas pobres, sobretudo se estudadas numa escala geográfica mais aproximada como é o caso dos setores censitários, e destacam as diferenças da dimensão demográfica da pobreza nestas áreas. As diferenças presentes nestes espaços não se circunscrevem apenas ao âmbito objetivo como destacado por Bichir, Torres e Ferreira (2004), mas e, principalmente, se fazem marcantes no tocante às dimensões culturais e simbólicas elaboradas pelos agentes produtores e reprodutores da cidade, onde os moradores imediatos têm papel fundante e fundamental neste processo.

A emergência de estudos que contribuíram para o desvelamento da aparente homogeneidade dos espaços periféricos urbanos abriu possibilidades para a consideração das ações dos atores sociais tomadas como aquelas que dão sentido à vida na cidade. Um aspecto muito interessante apontado por Magnani (2002) diz respeito ao lugar social, foco de atenção da antropologia: àquele localizado entre o espaço público e a vida privada. Há, portanto, dimensões ou instâncias mediadoras entre o indivíduo e a sociedade como os grupos, as redes, os lugares de

encontro etc. Ao fazer estas considerações, ressalta-se a tentativa deste estudo de ter captado as possibilidades presentes nessas instâncias e de interpretá-las mediante o entrelaçamento das representações dos atores sociais e a forma de apreensão da pesquisa numa relação, necessariamente, de troca. O bairro constitui, assim, uma *unidade de análise flexível* (SARAVÍ, 2004) e foi tomado como uma “entidade socioespacial reconhecida tanto pelos órgãos públicos e privados como pelos cidadãos” (ANDRADE; MENDONÇA, 2007, p. 2).

Este capítulo, portanto, tem como objetivo se aproximar do estudo de caso em questão por meio da descrição da morfologia do Conjunto Taquaril e de sua história de criação, para que seja introduzida a dinâmica social do lugar apreendida pela pesquisa de campo junto aos jovens entrevistados.

3.1 A formação da cidade de Belo Horizonte e a produção de suas “ralés”

Ao focalizar uma dada localidade no espaço urbano e sua forma de inserção no tecido mais amplo que se constitui a cidade, é interessante se ater à forma como se consolidou a cidade de Belo Horizonte. Inúmeros estudos já se debruçaram sobre a história da cidade, o que não é o nosso intento reconstituir. O mais importante neste momento é refletir sobre o quão desigual se constituiu o processo de ocupação do solo em Belo Horizonte. Este fato se evidencia pela eminente atuação do Estado que possibilitou a formação de uma estrutura espacial socialmente segregada desde o surgimento da nova capital mineira no final do século XIX. A disposição dos grupos sociais no espaço da capital perseguiu critérios hierarquizantes condizentes com a estética da cidade planejada para convencionar uma ordem e funcionalidade ao espaço. Mas este positivismo e a ingerência do próprio Estado conduziram a cidade, logo nos seus primeiros anos, a um (des)ordemamento urbano que custou caro às classes populares. O fato de não ter sido contemplado no projeto original o espaço destinado à moradia dos trabalhadores fez com que os mesmos já, de antemão, fossem relegados à própria sorte, evidenciando os resquícios, ainda muito presentes, do processo de abolição no Brasil, lembrando que, como destaca Guimarães (1991), grande parte dos trabalhadores vindos do interior do estado se constituía de ex-escravos e seus descendentes. O projeto previa a acomodação nos Núcleos Agrícolas dos trabalhadores

rurais encarregados de providenciar o plantio do Cinturão Verde que abasteceria a cidade, mas o mesmo não foi pensado para os trabalhadores urbanos que acabaram criando suas próprias alternativas (GUIMARÃES, 1991, p.68). Dois anos antes de ser inaugurada, a cidade planejada já contava com duas ocupações “indesejadas”¹³ na zona urbana (zona nobre): o Córrego do Leitão (Barro Preto) e a favela do Alto da Estação (Santa Tereza) que já constituíam, nesta época, cerca de 3.000 moradores.

Nos anos posteriores à inauguração, com o crescimento das ocupações na zona urbana e o crescimento populacional, houve sucessivas tentativas de expulsão das classes trabalhadoras para a periferia da cidade, processo que se deu não sem a presença dos movimentos na luta pela moradia e por melhores condições de vida. Como ressalta Guimarães (1991, p. 118), “as medidas relativas à moradia do trabalhador, o combate à construção dos barracos, a não delimitação de uma área para a habitação do operário e o conjunto de exigências ao acesso legal ao terreno” foram adotadas para manter a zona urbana e, conseqüentemente, a cidade planejada e seus “potenciais” moradores, isolados das classes “inferiores”. A deterioração das classes trabalhadoras e do espaço por elas ocupado intentava, por meio da ação do Estado, “despachalas”, portanto, para os *subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade* (JULIÃO, 1992) destruindo, assim, a própria noção de urbanidade. A “suburbanização” logra um processo que descentraliza a cidade, pois afastados da centralidade, os trabalhadores acabam por perder o sentido da “obra” (LEFEBVRE, 2006). Mas mesmo com todos os constrangimentos impostos, a ocupação do espaço na zona urbana por parte dos trabalhadores tornou-se uma prática de sobrevivência já que, por estarem morando nesta área da cidade, o acesso à infraestrutura e ao transporte coletivo era assegurado e, portanto, a reprodução de sua força de trabalho. A situação de crescimento desordenado e ocupações irregulares provocadas pelo “projeto” da capital e pelas medidas tomadas pelo Estado, acabou tornando-se quase irreversível, ou seja, há décadas a questão da moradia e sua localização na cidade, bem como o acesso à infraestrutura e serviços ainda se configuram como pauta dos movimentos sociais. Este fato evidencia a espoliação urbana sobre a qual a conformação de Belo Horizonte se substanciou, logrando também sua reverberação para a região metropolitana.

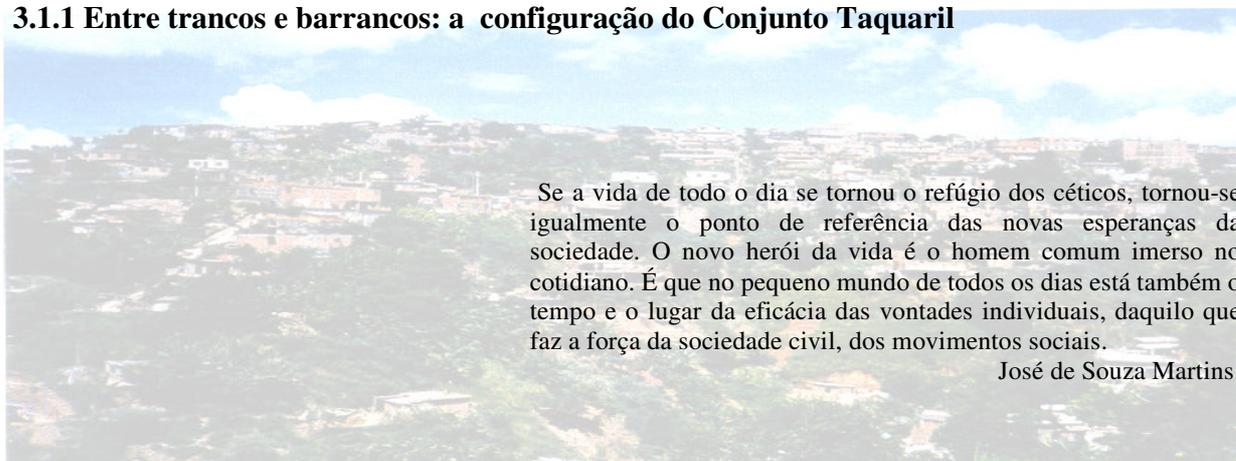
¹³ Essas ocupações foram denominadas de “Aglomerados de cafuas” que se constituíam de aglomerados de pequenas casas feitas de pau a pique, cobertas de zinco (GUIMARÃES, 1991, p. 69, 70).

Como bem assinala Guimarães (1991), o crescimento da cidade se deu da periferia para o centro, subvertendo a ordem prevista no projeto de Aarão Reis. Em 1912 Belo Horizonte já contava com cerca de 39.000 habitantes, sendo que destes, 70% se encontravam fora da zona urbana (ANDRADE, 2003, p.181). A partir do final da década de 20, inicia-se um processo de expansão da fronteira urbana para além dos limites planejados para a cidade (GUIMARÃES, 1991), passando a população a crescer de forma acelerada. Como destacam Guimarães (1991), Teixeira e Souza (2003), Andrade (2003) e Mendonça (2003), a tendência à formação da região metropolitana se dá com a conformação de dois vetores de crescimento: a oeste, com a criação na década de 40, da Cidade Industrial de Contagem¹⁴; e ao norte com a criação da Pampulha, área reservada para a classe nobre e se destinava à moradia e lazer. A progressiva conurbação com os municípios vizinhos, nos anos posteriores, sedimentou, na década de 70, a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), constituindo hoje, uma das maiores do país.

As diferenças intrametropolitanas evidenciam a constituição de um espaço segregado. Segundo Mendonça (2003, p. 126), apesar do crescimento da população ocupada e de uma maior participação de estratos vinculados ao setor terciário, os anos oitenta já presenciavam mudanças substantivas na estrutura social relacionadas à precarização das relações de trabalho, à redução dos rendimentos e à maior entrada de mulheres no mercado de trabalho. Em sua análise, a autora destaca que estas mudanças provocaram um maior distanciamento dos dois polos da hierarquia, “com maior concentração dos rendimentos das categorias dirigentes e empobrecimento dos estratos inferiores da hierarquia” (MENDONÇA, 2003, p. 127). Segundo a autora, atualmente a RMBH apresenta uma organização socioespacial caracterizada pelo padrão centro-periferia que se consolidou nos últimos anos.

¹⁴ Distrito de Betim na época.

3.1.1 Entre trancos e barrancos: a configuração do Conjunto Taquaril



Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.

José de Souza Martins.

O Conjunto Taquaril emerge na metrópole em 1987 num contexto em que a luta pela moradia se fazia efervescente e urgente face às contradições urbanas. A questão habitacional, que surge como problema logo nos primeiros anos da capital, transforma-se, nas décadas de 70 e 80, numa questão aglutinadora dos movimentos sociais que passam a reivindicar uma ampla reforma urbana na cidade. Este processo acompanha a tendência no país das contestações dos vários movimentos sociais associadas à reivindicação por melhores condições de vida, passando, essencialmente, pela busca do direito à moradia. Em Belo Horizonte, o acesso diferenciado ao espaço urbano que impulsionou o processo de favelização que pode ser considerado como “uma estratégia de solução da questão habitacional pela ocupação intensiva de espaços” (COSTA, 1994, p.61), desencadeou a partir da década de 70, a produção da periferia, por meio das moradias populares. O Conjunto Taquaril surge a partir da luta iniciada em 1984 pelo Centro de Ação Comunitária Alto Vera Cruz (CAC-VC) que contava com o apoio da Federação das Associações de Bairros e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), criada em 1983 e que tinha como objetivo apoiar mobilizações, principalmente, para a luta pela moradia (ABREU, 2008).

O Conjunto Taquaril está localizado na Regional Leste de Belo Horizonte e faz divisa com o município de Sabará. O início da ocupação do terreno se deu em 1981 quando a área pertencia à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais (CODEURB). Nesta época, a área foi parcelada em sítios de recreio e foi denominada Bairro Castanheiras¹⁵. Após a intensa reivindicação do movimento dos “sem casa” liderada pelo CAC-VC para que esta

¹⁵ BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Habitação. Revisão e detalhamento das áreas de ocupação restrita do Plano Diretor do Conjunto Taquaril: Etapa 2 – Levantamento de dados. 2001.

área fosse destinada ao assentamento de famílias de baixa renda, a prefeitura reparcela o terreno. Esta medida se insere no conjunto de ações implementado pelo Prefeito Sérgio Ferrara após assumir a prefeitura em 1986. A partir deste ano, Sérgio Ferrara desenvolve em sua gestão o Programa Municipal de Habitação Popular que tinha como objetivo, construir moradias populares nas periferias de Belo Horizonte, por meio da ação conjunta com o movimento social urbano na tentativa de amenizar o déficit habitacional da cidade, muito embora as condições de assentamento estivessem longe de serem as ideais (HOURI, 2008). Como assinala Houri (2008), entre 1986 a 1993:

[...] muitos conjuntos habitacionais foram implantados com infra-estrutura precária em diversas áreas da periferia da cidade, para reassentamento de milhares de famílias de sem casa, moradoras de aluguel ou desabrigadas em consequência das chuvas e removidas de áreas de risco geológicas e de áreas públicas (HOURI, 2008, p. 40).

Segundo a autora, a maior parte destes conjuntos foi implantada em terrenos de propriedade pública, municipal ou estadual e alguns, também, em áreas da própria Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). No caso do Taquaril, a área era de propriedade do estado e se configurou como uma permuta, já que em troca, a Prefeitura ofereceu, ao então governador Newton Cardoso, terrenos localizados onde é hoje o bairro Mangabeiras (Regional Centro-Sul) e área localizada no bairro Resplendor (Regional Barreiro) (ABREU, 2008). Mas a área cedida para o assentamento das famílias no Taquaril não condizia com as áreas próprias para este fim. Abreu (2008), aponta que segundo parecer geológico elaborado em 1981 pela Engenharia de Solos (ENGESOLO) para a CODEURB, havia a indicação da deficiência do terreno para o surgimento de erosões e deslizamentos, o que representava a impropriedade para os assentamentos de famílias. O terreno, portanto, já estava condenado e a Prefeitura tinha a plena consciência deste fato. As entrevistas realizadas por Abreu (2008) com as lideranças¹⁶ que acompanharam todo o processo de ocupação do Taquaril evidenciam o fato de que a Prefeitura na época “*passou a rasteira*” no movimento, pois a área pleiteada era onde se localiza hoje o Conjunto Granja de Freitas, área propícia para a construção de moradias. Estudo feito pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) em 1993 apontava que:

¹⁶ Como o ex-vereador Paulão do partido PCdoB.

Desta forma, verifica-se que não ocorreu, já no nascimento do bairro Taquaril, incorporação de variáveis no planejamento e na execução do loteamento, que traduzissem características do sítio e tão pouco do tipo de uso que se daria para a área (não há registros de infra-estrutura relativa ao uso habitacional) apesar da consciência e conhecimento de todos estes fatores e seus efeitos (HOURI, 2008, p.51 *apud* URBEL, 1993).

O primeiro reparcelamento da área se deu em 1987 quando foram destinados 2000 lotes de, aproximadamente, 150m² a 1883 famílias selecionadas após a averiguação do próprio movimento e da prefeitura. As famílias eram, em grande parte, advindas do bairro Alto Vera Cruz (o bairro faz divisa com o Conjunto) e de outros bairros localizados também na Regional Leste como o Pompéia, Casa Branca, Caetano Furquim, São Geraldo, Esplanada e Vera Cruz (URBEL, 2001). No ano seguinte, foram remanejadas para o Conjunto mais 300 famílias desabrigadas. Desde então, o Conjunto foi sendo ocupado, desordenadamente, nas áreas verdes, margens de córregos, áreas de alta declividade e de grave risco geológico.

O passo seguinte ao assentamento foi a autoconstrução das moradias, bem como o “desbravamento” da área, já que a prefeitura não interveio, inicialmente, nem mesmo com a abertura das vias. Os moradores contaram com mutirões para a limpeza dos terrenos e para a construção das casas. Destaca-se, neste período, a participação em massa das mulheres. A inexistência de qualquer infraestrutura fez com que os moradores se mobilizassem, mais uma vez, para reivindicar o acesso, principalmente, à energia elétrica, à água encanada e ao transporte público. Estas reivindicações se deram no enfrentamento ostensivo à Prefeitura que, por sua vez, não se isentou de utilizar a força policial. Segundo Abreu (2008), até a criação do Orçamento Participativo (OP), na gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), as melhorias conquistadas foram consequência da mobilização dos moradores nos embates diretos com a polícia. A partir de 1993, o Conjunto experimenta, por meio da participação em massa da população, conquistas institucionalizadas pelo mecanismo do OP.

Apesar de o Conjunto trazer inscrito em sua história a luta aguerrida pela conquista do espaço, em conversa com moradores mais antigos, percebe-se o quanto ambíguo se deu este processo, já que para alguns, o acesso à moradia se deu por ventura da “benevolência” do Prefeito Sérgio Ferrara. Abreu (2008), também destaca em seu trabalho relatos nesta direção, em que o direito se confunde com a boa vontade do governante. Esta ambiguidade também deve ser lida tendo como referência o contexto em que se deu a ocupação do Taquaril. Como já

mencionado, a partir da década de 70, inicia-se um processo de produção da periferia por meio do loteamento popular, impulsionado pelo capital imobiliário. Apesar de esta prática ter se reduzido na década de 80 com a intervenção de uma legislação mais efetiva, como aponta Costa (1994), ela possibilitou, paradoxalmente, à população de baixa renda o acesso a um “pedaço de terra”, mesmo que pela via perversa, pois o acesso era restrito à compra do lote. A construção da casa ficava a cargo das próprias famílias. Na época em que se iniciou a luta pela ocupação no Taquaril, esta prática privada de parcelamento do solo tornou-se comum. Isto pode ter propiciado a tendência de alguns moradores do Conjunto verem na ação do Prefeito Sérgio Ferrara uma demonstração de “ajuda”. Por outro lado, é importante destacar que, embora a medida da prefeitura tenha sido significativa, ela se configurou uma “meia” medida, já que, como vimos, além do local não ter sido apropriado para a habitação, dadas as condições do terreno, aos moradores foram cedidos alguns poucos materiais de construção e algumas ferramentas para a auto-construção das casas.

Um último ponto a ser observado concerne ao fato de como o Conjunto Taquaril seguiu, na época, a tendência da metrópole no que diz respeito à especulação imobiliária. Esta prática se generalizou logo na formação do Conjunto. Na época, a seleção das famílias ficou a cargo das associações existentes no Alto Vera Cruz, o que fez com que algumas lideranças¹⁷ usassem esta atribuição para o seu próprio proveito. Assim, por exemplo, houve especulador que vendeu lotes em áreas que consideradas de preservação ambiental. As próprias famílias beneficiadas também vislumbraram a possibilidade de “fazer dinheiro” vendendo a própria terra destinada a elas. Ao longo do tempo, a valorização, principalmente, dos lotes mais bem localizados (aqueles próximos às vias veiculares) impossibilitou o retorno ao Conjunto de famílias que se arrependeram da venda do lote.

Como se observa, a produção do espaço não se dá sem contradições. Vale ressaltar que as classes populares emergem, neste processo, também como atores políticos face à ocorrência dos “constrangimentos” impostos pela/na metrópole. Acredita-se, assim como Abreu (2008), que a “periferia” se configura um lugar produto e produtor das relações que se estabelecem no espaço urbano e que também irrompem como “centralidade” por meio da apropriação dos atores do seu próprio cotidiano.

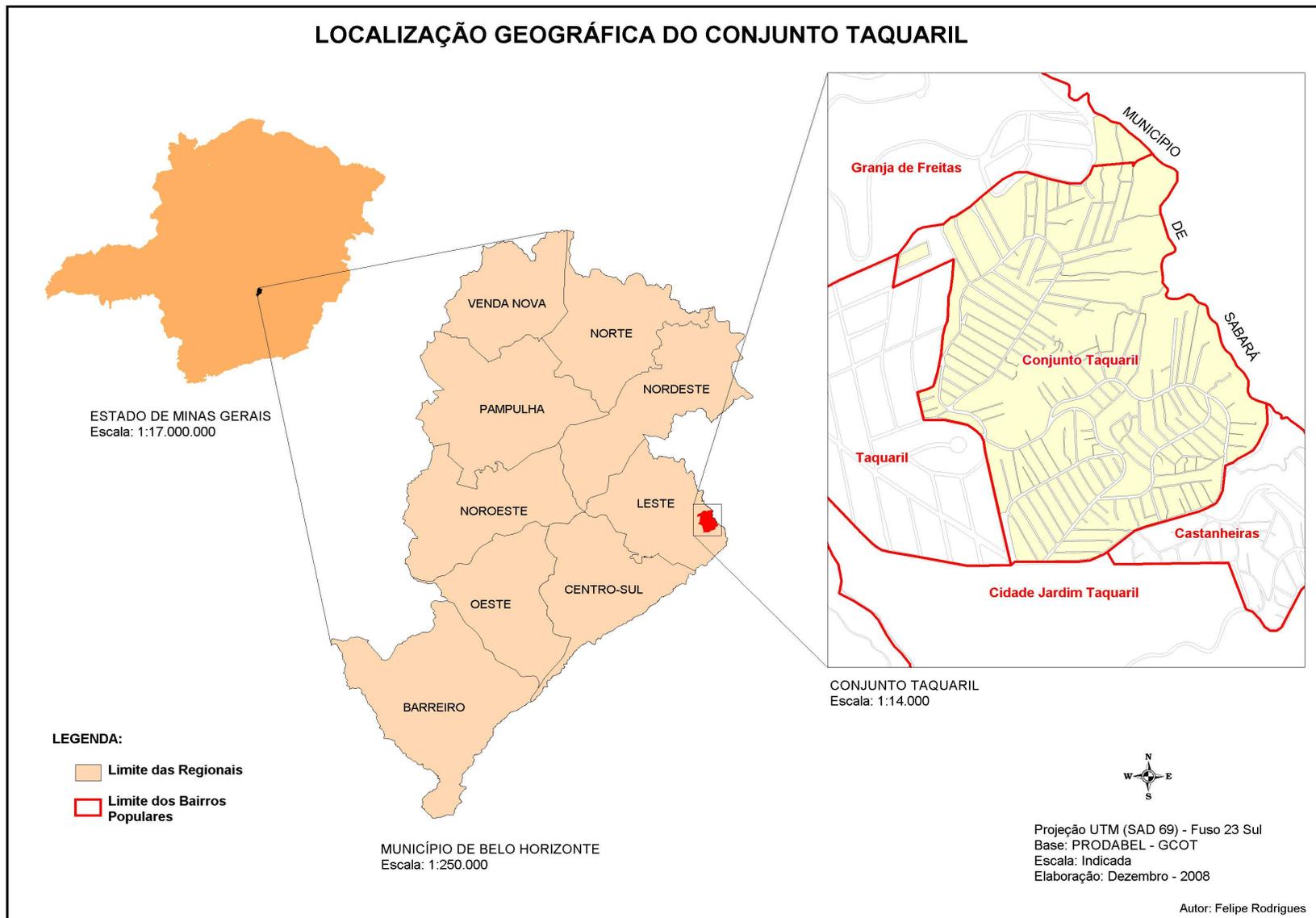
¹⁷ Estas lideranças são chamadas, popularmente, de “tubarões de tamanco” (ABREU, 2008, p.86).

3.1.1.1 Descrição do Conjunto

Dentro da perspectiva da conformação da metrópole, o Conjunto Taquaril está localizado na Macrounidade Pericentral segundo classificação realizada pelo Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) (FJP, 2007). As Macrounidades foram pensadas para visibilizar e tipificar a diversidade dos processos históricos, políticos e econômicos, pelos quais as localidades se conformaram no interior do espaço metropolitano. A tipificação, portanto, evidencia a compreensão das relações de força presentes na metrópole e suas implicações na estruturação e hierarquização do espaço incidindo na forma de governança urbana. A Região Metropolitana é dividida em oito Macrounidades: Núcleo Central, Área Pericentral, Pampulha, Periferias, Eixo Industrial, Franjas, Áreas de Expansão Metropolitana e Áreas de Comprometimento Mínimo. A Área Pericentral é caracterizada pela ocupação das classes médias e da exclusão gradativa das classes populares que se fixaram às suas margens. Este é o caso do Conjunto Taquaril. Segundo Relatório da FJP (2007), a Área Pericentral tem se caracterizado também pela substituição substantiva do uso residencial pelo uso comercial e de serviços, embora ela apresente a maior taxa de densidade demográfica da RMBH. A subdivisão da Área Pericentral em Áreas Homogêneas (AH)¹⁸ nos permite visualizar as diferenças internas presentes nas Macrounidades. Segundo Relatório da FJP (2008), a Área Homogênea onde está incluído o Conjunto Taquaril (Taquaril/Vila Flamengo) apresenta-se fortemente homogênea no que diz respeito às variáveis socioeconômicas e urbanísticas que evidenciam a precariedade do lugar.

Como já elucidado, o Conjunto Taquaril está localizado na Regional Leste de Belo Horizonte e faz divisa com o município de Sabará (Mapa 01).

¹⁸ “As Áreas Homogêneas (AH) foram definidas com o intuito de prover unidades de coletas adequadas para se estabelecer amostras mínimas em pesquisas socioeconômicas na RMBH” (FJP, 2007).



Mapa 01: Localização do Conjunto Taquaril.
Fonte: PRODABEL, 2008

O Conjunto se subdivide em 14 setores, delimitados principalmente pelas vias principais. A subdivisão em setores se deu por ocasião da formação do Conjunto quando os lotes precisavam de alguma forma ser demarcados. A área do reparcelamento original feito pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (1986/1987) corresponde aos setores 2 a 9. Os setores 10 a 14 e o setor 1 foram fruto da intensa ocupação e da venda de lotes empreendida pelos “tubarões de tamancos”¹⁹ (ABREU, 2008) após 1987. Os setores 13 e 14, também conhecidos como Bairro Castanheiras, são pertencentes ao município de Sabará e considerados os mais deficitários de infra-estrutura urbana. A área localizada a oeste dos setores 4, 6 e 8 corresponde ao Bairro Taquaril, conhecido pelos moradores do Conjunto como bairro “nobre”, segundo alguns relatos. O Conjunto se localiza na microbacia do Córrego Olaria, pertencente à sub-bacia do Ribeirão Arrudas. O córrego, nomeado pelos moradores como Córrego do Taquaril, configura-se como o limite entre os municípios de Belo Horizonte e Sabará. Nele, o esgoto é lançado a céu aberto em todo o curso d’água, além de receber o lixo doméstico (Figuras 01 e 02).



Figura 01: Córrego Olaria

Fonte: URBEL, 2001

¹⁹ Especuladores imobiliários locais: moradores e lideranças comunitárias



Figura 02: Córrego Olaria

Fonte: URBEL, 2001

Como destacado na revisão do Plano diretor realizada em 2001, a conformação urbana do Conjunto Taquaril pode ser tomada tendo como referência os dois momentos que caracterizaram sua ocupação. Na área onde se configurou o loteamento original, há a prevalência de uma estrutura urbana mais consolidada, principalmente pela presença de vias principais urbanizadas e por uma certa semelhança no padrão construtivo das residências de ocupação média a alta nos interiores das quadras (Figura 03).



Figura 03: Vista do Setor 5 com Setor 3

Fonte: URBEL, 2001

Já nas áreas onde se deram as ocupações mais recentes, há predominância da falta de infraestrutura adequada e de riscos geológicos iminentes, já que estas áreas (principalmente os setores 10, 11 e 12) são caracterizadas como de preservação rigorosa e área de preservação ambiental e de lazer²⁰, segundo parecer técnico desenvolvido no Plano Diretor (Figura 04).

²⁰ Área de Preservação Rigorosa: “[...]Trata-se das áreas laterais às linhas de macro drenagem naturais, mananciais e sítios de características geomorfológicas restritivas de qualquer tipo de ocupação ou uso que venha a comprometer a integridade do meio. Nestas áreas está prevista a remoção das edificações e reassentamento de famílias, a recuperação ambiental com reconstituição das encostas, recuperação das áreas de voçorocas e revegetação das áreas degradadas.” Áreas de Preservação Ambiental e de lazer: “[...] Trata-se das áreas laterais às linhas de macro drenagem que serão associadas ao uso para lazer, com infra-estrutura similares aos parques urbanos. Nestas áreas o Plano Diretor prevê a remoção das edificações existentes e reassentamento de famílias com reconstituição das encostas e revegetação de áreas degradadas”. (URBEL, 2001, p. 8-9).

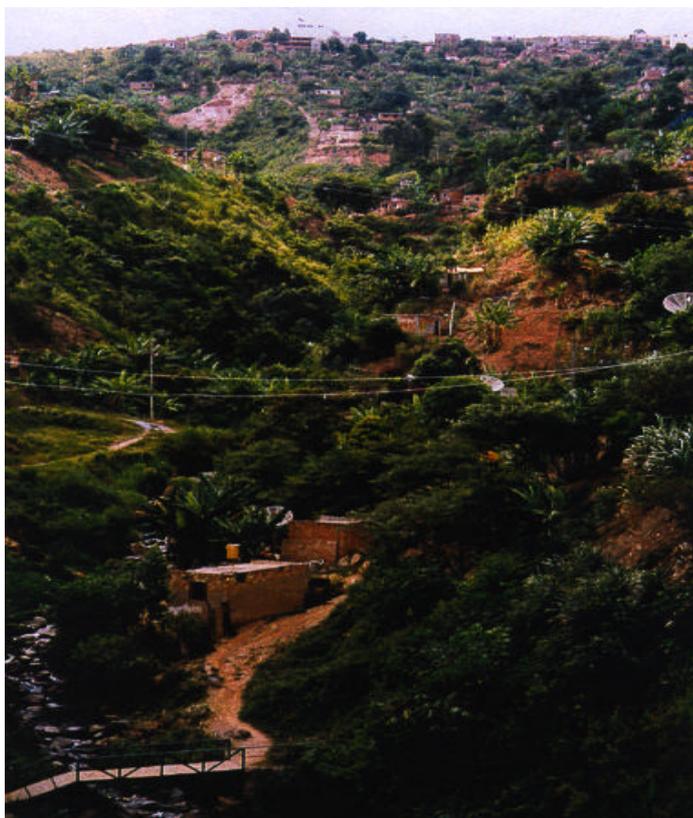


Figura 04: Fundo de Vale

Fonte: URBEL, 2001

Na revisão do Plano Diretor, estavam previstos a remoção das edificações e reassentamento das famílias e a recuperação ambiental de algumas áreas do Conjunto. Atualmente o Taquaril conta com a intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal para possibilitar a execução do Plano Diretor. Com os recursos obtidos, a prefeitura estará construindo unidades habitacionais para as famílias removidas, além de promover a urbanização nas áreas prioritárias indicadas no Plano Diretor.

O Conjunto Taquaril é muito diferenciado no que diz respeito à sua morfologia. É visualmente perceptível quando percorremos as ruas do Conjunto de que há áreas inadequadas para a moradia, bem como de difícil acesso (Figura 05) por estarem localizadas nos fundos de vale e às margens do Córrego Olaria, chegando a declividades de até 70%. Existem ruas que entre o seu início e seu término (até a uma via veicular) há um desnível de cerca de 90 metros (BELO HORIZONTE, 2001), exigindo que os próprios moradores criem alternativas para

minimizar as dificuldades em razão da topografia do lugar. Na rua Santa Cruz, por exemplo, foi construída uma escada de 359 degraus para facilitar o acesso ao “asfalto”. Esta situação precária, além de impossibilitar a chegada de serviços como entrega de gás, coleta de lixo etc., acaba por confinar os moradores em seus locais de moradia, dificultando, às vezes, a própria circulação interna no Conjunto (Figura 06).



Figura 05: Setor 11. Área com alta declividade

Fonte: URBEL, 2001



Figura 06: Rua Prado

Fonte: URBEL, 2001

Conforme constata Abreu (2008), o deslocamento, via caminhada, entre os setores localizados próximos ao município de Sabará a que podemos chamar de uma centralidade do Conjunto, a Praça Che Guevara, pode se dar em torno de 30 minutos. A travessia torna-se ainda mais difícil na época das chuvas. Por meio das observações e de relatos de alguns jovens entrevistados, percebemos uma hierarquização territorial presente no Conjunto. Os moradores dos setores pertencentes ao bairro Castanheiras, conhecidos como os “pés vermelhos” em função da poeira provocada pela estrada velha de Nova Lima, são os mais estigmatizados. Segundo Abreu (2008), há uma “espécie de segregação interna presente na área” (ABREU, 2008, p.128) percebida nas falas dos entrevistados que classificam e se autotomizam segundo o local de moradia. Há, portanto, os moradores dos setores 10 a 14 (Bairro Castanheiras) que se diferenciam dos moradores dos demais setores e que por sua vez se diferenciam dos moradores do Bairro “nobre” do Taquaril, considerados a “burguesia” da área (ABREU, 2008). Como veremos mais

adiante, a presença desta diferenciação interna influencia na forma de interação dos moradores e dos sujeitos da pesquisa.

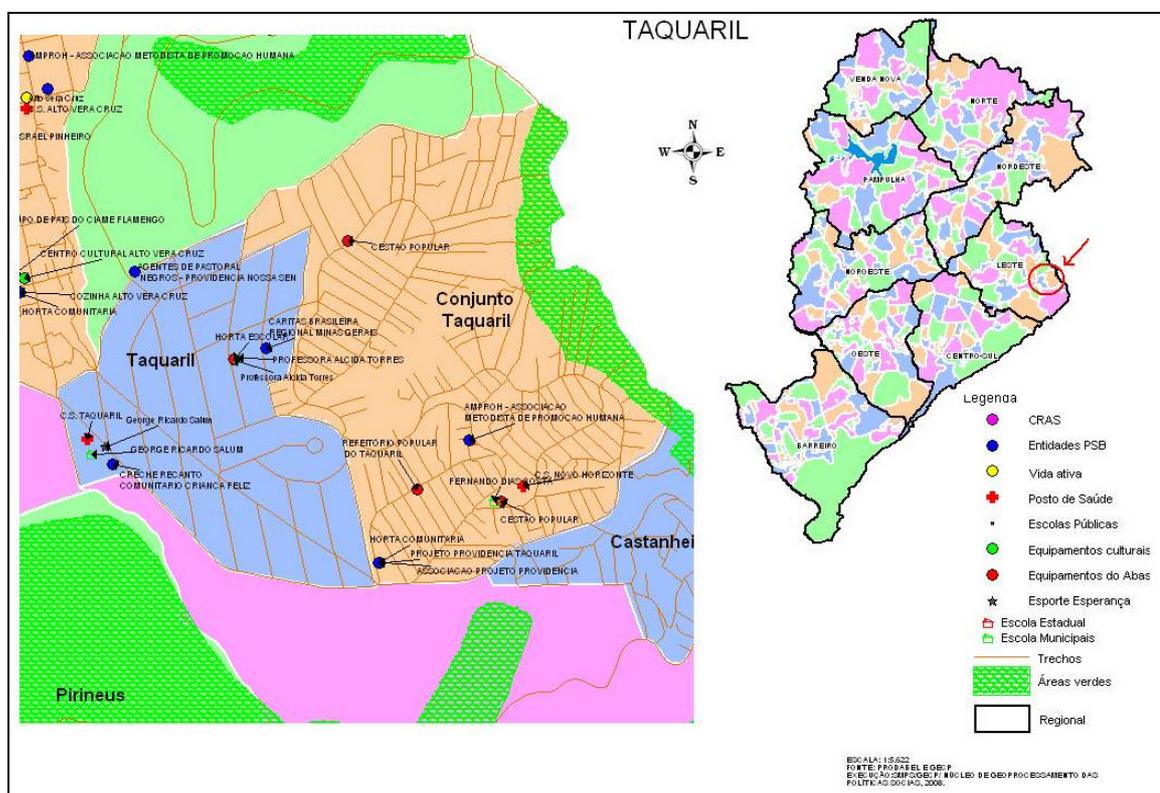
No que diz respeito aos dados sociodemográficos, em 1991 o Conjunto Taquaril possuía uma população de 11.013 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados no Plano Diretor de 1995. No último censo, a população residente era de 17.649 habitantes, o que correspondia a um total de 4.752 domicílios. Mas, segundo a URBEL, o número de moradores é muito maior, já que ela possui uma metodologia específica²¹ para a contagem de domicílios. Para a Companhia, o Conjunto Taquaril possui hoje cerca de 26.000 habitantes.

No que tange à variável idade, é interessante verificar que há uma concentração de jovens no Conjunto se comparado com o percentual desta população na cidade. Segundo o último Censo do IBGE, aproximadamente 67% das pessoas de sexo masculino têm idade menor ou igual a 29 anos, sendo que para esta mesma faixa etária a média é de 56% em Belo Horizonte. No caso das mulheres, 60% delas têm idade menor que 29 anos, ao passo que a média geral para a cidade é de 50%. Dentre as pessoas responsáveis pelos domicílios, 64% são homens, 18% são analfabetas e 54% possuem renda mensal de até 2 salários mínimos. Do total de domicílios existentes, cerca de 800 não possuem rendimento mensal.

No que diz respeito às condições de ocupação dos domicílios, cerca de 83% correspondem a domicílios particulares próprios quitados. Com relação às formas de abastecimento, podemos observar que quase a totalidade dos domicílios possui rede geral canalizada em pelo menos um cômodo, mas verifica-se que aproximadamente 16% se abastecem por meio de poços ou nascentes na própria propriedade, com canalização em pelo menos um cômodo ou mesmo sem canalização. Outro dado que chamou atenção foi o fato de apenas a metade dos domicílios do Conjunto que tem banheiro ou sanitário possuir rede geral de esgoto. Os demais utilizam como formas de escoamento de esgoto fossas sépticas ou rudimentares, valas e outras não detalhadas pelo Censo, isto quando não possuem o próprio banheiro, ou seja, mais de 11% dos domicílios não o têm.

²¹ A contagem de domicílios é feita a partir de uma foto aérea tirada do local. Após a contagem dos domicílios, é feito um cálculo com acréscimo de 10% sobre o número de moradores possíveis para cada domicílio. O número de residentes de vilas e favelas para o IBGE é menor, pois algumas possuem parte delas contíguas aos bairros e os moradores pertencentes a estas áreas não são contados como se pertencessem ao bairro (Abreu, 2008).

O Conjunto conta com o atendimento de um centro de saúde (Novo Horizonte) e uma escola municipal (Fernando Dias Costa), além de atividades da Política Social Básica (PSB), desenvolvida pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) ligada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS) e outras atividades ligadas à Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento (SMAAB) como o Refeitório Popular do Taquaril que comercializa por R\$1,00 o almoço diário. Devido à grande demanda, principalmente por escola e atendimento médico, os moradores do Conjunto utilizam os serviços prestados nos equipamentos das localidades vizinhas como o Granja de Freitas e o bairro Taquaril (Mapa 02).



Mapa 02: Equipamentos públicos municipais do Conjunto Taquaril

Fonte: PRODABEL. Políticas Sociais, 2008

Ainda sobre a oferta de serviços, não somente públicos, destaca-se a presença de um número significativo de entidades, de Programas e Projetos no Conjunto. Voltaremos a este ponto mais adiante, quando discutiremos a relação destas iniciativas com os moradores, principalmente com os jovens entrevistados. No que diz respeito ao comércio local, este se encontra principalmente

nas vias veiculares do Conjunto com a forte presença de mercearias e pequenos supermercados, lojinhas de roupas e acessórios, açougues, depósitos de materiais de construção e botecos (Figura 07). O que se pode chamar de centro comercial do Conjunto é o lugar que congrega, principalmente nos finais de semana, a circulação mais intensa de pessoas.



Figura 07: Rua Teixeira dos Anjos com Rua JK. Principal área do comércio local
Fonte: URBEL, 2001

Quanto ao transporte coletivo, pode-se dizer que o Conjunto é privilegiado se comparado a outras localidades semelhantes a ele. O lugar conta com a oferta de cinco linhas de ônibus que fazem o trajeto bairro-centro a outro bairro de Belo Horizonte e que circulam também nos bairros vizinhos sem passar pelo centro da cidade. As principais vias de acesso ao Conjunto Taquaril são a Avenida dos Andradas ao norte e no perímetro imediato do local, a Rua Niquelina ao sul (URBEL, 2001).

Por meio desta aproximação das características do Conjunto, é possível verificar que o Taquaril é uma típica localidade periférica, fruto do processo de formação desigual do espaço urbano. É importante, no entanto, aproximar-se da forma como a vida urbana se processa na/pela “periferia” por meio da tentativa de apreensão dos sentidos que os atores sociais dão aos lugares onde residem e circulam.

3.2 Refletindo sobre a dinâmica do lugar a partir dos sujeitos da pesquisa

Há na juventude, um significado que a transcende.
Marialice Foracchi

Como já discutido, os fenômenos da pobreza e da desigualdade impactam de maneira mais efetiva as grandes cidades e a segregação urbana implica variações desiguais de apropriação do espaço urbano. Considera-se que estes fenômenos atingem de maneira mais brusca determinados segmentos da sociedade. Vários estudos têm se debruçado sobre as condições sociais às quais a população jovem do país está submetida, principalmente pelo fato de que estas condições determinam o lugar do jovem na sociedade e influenciam na sua forma de projetar o futuro, recaindo, principalmente, sobre a juventude pobre, grande parte das mazelas oriundas do sistema econômico e da insuficiência das políticas. No entanto, são os jovens os que estão, potencialmente, mais preparados para enfrentar os problemas contemporâneos, já que são mais aptos para lidar com a era da informação e da tecnologia, por exemplo. Além disso, estão mais facilmente imersos nos *circuitos globalizados* (TELLES, 2006) em que estão mais disponíveis os bens materiais e simbólicos, propagados pela mídia e expostos pelos shoppings *centers*, espaço privilegiado pelas novas gerações. Dada a sua peculiaridade, o universo juvenil mostra-se mais aberto e flexível face às contradições e à procedência de constantes “*desencaixes*” (GIDDENS, 1978) nas diversas dimensões do mundo contemporâneo. Desta forma, é importante atentar para o fato de que a dinâmica urbana é percebida e experimentada de múltiplas maneiras e que a dimensão da diferença de gerações traz, para este estudo, a tentativa de compreender a experiência no espaço urbano para além de suas representações dicotomizadas.

Os jovens pobres, como analisa Kaztman (2001, p.23), têm sido seduzidos por uma sociedade de que “só podem participar simbolicamente, não podendo superar, por seus próprios meios, os obstáculos para alcançar uma participação material equivalente”. Este cenário nos faz questionar o quanto as expectativas suscitadas nos pobres urbanos são (in)compatíveis com as estruturas de oportunidades disponíveis nos espaços periféricos e segregados da cidade. Ao verificar a vulnerabilidade social de grande parte dos jovens brasileiros e, ao mesmo tempo, o padrão de valores que compartilham (principalmente aqueles relacionados ao consumo), somos instigados a refletir sobre o quanto o lugar onde residem pode influenciar no acesso às estruturas

de oportunidades que lhes permitiriam se aproximar concretamente deste padrão ou retroalimentar os mecanismos que lhes confinam na situação de pobreza. Como discutido anteriormente, o problema da pobreza não é apenas ausência de recursos materiais, mas e, principalmente, a capacidade que os lugares e seus moradores possuem para reproduzir tal situação ou para elaborar estratégias para subvertê-la. É claro que, como já mencionado, tomar o bairro/lugar como um sistema/totalidade é relacioná-lo todo o tempo com os condicionantes e não condicionantes que o constituem numa relação dialética, sobretudo atentando para as ações dos atores sociais. É sob esta perspectiva que o trabalho foi motivado a refletir nas interações presentes e pertinentes entre o local de moradia e os sujeitos desta pesquisa e entre estes e a cidade.

Para refletir sobre o que foi discutido até aqui, um aspecto importante para este estudo diz respeito ao reconhecimento por parte dos sujeitos pesquisados de sua posição na estrutura social e de sua percepção sobre as formas de diferenciação presentes no espaço urbano. Parte-se do princípio de que a forma como os jovens se percebem e a forma como veem as configurações sociais vigentes na sociedade interfere na interação que estabelecem com os próprios pares (no caso, os próprios moradores) e com outros atores e na forma de apropriação dos espaços do bairro e da cidade. Até que ponto este reconhecimento interfere na sociabilidade e/ou no cerceamento da mobilidade do jovem nos espaços urbanos (entendidos como espaços físicos e sociais)?

Para prosseguir, cabe aqui recuperar os objetivos específicos que permeiam o trabalho, a saber:

- Compreender como o jovem experencia e percebe o local de moradia e a cidade num contexto de desigualdade e segregação urbana;
- Aproximar-se da forma como os jovens experenciam a dimensão do estigma territorial do local de moradia;
- Compreender como se dão as formas de interação e ajustamento/subversão do jovem de periferia à cidade e à própria sociedade; e
- Aproximar-se da forma como os jovens se (re)conhecem e se projetam e da forma como percebem as diferenciações sociais presentes no espaço urbano e na sociedade.

Nesta dissertação, a juventude está sendo tomada como categoria e, ao mesmo tempo, como um recorte empírico para os estudos sobre a dimensão mais propriamente subjetiva da

segregação urbana. Esta opção traz implicações para o tipo de abordagem utilizada ao analisar o material coletado no campo e amadurecer as impressões obtidas. Os estudos sociológicos sobre a juventude no Brasil tomam, a partir dos anos 90, impulso e se consolidam como um campo de estudos. Várias foram as abordagens utilizadas na busca pela compreensão do universo juvenil. O campo de estudos, que se acredita próximo às perspectivas tecidas aqui, aponta para as mais variadas formas de apropriação dos espaços da cidade e para a análise das condições adversas nas quais a juventude urbana está inserida. Os trabalhos acadêmicos sobre a temática da juventude muito contribuíram para a descaracterização do jovem como um problema social e para se projetar como um sujeito de direitos dentro da arena política. Este movimento de mudança da representação do jovem na sociedade contemporânea também esteve presente nos estudos sociológicos. Pais (1992), ao analisar os trabalhos desenvolvidos no campo da sociologia da juventude, propõe seu agrupamento em duas correntes maiores: a geracional e a classista. Segundo o autor, as duas correntes privilegiam os processos de reprodução social ao invés de focalizar de fato a temática da juventude. A corrente geracional se caracteriza pelos estudos em torno das relações intergeracionais para compreender a forma como se dá a transmissão de valores e normas de uma determinada sociedade. Já a corrente classista procurou compreender o modo como se dá a reprodução das classes sociais pela aproximação da juventude, sobretudo, da juventude operária, desconsiderando as dimensões e diferenças intraclassistas. Para Pais (1992), as duas correntes procuraram compreender as culturas juvenis como o reflexo da cultura dominante (COURA, 2005). A centralidade da juventude era, portanto, escamoteada e subvertida. Atualmente, os estudos em torno da temática da juventude têm procurado evidenciar os aspectos constituintes, mas diversificados da condição juvenil e da notoriedade do jovem como um ator social.

A cidade como cenário e, ao mesmo tempo, como interlocutora, apresenta-se de forma instigante para a reflexão sobre a relação entre a juventude e os seus espaços. É importante destacar que a idéia de juventude como categoria analítica e como sujeito é uma questão colocada na/pela modernidade e se constitui como um fenômeno urbano, já que a organização do espaço, o crescimento das cidades e suas causas e conseqüentes contradições desencadearam o aparecimento de grupos juvenis contestatórios e/ou de comportamentos “desviantes” (ABRAMO, 1994). A cidade, o espaço urbano é o lugar onde o jovem é mais visibilizado nos seus mais variados sentidos tanto para eles próprios quanto para o restante da sociedade. As implicações

positivas e negativas desta visibilidade foram muito bem pesquisadas e analisadas. Autores como Zaluar (1994; 2004), Diógenes (1998), Abramovay (2002) e Soares (2004), dentre outros, se debruçaram sobre, por exemplo, a relação entre estigma territorial, violência e juventude, apontando os caminhos perversos com que os jovens pobres se deparam ao longo de suas trajetórias. Em uma outra perspectiva, mas condizente com os autores citados, vários estudos discutiram as culturas juvenis, aprofundando nos mais variados grupos de estilos culturais e de lazer. Destacam-se os trabalhos de Dayrell (2001), Abramo (1994), Spósito (1993) e Carrano (2002), dentre outros, que se consolidaram como referência nesta área e como contraponto à perspectiva de que a cidade em contextos de grande segregação e marginalização das classes populares, sobretudo, dos jovens se manifesta também como espaço de usos e contra-usos, trocas e res-significações. A cidade, tomada neste sentido, se manifesta como o *locus* de construções de vivências e não, tão somente, como condicionante de comportamentos e práticas. Percorrer estes estudos é realmente muito interessante, pois demonstra a performatividade da vida urbana e as infindáveis possibilidades manifestadas nas culturas juvenis.

Em um outro trabalho (COURA, 2005), foi destacada a influência da inserção de jovens em grupos culturais para o reconhecimento de si como um sujeito de direitos e sua consequente reivindicação por políticas públicas de juventude na cidade de Belo Horizonte. Nele, houve a oportunidade de acompanhar uma rede²² de jovens que se agregava em torno da cultura e de trabalhos voltados para a sua comunidade de origem. Foi interessante observar como os jovens envolvidos se apropriavam dos espaços da cidade e das instâncias políticas e como eles encontravam na cultura uma forte dimensão agregatória e constitutiva de identidade. Como destaca Dayrell (2003), diante das constantes reconfigurações do espaço público (para além da representação política), “o mundo da cultura se apresenta mais democrático, possibilitando espaços, tempos e experiências que permitem que [os jovens] se construam como sujeitos” (DAYRELL, 2003, p. 20). Na dissertação finalizada no ano de 2008, Magalhães desenvolve um trabalho interessante em torno das apropriações do espaço de jovens moradores das periferias da cidade de São Paulo, envolvidos com grupos culturais. A partir da observação participante, aplicação de questionários e entrevistas individuais, o trabalho analisou a crescente mobilidade e ampliação da experiência urbana destes jovens nos espaços (físicos e sociais) da cidade em

²² A rede é intitulada como: D-Ver.CiDade Cultural - Rede de Agentes Culturais Juvenis. Nela, estavam inseridos grupos culturais e coletivos dos mais diversos estilos e de diversas comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

decorrência da inserção nos grupos culturais. Em Belo Horizonte, o precursor no desenvolvimento de trabalhos com este tipo de enfoque, o professor da Faculdade de Educação da UFMG Juarez Dayrell, constitui “escola”, e vários outros pesquisadores seguiram sua “trilha”, desvelando as múltiplas sociabilidades juvenis presentes na cidade. Trabalhos como os de Almeida (2006), por exemplo, também enfatizaram a relação entre a inserção em grupos culturais, juventude e o local de moradia, em particular, o Aglomerado da Serra.

Ressalta-se a importância desses estudos para esta pesquisa, tendo em vista sua contribuição para compreender a categoria juventude para além da dimensão biológica e etária e para a constatação de que os jovens devem ser tomados tanto no meio acadêmico, quanto na esfera política e pública, como atores sociais que constroem diferentes modos de ser jovem (DAYRELL, 2002; SPÓSITO, 1997; PERALVA, 1997; ABRAMO, 1994). Ressalta-se, porém, que neste trabalho não se pretende “hiperdimensionar” a categoria juventude ou características que agreguem um “valor” diferencial ao jovem como a inserção em grupos culturais ou de lazer, a participação em movimentos sociais ou associações políticas, estudantis etc.; ou mesmo focalizar os jovens em situação de risco ou envolvidos com a criminalidade. No entanto, também não estamos negligenciando a importância dessas “agregações” e dos estudos desenvolvidos a respeito delas. O nosso recorte aqui trata “apenas” do jovem morador de periferia, de uma área segregada e que compõe o grupo de indivíduos a que estamos chamando de “ralé contemporânea”, a propósito dos estudos de Jessé Souza. O objetivo maior foi se aproximar da *sociabilidade do jovem simples*, fazendo uma apropriação do trabalho de José de Souza Martins, intitulado *A sociabilidade do homem simples* (2000), que explora as intermitências da modernidade inconclusa no país e a manifestação das contradições da/na vida cotidiana do homem comum. Optou-se neste trabalho por tomar o jovem em sua generalidade de “indivíduo comum” e, ao mesmo tempo, considerá-lo síntese, um ser múltiplo, para o qual convergem várias identidades (HALL, 2002). Assim, a relação entre juventude e cidade está sendo explorada por meio da dimensão da cotidianidade, já que o cotidiano e o urbano estão, indissolivelmente, ligados (LEFEBVRE, 2008, p.17). O que se procurou destacar foram acontecimentos, aparentemente simples e comuns na vida dos jovens pesquisados, não tentando, como bem destaca Lefebvre (2008, p. 19), “dramatizar a situação, tampouco desdramatizá-la, esterilizando-a”. Mas intentou-se destacar e analisar o “natural” naturalizado e, ao mesmo tempo, o “natural” questionado. É sob esse olhar que foi possível trazer o que a pesquisa de campo possibilitou

apreender, embora se acredite que haveria necessidade de um trabalho e de um acompanhamento mais denso para uma melhor compreensão de aspectos como as formas de apropriação dos jovens dos espaços da cidade.

3.2.1 Os jovens da pesquisa: uma aproximação

Como já apresentado na introdução da dissertação, a pesquisa de campo se deu por meio de observações feitas nas visitas ao Conjunto realizadas durante o ano de 2008, além da utilização da técnica de grupo focal e entrevista individual. É importante ressaltar que o contato inicial com o lugar se deu por ocasião de um trabalho realizado junto ao Observatório da Juventude da UFMG e junto ao Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP) no período de 2002 a 2005. Na ocasião, os contatos com os jovens, principalmente aqueles ligados a grupos culturais, eram muito frequentes. No CRISP, a interlocução maior era feita com os gestores locais, públicos e privados, que desenvolviam algum tipo de trabalho direcionado aos jovens. Depois deste período de trabalho, as idas ao bairro e, conseqüentemente, os contatos foram, cada vez mais, diminuindo. Ao mesmo tempo, o interesse em pesquisar os jovens e a dinâmica do bairro sempre foi intenso, não simplesmente por se tratar de um lugar onde haveria facilidade de inserção, mas e principalmente pelo fato de apesar do bairro congregar grandes mazelas, há uma espécie de dinamismo que o faz “vivo”, pungente. Ele nos passa a impressão de que há um interstício no emaranhado de situações e condições que lhe são impostas e que, por se apresentarem desta forma, impõem, ao mesmo tempo e na mesma medida, a emergência “espontânea” da sobrevivência “criadora”. A clássica frase de Milton Santos (2005) é pertinente quando sugere que “o mundo oferece as possibilidades, o lugar oferece as ocasiões”. De forma alguma queremos romantizar a periferia e dizer, aqui, que o simples fato de ser morador de periferia e crescer na periferia confere, necessariamente, ao jovem a possibilidade de adquirir um capital social que pode lhe permitir ser mais ativo, por exemplo, na busca por seus direitos. Estamos sim dizendo que a forma como o espaço é configurado e a forma como se dá a sua dinâmica influenciam na construção da identidade de seus moradores e

na forma de (sobre)viverem. O estudo proposto, esteve munido, então, pelo interesse de olhar para esta realidade, para além da impressão ingênua.

O retorno ao Conjunto se deu a partir do contato de um morador a quem estamos chamando, neste trabalho, de informante chave. Trata-se de um jovem, liderança de 23 anos, envolvido em movimentos culturais e políticos e que possui grande inserção na comunidade. Atualmente é Conselheiro Regional da Juventude e educador social do Programa Agente Jovem²³. A inserção no campo se deu, inicialmente, pelo acompanhamento de alguns pequenos eventos organizados no bairro e na observação das atividades educativas realizadas junto aos jovens participantes dos projetos desenvolvidos no Conjunto, como o próprio Agente Jovem e o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, desenvolvido pela Secretaria do Estado de Defesa Social. Posteriormente, as idas foram feitas sem um motivo aparente, já que a minha circulação no bairro já não era novidade. Os contatos com os jovens também se deram por intermediação do informante, já que ele tem muita popularidade e respeitabilidade junto à juventude e aos moradores mais velhos, bem como um claro trânsito entre as fronteiras simbólicas e físicas do bairro. Neste momento, as conversas tanto com os jovens, quanto com os moradores mais velhos foram feitas de maneira mais informal, mas possibilitaram um maior direcionamento para a continuidade da pesquisa como a necessidade de agrupar perfis diferentes de jovens para as entrevistas. Desta forma, optou-se por centrar em um método que possibilitasse primeiro; o agrupamento de jovens com o mesmo perfil; e segundo, a oportunidade de “ouvi-los” juntos num processo dialógico e reflexivo. A técnica do Grupo Focal, portanto, pareceu favorável aos nossos intentos. Para Gatti (2005), a técnica pode possibilitar a explicitação de atitudes, linguagens e referenciais, além de proporcionar o surgimento de formas de comunicação entre os membros do grupo. A interação do grupo, proporcionada pela dinâmica da técnica, pode tornar-se parte integrante da análise, pois a fala do sujeito da pesquisa será, nesta técnica, uma “fala em debate”, ou seja, o propósito é apreender as concepções de um participante sob a interferência do outro, mutuamente.

A observação no campo possibilitou pensar em três perfis de jovens que objetivamos para o Grupo Focal. Ao nos reportarmos à discussão teórica e ao estudo de caso, foi verificado que educação e trabalho seriam dimensões importantes para a pesquisa. Neste sentido, a opção pelos

²³ Programa desenvolvido pelo Governo Federal.

perfis também se deu baseada no quadro de referência utilizado no Relatório de Desenvolvimento Juvenil de 2007²⁴. Somada às dimensões da educação e trabalho, foi inserida, então, a dimensão da participação em projetos e programas sociais. Há pelos menos seis experiências de projetos e programas que têm o jovem como público alvo. A forma como os “jovens de projeto”, como alguns autores já denominaram (NOVAES, 2003), dizem do lugar onde vivem e sobre suas perspectivas de futuro mostrou-se diversificada das falas daqueles que, por exemplo, não participam de projetos e não estudam. Outras categorias poderiam ser incorporadas, mas optou-se por se restringir aos três grupos mencionados. A categoria gênero, por exemplo, não foi um recorte para a realização dos grupos. Como discutido na introdução deste capítulo, não é objetivo deste trabalho sobrepor características adicionais aos jovens. A escolha dos perfis se deu, principalmente, para podermos apreender uma maior variação nas experiências dos jovens do Taquaril. Consideramos que as falas dos jovens inseridos nos perfis traçados podem revelar a dinâmica do Conjunto, além de possibilitar o nosso entendimento sobre a condição juvenil de jovens moradores de periferia.

Foram realizados, então, três grupos focais: jovens inseridos em projetos e/ou programas sociais; jovens que não estudam nem trabalham; e jovens que apenas trabalham. O primeiro perfil de grupo focal foi representado pelos seguintes projetos/programas: Programa Agente Jovem²⁵ (Governamental); Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo²⁶ (Governamental); Projeto Providência Páscoa²⁷ (desenvolvido pela Igreja Católica); e Projeto Cidadãos Planetários²⁸ (desenvolvido pelo Instituto Pauline Reichstul). Num primeiro momento foi feito contato com os responsáveis de cada projeto para que fosse apresentado o objetivo da pesquisa e para que a pesquisadora conhecesse a dinâmica dos projetos. Posteriormente à familiarização, a indicação dos jovens foi feita a partir do contato com técnicos e educadores dos projetos que

²⁴ Este Relatório foi desenvolvido pela RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana), Instituto Sangari e a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. – SECIS/MCT

²⁵ O Programa é realizado pelo Governo Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e com ONG's conveniadas e é destinado aos jovens de 15 a 18 anos incompletos.

²⁶ Programa destinado à prevenção à criminalidade por meio de ações voltadas para jovens de 12 a 24 anos residentes de áreas com um grande percentual de homicídios.

²⁷ A Associação Projeto Providência é uma entidade filantrópica de utilidade pública federal que desde 1993 atua no Conjunto Taquaril com atividades direcionadas a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Informações disponíveis no site: www.projetoProvidencia.org

²⁸ O Instituto Pauline Reichstul desenvolve, desde 2003, o Programa Cidadãos Planetários – Jovens Empreendedores com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentável de comunidades com foco em jovens de 18 a 28 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte. Informações disponíveis no site: www.institutopauline.org.br

disponibilizaram telefones para que pudéssemos fazer o contato ou os próprios técnicos os fizeram diretamente. Para que o objetivo do grupo focal fosse atingido de maneira satisfatória, após conversas com os técnicos e educadores, foi sugerido por eles que os jovens a serem convidados pudessem ser aqueles menos tímidos e, portanto, mais falantes, possibilitando, assim, uma maior dinâmica no grupo. Este critério, portanto, foi acrescentado na indicação dos jovens participantes. A convocação dos jovens dos outros grupos focais foi realizada pela indicação de uma jovem liderança e por meio dos contatos estabelecidos nas incursões ao campo. Os grupos foram desenvolvidos no espaço onde são oferecidas as atividades do Programa Agente Jovem. Trata-se de uma sala alugada em uma casa do Conjunto. A condução dos grupos foi realizada de maneira a possibilitar um clima de descontração entre os participantes. De uma forma em geral, todos os jovens participaram ativamente da discussão, demonstrando interesse nos temas levantados, o que desencadeou, por parte deles, demanda por mais encontros mantendo a mesma composição do grupo. Os grupos se constituíram de jovens meninas e meninos com idade entre 15 a 24 anos. Os grupos congregaram como maioria jovens negros e pardos, segundo minha própria classificação.

Além dos grupos focais, foram feitas entrevistas individuais com lideranças juvenis do Conjunto. A opção por entrevistar algumas lideranças juvenis se deu em função de conversas realizadas ao longo da pesquisa de campo que demonstraram a necessidade de obter outros pontos de vista a partir de um outro perfil de entrevistados: os jovens engajados. Estes jovens puderam nos revelar outras dinâmicas do próprio Conjunto e outras vivências na/sobre a cidade uma vez que eles circulam mais em outros espaços físicos e sociais, além de conhecerem melhor a história do próprio lugar e participarem e acompanharem os processos de mudança impulsionados pela mobilização dos moradores e pela intervenção do poder público municipal. Optou-se, no entanto, por não fazer grupos focais com este perfil de jovem, primeiro por questões que dizem respeito à própria estrutura do grupo focal que exige um número mínimo de participantes, o que o inviabilizaria. Segundo, porque se considerou que este perfil de jovens não demandaria um ambiente propício para o debate, pois suas falas já são, por si, “carregadas” de argumentos e contra-argumentos, o que realmente foi demonstrado nas entrevistas realizadas. Apesar de serem técnicas diferentes, optou-se por utilizar o mesmo roteiro de perguntas (ver apêndice) tanto para o grupo focal quanto para as entrevistas individuais. Para garantir um ambiente onde os jovens pudessem se sentir mais à vontade para falar sobre suas experiências,

não foi feita sua identificação na análise. Somado a isto, pelo fato de uma grande parte dos jovens ter menos de 18 anos, considerou-se mais apropriado adotar a confidencialidade dos nomes. Assim, para facilitar a diferenciação entre as falas apreendidas nos grupos focais daquelas obtidas nas entrevistas individuais, foi inserida logo após o registro do(a) entrevistado(a), a sigla “L” (Liderança). O registro dos jovens logo após as falas foi feito da seguinte forma: Jovem M (Mulher) e Jovem H (Homem), seguida pela idade do entrevistado(a).

Por fim, cabe ressaltar que os temas discutidos nos grupos focais e questionados nas entrevistas individuais buscaram corresponder aos aspectos concernentes aos objetivos da pesquisa. Os tópicos centrais do roteiro de entrevista giraram em torno da relação dos jovens com o lugar, das representações do Conjunto para os não moradores, da relação dos jovens com o Conjunto e com a cidade, da percepção da desigualdade existente na cidade e das perspectivas e projetos de futuro. Neste capítulo, foram focalizadas as dimensões e representações do lugar e o seu impacto sobre a vida dos jovens pesquisados e dos moradores de uma forma geral. Acreditamos que começar discorrendo sobre esta dimensão possibilitará compreender melhor os outros aspectos destacados nas entrevistas.

3.2.2 Imagens e sentidos do lugar: algumas implicações

Empreendeu-se nas discussões tecidas até aqui a tentativa de estabelecer os fundamentos e bases da dissertação com a problematização do tema trabalhado e a caracterização do objeto mesmo do estudo de caso. Neste momento, serão indicadas as análises que o trabalho de campo possibilitou tecer. Acredita-se que foi possível dissertar sobre as implicações objetivas presentes no espaço urbano sobre a vida dos indivíduos moradores de regiões periféricas. Por meio do resgate do histórico de formação e caracterização do Conjunto Taquaril, foi possível observar o lugar social ocupado por ele na metrópole belorizontina, bem como imaginar a vida dos moradores sob as condições que lhes são reservadas pelo processo desigual de (re)produção do espaço. Mas é importante se ater a outros aspectos que compõem esta (re)produção não apenas associada às condições materiais objetivas, refletindo sobre as práticas, representações e modos de vida presentes na experiência cotidiana das periferias urbanas.

Os relatos dos jovens sobre o lugar de moradia e as visões que eles acreditam estar cristalizadas no imaginário das pessoas de “fora” nos aproximam das representações construídas em torno do Conjunto Taquaril. Pode-se, assim, compreender as representações sociais como um conjunto de práticas de significações e de sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, nos posicionando como sujeitos (WOODWARD, 2005). Por meio dos significados produzidos pelas representações é possível aos indivíduos dar sentido à sua experiência e àquilo que são e podem e desejam se tornar. Como um processo dialético e dinâmico, a construção de representações (imagens, percepções, atitudes) sobre determinado aspecto é influenciada pela posição sócio-histórica e cultural que o indivíduo ocupa e pelas relações que estabelece com o outro (indivíduo, grupo social). Configurando-se como formadora e formada pelos sentidos que os indivíduos dão aos fenômenos, as representações se constituem conexões que se estabelecem com o mundo, confundindo-se mesmo com os próprios fenômenos. Neste sentido, os jovens estudados foram tomados como aqueles que (re)elaboram os significados atribuídos à sua própria realidade e aquela que lhe é circundante, embora se acredite que não haja duas realidades, mas um processo histórico permeado e vigorado por contradições, como se constitui a sociedade brasileira. As falas dos jovens sobre suas experiências individuais também fazem ressoar imaginários coletivos inscritos na vida cotidiana da cidade.

Começamos pelas denominações que os jovens pesquisados deram ao Conjunto. A forma de olhar e nomear o lugar de moradia se mostrou diversa e, por vezes, contraditória, mas de uma maneira geral a “gramática nativa” (PICCOLO, 2006) dos jovens transitou entre as denominações bairro, favela e comunidade e ao que a elas está associado. Perguntados sobre como eles denominam o Taquaril, os jovens responderam:

Eu acho que é bairro porque tem mais assistência, entendeu? E eu acho que “morro”, morro é aquele lugar que tem só beco. Aqui tem rua e aqui é bem divididinho: tem, beco, mas tem rua, ônibus, inclusive várias (linhas) de ônibus. (Jovem M, 16 anos)²⁹

Aqui é favela. Aqui a gente vê as injustiças sociais como, por exemplo, ver os moradores subindo as escadas na chuva, pois quase 90% das vias é de escada sem patamar de descanso e corrimão. O Taquaril é a última favela de BH [Belo Horizonte]. (Jovem H, 24 anos – L)³⁰

²⁹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

³⁰ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

Eu considero o Taquaril como sendo uma comunidade, mas oficialmente ele é considerado um Conjunto. Ele é uma comunidade porque o lugar tem história, tem gente muita guerreira. (Jovem H, 23 anos -L)³¹

Como descrito, o Taquaril constitui um Conjunto Habitacional. Os Conjuntos Habitacionais de Interesse Social³² surgem no final da década de 80 como uma tentativa de amenizar o *déficit* habitacional presente na cidade de Belo Horizonte. Em função da demanda pelo assentamento das famílias originárias de movimentos sociais organizados, do reassentamento de famílias removidas de áreas de risco ou em função de obras públicas, é criado em 1986 o Programa Municipal de Habitação Popular de Belo Horizonte por orientação de uma política nacional de habitação (HOURI, 2008). Como destaca Houri (2008) em seu estudo sobre os Conjuntos Habitacionais em Belo Horizonte (1986-2000), os mais de 20 Conjuntos Habitacionais criados desde 1986 possuem características comuns, mas também se diferenciam quanto à sua morfologia, forma de ocupação, localização na cidade, desenho (vertical, horizontal), perfil dos moradores e, porque não dizer, pelo *status* incorporado na forma de interseção do conjunto com a cidade. Apesar de serem providos a partir de uma política, os Conjuntos Habitacionais, em muitos casos, congregam uma definição ambígua, principalmente no imaginário social. Segundo o IBGE (2002) os bairros são “subdivisões intra-urbanas legalmente estabelecidas por leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito”. O Conjunto Taquaril, por exemplo, não passou pela regularização fundiária. Atualmente, dois setores (3 e 8) do Conjunto estão sendo avaliados para que tal regularização ocorra, já que na época de sua ocupação o terreno foi considerado impróprio para a moradia. Embora o Conjunto congregue características similares às de uma favela, ele também não pode ser tomado como tal. A favela é considerada, oficialmente, uma região na qual as construções tenham sido feitas em terrenos invadidos e sem regularização fundiária. Como pode-se, então, tomar o Conjunto? As referências utilizadas pelos jovens para as denominações dadas ao Taquaril retratam um pouco seu confuso lugar nas “tipologias” dos locais de moradia presentes na cidade. O primeiro relato destaca o Taquaril como um bairro, dada a existência de ruas, serviço público e linha de ônibus, ou seja, a um certo ordenamento, diferente da figuração de um “morro”. Já o

³¹ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

³² Entende-se como Conjunto Habitacional de Interesse Social “o agrupamento de edificações de uso familiar ou multifamiliar, de tipologia horizontal ou vertical, implantado pelo poder público para moradia destinada à população de baixa renda” (HOURI, 2008, p. 7)

segundo, relaciona favela com injustiça social expressa na estrutura precária do lugar. O relato do último jovem e de alguns outros participantes compreende o Conjunto como uma comunidade acionando a memória coletiva do lugar: a forma como se deu a ocupação, a luta dos moradores por melhores condições de vida e a forma como (sobre)vivem. É importante pontuar também a fala de uma jovem liderança que ao ser questionada sobre como considera o lugar, argumenta que depende do tipo de situação.

Eu vejo que podemos usar vários conceitos, depende do lugar onde você está. Normalmente eu falo simplesmente “Taquaril”, mas com os meus colegas de sala [da faculdade] eu digo que moro em uma comunidade, porque eles vêm a favela de forma pejorativa. Mas eu também não vejo problema falar “favela”, mas depende do lugar. (Jovem M, 18 anos –L)³³

Ressalta-se nesta fala, a idéia de uma tentativa de “descriminalizar” o local de moradia, principalmente em situações em que o interlocutores não conhecem o lugar ou mesmo já possuem uma imagem negativa sobre ele. O termo “comunidade”, neste caso, acaba sendo tomado como um recurso de valorização do lugar ou mesmo uma “defesa simbólica” (FRIDMAN, 2008) ante a atribuição de características negativas das áreas periféricas da cidade.

É interessante observar as ponderações que os sujeitos pesquisados fazem durante suas falas sobre o Conjunto. Eles reafirmam a presença da violência reforçada pelo tráfico de drogas e suas implicações no cotidiano dos moradores, destacam a falta de serviços públicos, mas ao mesmo tempo, reconhecem o lugar como bom de se viver, principalmente pelas amizades construídas. Mas, independentemente do grau de (in)satisfação com o lugar e suas condições, todos os entrevistados criticam a forma como os de “fora” (moradores de outros bairros e mídia) veem e propagam a imagem do Conjunto.

O povo [de fora] critica muito o nosso bairro. Ah, o Taquaril é isso, é aquilo, mas não vem aqui pra conhecer, saber dos projetos, das belezas. Só sabe falar mal. (Jovem H, 17 anos)³⁴

Primeiro que a mídia mostra o Taquaril como uma favela. Só mostra as partes em risco. Só mostra as casas caindo no pior lugar. (Jovem H, 17 anos)³⁵

³³ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

³⁴ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

³⁵ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

A mídia mostra o Taquaril como se fosse o mesmo nível da Rocinha. Ela não é tida como o pior lugar do Rio de Janeiro? Então, o Taquaril é tido como o pior lugar aqui junto com a Pedreira [Pedreira Prado Lopes] e a Serra [Aglomerado da Serra]. (Jovem M, 16 anos)³⁶

Quando a mídia entra no bairro, dá o que? Filma morte e desabamento. (Jovem M, 16 anos)³⁷

Todos têm a mania de marginalizar nossa comunidade. Tem gente que fala que o Taquaril é um lugar esquecido por deus e parece que aqui é o covil da desgraça. (Jovem H, 23 anos – L)³⁸

Nas falas de todos os jovens, tanto dos participantes dos grupos focais, quanto das lideranças, a imagem do Taquaril projetada pela mídia e absorvida pela população de Belo Horizonte enfoca, basicamente, dois aspectos: a vinculação do lugar com a violência e criminalidade e sua “carência” de infraestrutura. Mas a maior parte dos jovens ressalta a importância da informação por parte dos “de fora” sobre o Conjunto, o que viabilizaria a construção de uma outra imagem do lugar.

No estudo realizado por Abreu (2008) sobre o Conjunto Taquaril, ele destaca a reprodução da imagem do lugar por meio da mídia. O autor pesquisou as matérias referentes ao Taquaril publicadas no jornal Estado de Minas da década de 1990 até meados de 2000. Abreu (2008) observa que a maioria das matérias destacava a violência e os desabamentos de casas no Conjunto, agravados durante o período de chuvas. Considerando o risco geológico que se torna ainda mais acentuado em algumas áreas do Conjunto, os desabamentos são, realmente, uma constante. A violência também se faz presente. Segundo dados da Divisão de Crimes contra a Vida (DCcV) de Belo Horizonte da Polícia Civil³⁹, o Taquaril ocupou o 4º lugar em incidência de homicídios praticados em Belo Horizonte, entre janeiro de 2005 a maio de 2008. Perguntados sobre a presença da violência no Conjunto, os jovens pesquisados ressaltaram seu impacto sobre a vida dos moradores ligados ao excesso de proteção presente nas casas e às dificuldades de trânsito interno à noite por causa do tráfico.

³⁶ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

³⁷ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

³⁸ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

³⁹ Matéria publicada no jornal Estado de Minas de 16 de julho de 2008.

Eu me sinto morando numa cela. A minha casa é toda celada e dos meus vizinhos também. Às vezes eu não posso ir na casa da minha amiga que mora quase em frente. (Jovem M, 15 anos)⁴⁰

Aqui você não pode sair e voltar a hora que quiser, porque depois das 21:00 horas a rua já tá tomada. Praticamente dominada. (Jovem M, 17 anos)⁴¹

Mas, ao falarem da violência do local, os jovens também destacam o distanciamento e o clientelismo da polícia, já que ela só se faz presente quando há alguma morte no Conjunto, reforçando o que Machado da Silva (2007) chamou de relação polícia-morador territorializada. Para os jovens, o importante é saber os “códigos da área”. Mesmo jovens, eles experimentam em suas rotinas, uma socialização que lhes permite se “imunizar” da violência existente, ou seja, já dominam o “cálculo de risco” (MACHADO DA SILVA, 2007, p. 572) de morar em um lugar onde o tráfico se faz presente.

Apesar da constatação da presença dos traços marcantes que negativizam a imagem do Conjunto Taquaril, o que os jovens apontam é que há uma exarcebação destes traços que invisibilizam outras características do lugar, trazendo grandes consequências para os moradores, como veremos mais adiante. Um outro ponto destacado é o fato dos próprios moradores “difamarem” o Conjunto.

Aqui tem uma grande parte dos moradores que difamam a própria comunidade. Se você quiser ouvir mal do Taquaril é só pegar o ônibus. (Jovem H, 23 anos – L)⁴²

Os próprios moradores, às vezes, falam mal do lugar. Aqui acontece muito. [...] Principalmente as pessoas que trabalham de empregadas domésticas nos bairros nobres. Lá elas conversam umas com as outras e falam de onde moram: o que aconteceu, quem morreu... É criado tipo uma *coluna social* mesmo! O Taquaril cai na boca da elite! E o pior é que estas moradoras ficam com a ilusão de que podem levar a vida das madames e aí acha que o Taquaril é ruim mesmo. (Grifo nosso) (Jovem H, 24 anos – L)⁴³

Observa-se que as imagens propagadas do Taquaril pelos de fora retroalimentam as imagens que alguns moradores têm sobre o Conjunto que, por sua vez, as reproduzem para fora do lugar. Ou mesmo, a forma negativa de dizer do próprio local de moradia pode se constituir um desvio do

⁴⁰ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁴¹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁴² Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

⁴³ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

estigma territorial, uma estratégia de diferenciação e distanciamento ocorrido nas áreas segregadas como observado por Wacquant (2001). Outro relato de um jovem liderança também chamou a atenção. O jovem enfatizou que, além de alguns moradores difamarem o local, os mesmos não se comportam adequadamente nos espaços públicos da cidade e não utilizam de forma “consciente” os equipamentos públicos e o transporte coletivo, o que reforça a imagem negativa do Conjunto. O jovem destaca a falta de formação, que ele chamou de “básica”, para uma grande parte dos moradores do Conjunto, o que os impede, em grande medida, de usufruir da cidade de uma forma mais abrangente e de ser mais respeitados nos espaços onde circulam.

Cabe aqui refletir sobre a noção de *habitus*, discutida anteriormente. O *habitus* se baseia no reconhecimento de que as estruturas cognitivas não são formas de consciência, mas disposições do corpo (BOURDIEU, 2003). Assim, o *habitus* se manifesta nas variadas maneiras de agir do corpo no espaço social no qual ele se encontra e está no “princípio de encadeamento das ações que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica” (BOURDIEU, 2003, p. 54). Estes sistemas de disposições correspondem à história individual e coletiva a que o indivíduo foi sujeito e foi formado, histórias inscritas nos corpos e em suas manifestações que expressam o conjunto classificador e hierarquizador dos indivíduos e objetos no tempo e espaço sociais.

Como ressalta Maciel (2006), por meio dos *habitus* objetivados nas práticas sociais, os indivíduos reconhecem e são reconhecidos por outros *habitus* e “conhecem e desconhecem aqueles corpos que fazem parte, ou não, que tem ligação, ou não, com a história criadora dos seus próprios *habitus*” (MACIEL, 2006, p. 241). Esta idéia introduz um ponto interessante, pois, como ressalta Maciel (2006), o *habitus* permite dialogar com o tempo presente. Recuperando a reflexão de Elias (1993; 1994) sobre o processo civilizador, o autor aponta que nosso modo de vida “surge a partir de uma socialização ampla que nos envolve e nos ensina a sermos contemporâneos do tempo em que vivemos” (MACIEL, 2006, p. 242), ou seja, estarmos sintonizados com os códigos da sociedade em que estamos inseridos. Nesta perspectiva, para sermos sintonizados com estes códigos, portamos um *habitus* que possibilita esta sintonia com a sociedade, e que nos permite “(co)responder” e “(re)agir” nas diferentes manifestações e situações da sociabilidade cotidiana.

Tomando como referência tudo que foi discutido até aqui sobre os processos de desigualdade e segregação presentes na sociedade brasileira e como estes impactam sobre a vida

dos pobres urbanos, cabe questionar o quanto estes pobres, portadores de um *habitus* precário (SOUZA, 2006), são contemporâneos do seu próprio tempo. Algumas observações e relatos instigam a indagar o quanto os pobres urbanos estão imbuídos ou não desta “formação social” subliminar, se podemos denominar desta forma, mesmo que custe caro à nossa análise. Mas preferimos optar pelo *politicamente incorreto* para não incorrer no risco de parecermos ingênuos ao transferir a reflexão de um processo de construção de um modo de vida precário para a discussão culturalista e relativista da diversidade dos modos de vida dos pobres urbanos. Com isso, questiona-se o quanto episódios rotineiros como observados e como relatados por um jovem morador do Conjunto Taquaril são elementos refratários ou incorporados pela lógica da segregação a uma sociabilidade caracteristicamente urbana. Ao narrar a experiência diária de pegar ônibus no Conjunto, um jovem, relata:

[...] os moradores sobem com galinhas [vivas] no ônibus, sobe, sobe... o 9412? Você não sabe o que acontece neste ônibus! Galinha, saco de ração pra porco. Vão nos hospitais e restaurantes e pegam restos de comida e vai com o saco pra dentro do ônibus e fica aquele *fedozão* de lavagem e suja todo o chão. Então, além da demora [do ônibus], tem estes contratempos e das pessoas não perceberem que é um transporte coletivo. Você tem que ser mais reservado, não levar certos tipos de coisas. É comum. Tem gente que entra com fogão, com porta, com régua de pedreiro. Nó, você tem que ver as coisas que acontecem! Bicicleta que ocupa o espaço do ônibus todo. Então assim, é muito difícil. Você sabe o que é que ta faltando? Um motoqueiro colocar a moto dentro do ônibus e subir. (Jovem H, 24 anos – L)⁴⁴.

Tende-se, portanto, a indagar se atores sociais que levam galinhas no ônibus não compartilham dos mesmos códigos considerados como aqueles básicos e essenciais para um modo de vida urbano de uma metrópole como Belo Horizonte. É claro que aqui estamos considerando o extremo da questão. Não pretendemos parecer preconceituosos ao expor esta reflexão, muito menos que ela se assemelhe às imagens históricas das periferias como lugares insalubres, sem ordem, sem moralidade, sem civilidade. Imagens que legitimaram ações e políticas de erradicação e criminalização das favelas durante muito tempo e que se mantêm ainda hoje, embora seus “objetos-símbolos” tenham mudado (PICCOLO, 2006). Ao contrário, pretende-se sim refletir sobre os fundamentos objetivos e implícitos por meio dos quais realidades como estas se configurem, simultaneamente, com paisagens outras, tipicamente, urbanas e, portanto, hegemônicas. Trocando em miúdos, o principal questionamento é se a maneira como se formou a

⁴⁴ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

cidade de Belo Horizonte e a conformação e disposição dos atores nos espaços físicos e sociais permitem a toda população, ou grande parte dela, ser contemporânea do tempo em que vive.

Um dos objetivos deste trabalho foi o de se aproximar da forma como os jovens percebem e experenciam o Conjunto. Os impactos do estigma sobre o cotidiano dos moradores são relatados sempre que questionados sobre o lugar de moradia. A principal dificuldade apontada diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Apesar de dizerem que nunca precisaram mentir sobre o local de moradia, todos os jovens apontaram que no momento da procura pelo emprego o mais provável é que os moradores mintam. Segundo eles, os empregadores evitam contratar moradores do Conjunto por motivo de preconceito associado à violência do lugar e à pouca possibilidade de “capacitação” do candidato.

Essa imagem negativa atrapalha, principalmente pra gente que é jovem. Eu mesma já perdi muitas oportunidades de trabalho. Às vezes a gente até fica meio assim de falar, mas nunca menti. (Jovem M, 18 anos)⁴⁵

Atrapalha quando a gente vai fazer inscrição. Às vezes tem 5 vagas e quando a gente fala que é do Taquaril, eles falam: ah, não todas as vagas já foram preenchidas. Parece que eles acham que se é do Taquaril, a pessoa vai fazer coisa errada. (Jovem H, 18 anos)⁴⁶

Novaes (2003) aponta que, para a maioria dos jovens que vive nos grandes centros urbanos, o endereço é um importante critério de diferenciação e, portanto, de seleção em uma vaga de emprego. Segundo a autora, pelo menos três razões justificam a não aceitação do jovem pelo empregador. A primeira corresponde à idéia de que o jovem morador de um lugar onde há bandidos, também é um em potencial. A segunda razão se pauta no fato de que o empregador até tem a consciência de que nem todos os jovens moradores são envolvidos com a criminalidade, mas caso ele venha a dar a oportunidade ao jovem candidato, este poderá faltar algum dia por motivo de enclausuramento no bairro por conflito entre traficantes. Uma outra razão corresponde à idéia de que

[...] o empregador reconhece que o jovem candidato pode nunca vir a ser bandido, pode conseguir maneiras de não faltar ao trabalho no momento de guerra, porem só pelo fato de ter crescido no lugar, de conhecer e ser conhecido de todos dali, ele pode vir a cometer alguma falta contra o patrão ou a empresa, seja por solidariedade (por

⁴⁵ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em dezembro de 2008.

⁴⁶ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em dezembro de 2008.

exemplo, passar alguma mercadoria em uma caixa de supermercado, para alguém da comunidade que está precisando), seja por medo (ser coagido a colaborar com bandidos). Então, “melhor não arriscar”. (NOVAES, 2003, p. 123)

Mas, segundo alguns relatos, mesmo já estando empregado, o estigma do lugar de moradia em muitos casos ainda prevalece. Um dos jovens menciona que, já estando empregado em uma empresa na região da Savassi⁴⁷, sua chefe o questionou sobre onde morava e ao dizer que residia no Taquaril, após a expressão de “horror”, ela o proibiu de fazer menção ao bairro aos colegas de trabalho e clientes da empresa. Nas palavras do jovem, o objetivo de sua chefe era não “passar uma imagem ruim da empresa”. Os jovens pesquisados que estudam em escolas fora do Taquaril, também apontaram que ao dizerem onde moram, todos se assustam.

O primeiro dia de aula foi assim. A professora perguntou pra cada aluno de onde vinha. Todo mundo falou e tudo numa boa. Quando eu disse que era do Taquaril, nó! A sala toda me olhou com os olhos esbugalhados pra fora. Nó, eu fiquei todo com vergonha. Mas hoje, não. Hoje todo mundo me conhece lá. (Jovem H, 17 anos)⁴⁸

A experiência do estigma do Conjunto na vida cotidiana do jovem parece ser uma vivência quase que primária, em que a geografia dos comportamentos nos espaços sociais é aprendida como uma lição básica. É interessante observar que nos vários momentos em que um jovem ou outro discorre sobre alguma experiência envolvendo o estigma do lugar, todos os participantes “caíam” na gargalhada, não de forma a humilhar o outro, mas quase que “zombando” da própria condição de vida. Como destaca Goffman (1988, p. 11), “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Quando estamos diante do outro, somos levados a categorizá-lo de acordo com as variáveis de que dispomos em nosso repertório de categorias. Esta classificação é tomada de acordo com as representações construídas em cada contexto. A sociedade acaba criando estereótipos para cada tipo social de indivíduo e aguarda dele um tipo de resposta condizente com esta imagem criada socialmente. Na interação face a face, por exemplo, tendemos a acreditar que a performance do outro deverá estar de acordo com o que esperamos. Para Goffman (1988), em uma interação deste tipo, estaremos todo o tempo inferindo o comportamento do outro. Goffman (1988) apresenta várias estratégias utilizadas pela

⁴⁷ Zona Sul de Belo Horizonte.

⁴⁸ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

pessoa estigmatizada para possibilitar sua vida social entre seus iguais e os “outros” considerados normais. O estigma torna-se um elemento aglutinador que pode, por vezes, possibilitar a comunicação com indivíduos “normais”. Há, portanto, dois tipos de conjuntos de indivíduos que possibilitam uma aproximação, sem traumas, com os estigmatizados. O primeiro conjunto diz respeito aos indivíduos que compartilham o estigma. Aqui vale citar o relato de um jovem ao dizer sobre como se sente sendo morador do Conjunto Taquaril:

Quando eu vou no centro da cidade e to andando na rua – várias vezes já aconteceu comigo – aí os malandros vêm me assaltar e eu digo logo que moro no Taquaril. Aí eles falam: pô, sangue bão, ocê é favelado que nem eu, toca aqui “veio” [toque de mão], é claro que não vou te assaltar não e se precisar de alguma coisa, tamo aí. Aí, quando isso acontece, é só falar que moro aqui. (Jovem H, 17 anos)⁴⁹

E há aqueles chamados informados (que hoje, no senso comum, poderíamos chamar de “simpatizantes”) que, embora sejam “normais”, assumem uma postura complacente diante do estigmatizado (GOFFMAN, 1988). É possível, entretanto, reconhecer uma variação entre os tipos de indivíduos com os quais o estigmatizado irá conviver ao longo de seu processo de socialização e que contribuirá para que haja uma assimilação do próprio eu e de seus ajustamentos diante da sociedade. É importante pontuar que o estigma é tanto mais manipulado quanto maior for a consciência do estigmatizado de que ele é diferente e não condiz com a “normalidade” social. Para o autor, a instância de manipulação é considerada como aquela pertencente, fundamentalmente, à vida pública, ao contato entre estranhos ou simples conhecidos, “colocando-se no extremo de um contínuo cujo polo oposto é a intimidade” (GOFFMAN, 1988, p. 62). Os jovens entrevistados disseram conseguir se utilizar da característica “pobre favelado” para alcançar determinados fins, principalmente ao procurar empregos ou estágios em instituições que priorizam a inserção laboral de jovens “carentes”, como é o caso da Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM)⁵⁰.

Mas tem hora que é muito bom ser do Taquaril. Você vai na ASSPROM eles: onde você mora? Ah, no Taquaril. Pronto, tá contratado. Eles nem te perguntam o salário da

⁴⁹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁵⁰ O objetivo da ASSPROM consiste em "iniciar e contribuir na formação dos adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho, acompanhando e promovendo seu desenvolvimento pessoal, ético e profissional, executando, paralelamente, ações que viabilizem a inclusão social e o pleno exercício da cidadania." Disponível em: www.assprom.com.br

sua família, porque se eu for comprovar, nossa! Não ia dar não, porque meu pai tem umas casas alugadas aqui no Taquaril, sabe? (Jovem H, 17 anos)⁵¹

O fato de ser área de risco, ter criminalidade, eles pensam que todo mundo é miserável. Que todo mundo tá comendo fubá com sal e tem uma casa que não tem televisão e que não tem nada fraga? Por isso que a maioria dos jovens que trabalham lá na ASSPROM falam que é do Taquaril, mas mentem sobre a condição de salário. E se eles me chamarem eu também faço isso. (Jovem M, 16 anos)⁵²

Outro aspecto que chamou a atenção durante o tempo de pesquisa foi o que se pode chamar de um “estigma interno” presente no Conjunto viabilizador de conflitos entre os moradores. Vale ressaltar que pensar relacionalmente a periferia e sobre o seu lugar social não só sob a via das condições objetivas, implica não “escamotear os conflitos e dominações materiais e simbólicas” (ROSA, 2007) que a permeiam. Ao caracterizar o Taquaril, mencionou-se o fato de os moradores classificarem os vizinhos de acordo com a “parte” do Conjunto onde moram, criando mesmo uma relação nós/eles. Esta classificação, segundo os entrevistados desencadeia práticas preconceituosas em relação aos mais “estigmatizados”, os “pés vermelhos”, expressão usada para se referir aos moradores do Castanheiras, os setores mais próximos do município de Sabará. Esta denominação é justificada pela ausência de ruas asfaltadas nestes setores onde as vias são, essencialmente, de terra vermelha. Abreu (2008) descreve a experiência de viajar no ônibus que circula nesta parte do Taquaril e ressalta a permanência de um corte de pano próximo ao trocador e à disposição dos moradores para que possam limpar suas roupas e sapatos ao descer do ônibus para ir trabalhar. Um jovem entrevistado, uma das lideranças do Conjunto e conhecedor da história do lugar, nos relata que as diferenças existentes entre os moradores possuem estreita relação com a infraestrutura de cada parte do Conjunto. Segundo ele, os conflitos gerados não são ocasionais, pois remetem à forma de organização da própria comunidade em torno das benfeitorias públicas no Conjunto, já que as áreas possuidoras de melhor infraestrutura são aquelas onde as principais e mais antigas lideranças comunitárias e, na maioria das vezes, partidárias residem.

Esta divisão ocorreu pela questão estrutural mesmo da comunidade. Que estes setores foram os primeiros a serem estruturados, urbanizados e tem muito lugar no Taquaril que não tem urbanização, não tem saneamento de esgoto, não tem coleta de lixo. Em pleno séc. XXI não tem. Não tem asfalto, é poeira pura. (Jovem H, 23 anos – L)⁵³

⁵¹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁵² Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁵³ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

Segundo informações de lideranças antigas, no Conjunto existem atualmente pelo menos oito associações comunitárias. As disputas entre as lideranças também marcaram a história do Conjunto. É muito comum ouvir dos moradores que na formação do lugar havia uma união entre todos, principalmente na luta pela infraestrutura básica, mas que, ao longo do tempo, cada “pedaço” do Taquaril, se manifestou exigindo melhorias para si, fragmentando o movimento dos moradores mais antigos. Esta fragmentação se intensificou principalmente com a vinculação das associações aos partidos políticos e com o advento do Orçamento Participativo em Belo Horizonte, no início da década de 90. De fato, ao percorrer o Conjunto, são nítidas as diferenças infraestruturais que marcam a sua paisagem (Figuras 08 e 09).



Figura 08: Vista parcial do Conjunto Taquaril a partir do setor 8.

Fonte: Autora, 2008



Figura 09: Setor 11. Área sem infraestrutura.

Fonte: URBEL, 2001

Estas diferenças influenciam na dinâmica social e nos modos de vida dos moradores residentes das áreas menos favorecidas do Conjunto, como ressalta um jovem:

Até os crimes são diferentes nestes lugares piores, os crimes são mais bárbaros, por exemplo, de cortar a cabeça do ouro, de pegar adolescentes e de amarrar com arame farpado os braços e pernas, isso acontece não é à toa. Todo o processo tem que ser considerado para a gente entender o que acontece ali. (Jovem H, 23 anos – L)⁵⁴

Para alguns moradores, parece haver uma vinculação do tráfico de drogas às origens do Conjunto na luta pela terra que, ao longo do tempo, se configurou na disputa por territórios no lugar.

Existe um ciúmes claro de quem mora no setor 5 lá em baixo, chegar aqui em cima aqui e... to falando de grupos organizados de traficantes. Chegar aqui em cima e fazer questão... teve uma guerra que acabou, graças a deus, que era por causa disso: “ah, o pessoal de lá de cima do B se acha demais, só porque lá tem praça, tem escola, tem posto e não sei lá o que”, aí eles passavam aqui meio enciumados, meio inconformados com a situação da comunidade e caçava briga com os meninos daqui de cima e acabou estourando uma guerra na qual morreu muitos jovens. (Jovem H, 23 anos – L)⁵⁵

⁵⁴ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

⁵⁵ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

Abreu (2008) também ressalta este aspecto por meio da fala de um técnico do Programa Fica Vivo que destacou a disputa por território como fomentadora da violência e conflitos locais desencadeando, inclusive, as frequentes brigas dentro das escolas.

Para dimensionar a representação do lugar e seu impacto sobre a vida dos jovens, acreditamos que, por meio dos relatos trazidos, foi possível nos aproximarmos deste intuito da pesquisa. Observa-se que os olhares sobre o Conjunto Taquaril, a sua dinâmica interna e a forma como os jovens se apropriam, negam ou negociam com as imagens construídas socialmente sobre o lugar manifestam formas de vivenciar e sobreviver a/na periferia. Os sentidos do lugar e suas imagens têm desdobramentos na maneira como os jovens se comportam e se reconhecem dentro e fora do Conjunto Taquaril, como veremos no próximo capítulo.

4 JUVENTUDE, SOCIABILIDADE E RECONHECIMENTO

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se apresentam ao seu redor; pois, como intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece a relação entre os homens.

Hannah Arendt

Como indicam alguns estudos, o processo de socialização é marcado por múltiplas influências, desde aquelas circunscritas ao seio familiar, passando pela vivência na escola, na vizinhança, até chegar às experiências apreendidas e incorporadas pelos/nos espaços da cidade. Setton (2005) aponta para o surgimento de novos modelos de socialização presentes na sociedade contemporânea dadas as diversas transformações pelas quais o mundo vem passando nos últimos anos, principalmente aquelas concernentes aos aspectos socioculturais. Atualmente, as instâncias tradicionais de educação (família e escola) dividem espaço e importância com outras dimensões presentes na construção das identidades tanto pessoal quanto social. Setton (2005) destaca os estudos de Giddens ao discorrer sobre a influência de tais transformações na formação da subjetividade e das representações dos indivíduos na sociedade contemporânea. A partir das reflexões de Giddens sobre a re-configuração do tempo/espaço, o movimento de desencaixe e a reflexividade presentes na sociedade moderna, Setton (2005) contextualiza a constituição de uma nova ordem social, caracterizada principalmente pela forma como o indivíduo se posiciona frente ao mundo que o cerca, constituindo, portanto, um ser que reflete sobre si e sobre o estar no mundo, reorientando e construindo a realidade à qual pertence (SETTON, 2005, p. 336). Nesse ínterim, a realidade apresenta-se plural, embora não necessariamente coerente e harmônica, mas consolida-se como um ambiente onde as vivências podem ser simultâneas em contextos sociais diferenciados e, por vezes, não equivalentes (LAHIRE, 2002 *apud* SETTON, 2002, p. 344). A socialização, portanto, se conforma em outros patamares e encontra na formação da individualidade sua primazia e constituição. Setton (2005), ao incorporar os estudos de Lahire, afirma que:

Desde que um indivíduo esteja simultânea e continuamente no seio de uma pluralidade de mundos sociais, não homogêneos e às vezes contraditórios, ou no seio de universos sociais relativamente coerentes, mas apresentando em certos aspectos contradições, ele

está exposto a um estoque de esquemas de ação não homogêneos, não unificados, e conseqüentemente a práticas heterogêneas, variando segundo o contexto social que será levado a valorizar. (SETTON, 2005, p. 344)

O indivíduo, tal como coloca a autora, tem a possibilidade de inserir-se, ao longo do percurso de sua socialização, em instâncias sociais diversificadas e não propriamente condizentes com o lugar por ele ocupado no espaço social.

A percepção do processo de socialização calcado na interiorização de valores e normas a partir do contato com instituições tradicionais como a família e a escola, tão difundida por Durkheim, conferia ao indivíduo um papel específico, cunhado na construção de um ideal público. Na perspectiva contemporânea adotada por Setton (2005), a formação da identidade do indivíduo encontra-se passível a uma “[...] tendência à articulação e à negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos” (SETTON, 2005, p. 345). Acrescenta-se o fato de que essas biografias são desenhadas a partir de vários signos contemporâneos, principalmente aqueles ligados ao mercado de bens simbólicos, fortemente expandido no país nas últimas décadas, consolidando-se como “um mercado difusor de informações e entretenimento com um forte caráter socializador” (SETTON, 2005, p. 346). Esse contexto nos remete à tentativa de compreender a inter-relação entre os novos arranjos socializadores, sua influência na percepção dos indivíduos sobre si e o mundo que o cerca e sobre novas formas de interação social que, como destaca Setton (2005, p. 347), produzem novas formas de “aproximação e/ou afastamento entre indivíduos e grupos”. A autora adverte que as múltiplas maneiras de estar no mundo e pensá-lo não podem ser tomadas como um processo homogêneo e expandido, uma vez que “trata-se sempre de experiências individuais que se apropriam da heterogeneidade e da complexidade do mundo social a partir de um repertório conquistado *a priori* e um devir construído no presente” (SETTON, 2005, p. 347). Ao refletir sobre os processos de socialização aos quais a juventude pode se submeter na contemporaneidade, entende-se que a condição juvenil, marcada por um inesgotável conjunto de variáveis e condicionantes, também encontra na dimensão do lugar de moradia um fator importante na construção da “biografia” ou trajetória do jovem, principalmente pelo fato de que as constantes transformações que ocorrem no mundo globalizado se apresentam nas grandes cidades, principal *locus* de sua manifestação.

Tendo em vista a discussão sobre os novos processos de socialização presentes na contemporaneidade, sobretudo nas grandes cidades, é interessante refletir sobre a sociabilidade característica desse cenário e que também influi e conflui na socialização, numa relação necessariamente dialética.

4.1 Percepções sobre as diferenças sociais e as interações possíveis no Conjunto Taquaril e na cidade

4.1.1 O significado dos projetos e programas sociais para os jovens

Já nos primeiros contatos com a dinâmica do Conjunto Taquaril, chamou a atenção a significativa presença de projetos e programas sociais destinados aos jovens. Como apresentado anteriormente, o Conjunto não possui as condições necessárias para que toda a sua população tenha realmente uma boa qualidade de vida. Os equipamentos existentes, como destacado nas falas dos entrevistados, são insuficientes para a demanda dos moradores que acabam procurando equipamentos e serviços oferecidos nos bairros vizinhos. Os jovens, por exemplo, que cursavam o 2º Grau precisavam até no ano de 2007 estudar fora da própria região do entorno. Muitos acabavam desistindo em função dos custos com o transporte. Outros assumiam o risco de serem impelidos pelos ficais de ônibus, até mesmo de forma agressiva, ao tentar permanecer no coletivo sem pagar a passagem. Segundo alguns relatos, existem relativamente às demandas dos moradores do Conjunto, mais projetos e programas direcionados aos jovens que equipamentos e serviços públicos. Foram identificados pelo menos seis projetos. Dentre eles, dois são providos pelo Estado e executados por organizações não-governamentais: o Programa Agente Jovem (Governo Federal) e o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo (Governo do Estado de Minas Gerais).

A presença dessas iniciativas no Conjunto remete às discussões em torno das formas de sociabilidade proporcionadas ao público atendido pelos projetos, já que estes também se constituem instâncias socializadoras importantes no Taquaril. Outro ponto a ser pensado é a forma como se apresenta o terceiro setor nas periferias urbanas. O trabalho de Abreu (2008) sobre o Conjunto Taquaril procurou analisar como estas iniciativas se “consustanciam” na

reprodução das relações sociais de produção do capitalismo. Para o autor, “a redução da política e as possibilidades de mudar a vida no político têm aparecido nos chamados desvios semânticos” em que “o social como sociedade civil aparece como gestão da pobreza por meio do assistencialismo e filantropia” (ABREU, 2008, p. 33). Para ele, este movimento provoca a despolitização das lutas e reivindicações estruturais ou circunstanciais se configurando até em uma nova “transmutação do capitalismo como refundação de seus marcos constitutivos” (ABREU, 2008, p. 33). Abreu (2008) destaca, ainda, a ação das associações de bairro vinculadas à captação de recursos de agências financiadoras para também gerir projetos voltados para a comunidade. O que vem ocorrendo é uma tendência, cada vez maior, à formação de associações para este fim. Percebe-se que

Programas sociais [que] se multiplicam pelas periferias afora e [no] entorno deles proliferam associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, como parcerias dos poderes públicos locais, [disputando] recursos em fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e [em] agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, é claro, a quase onipresença de ONGs vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada. (TELLES, 2007, p. 197 *apud* ABREU, 2008, p. 148)

Abreu (2008) aponta para a crescente vinculação da questão social e da pobreza com a possibilidade de tomá-las como uma verdadeira oportunidade de agregar recursos para a sobrevivência de instituições e, mesmo, de movimentos sociais. O sentido de que as ações do terceiro setor nas periferias não convergem, necessariamente, para o objetivo de intervir na comunidade de forma a melhorar as condições de vida dos moradores, é percebido e relatado por uma jovem liderança.

Há uns anos atrás a Unesco classificou o Taquaril como bolsão de miséria. O Taquaril foi sempre visto como um lugar violento e em virtude de ser considerado durante muito tempo como um bolsão de miséria [...] como um lugar muito pobre, muitos projetos apropriam desse discurso para poder conseguir benefícios próprios. Então os projetos, os trabalhos sociais feitos pelas ONGs, por outros trabalhos voluntários, trabalhos sociais feitos, principalmente há dez anos atrás usaram muito esse discurso. Então, pra conseguir doações ou pra conseguir qualquer benefício usou muito isso. A gente vê isso muito claro: o discurso que é usado pelas pessoas: “É o lugar pobre, miserável”. (Jovem H, 19 anos – L)⁵⁶

⁵⁶ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

A fala deste jovem não é uma opinião isolada no Conjunto. Vale aqui recuperar o relato de um jovem entrevistado por Abreu (2008) que também destaca o papel das ONGs nos espaços periféricos da cidade.

[...] as ONGs se inserem dentro da comunidade com o intuito de alterar aquele quadro né! Aquele quadro atual da comunidade. Mas ao mesmo tempo me causa um grilo assim. Depois que eu vi aquele documentário “Quanto vale ou é por quilo” eu parei e comecei a ter uma visão crítica das ONGs. Saber quem de fato está na comunidade para colaborar, auxiliar a comunidade no seu crescimento, no seu desenvolvimento, auxiliar nesse quadro de transformação, auxiliar na formação dos moradores dessa comunidade, para quem sabe a comunidade tenha uma visão para quem está lá de fato, crescer e sair da miséria. Infelizmente, a gente sabe que tem ser humano que tem espírito de porco, aproveita da miséria dos outros para crescer financeiramente e crescer profissionalmente. Então tem atuações de algumas ONGs aqui da comunidade que me causam uma certa suspeita, um certo grilo de saber quem está aqui com o espírito, corpo e alma, ou quem tá aqui só por interesses políticos ou financeiros.⁵⁷

Ao perguntar às jovens lideranças sobre a atuação das ONGs no Taquaril, todos os relatos reforçaram a idéia de que o trabalho realizado por elas no Conjunto proporciona aos moradores um sentimento de conformação de suas precárias condições de vida, já que não estabelecem a perspectiva de embate político frente ao Estado. Algumas falas reforçaram o fato de que, como ressalta Abreu (2008, p. 147), as ações das ONGs como prestação de serviços à comunidade podem despolitizar e/ou institucionalizar a luta por direitos no Conjunto.

Quanto ao trabalho desenvolvido com a juventude do Conjunto, a percepção das jovens lideranças é diferente daquela relatada pelos jovens participantes dos grupos focais. Nos dizeres de um jovem que, além de liderança comunitária, é oficineiro do Programa Fica Vivo, várias das iniciativas existentes têm como fundamento a contenção das “classes perigosas” e veem o jovem como uma ameaça à sociedade:

Aqui é a última favela de BH, então eles pensam: vamos prender o animal lá no Taquaril, vamos manter a jaula fechada para ele não descer. Com certeza vários projetos vêm com este perfil. Eles vêm acobertados e as pessoas não sabem disso. (Jovem H, 24 anos – L)⁵⁸

⁵⁷ Trecho retirado da dissertação de mestrado: Abreu (2008, p. 147).

⁵⁸ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

Uma outra liderança também reforça esta idéia dizendo que alguns projetos trabalham com a estratégia de “deixar” o jovem confinado no Conjunto para que ele não incomode a sociedade. Nas palavras do jovem, os projetos

[...] são de fato, políticas de contenção e confinamento. Elas [ONG's] pra mim, em algum momento, agem como um extintor para apagar incêndio e por isso são criadas e não se vê continuidade. (Jovem H, 19 anos – L)⁵⁹.

Ao mesmo tempo, as lideranças entrevistadas apostam nos educadores sociais e oficinairos responsáveis pelo contato direto com o jovem, já que a maioria mora no próprio Conjunto. Além disso, eles acreditam que as iniciativas sejam importantes desde que mude a perspectiva de ocupar o tempo do jovem e tirá-lo da rua para a garantia efetiva de direitos. A noção de juventude como um problema social tem orientado o desenho das ações sociais e políticas públicas desde a década de 50 quando as primeiras iniciativas foram implementadas (CARRANO; SPOSITO, 2003). Mas apesar dos vários avanços alcançados pelas reivindicações dos movimentos juvenis por políticas públicas que contemplem o jovem como um sujeito de direitos, o viés do controle social de segmentos juvenis através de ações de prevenção à criminalidade, ainda hoje, assume um aporte central nas políticas públicas.

Leão (2004), ao analisar o programa federal Serviço Civil Voluntário (SVC) direcionado para jovens de 18 anos incompletos, ressalta a concepção de juventude inerente aos propósitos, à metodologia e à execução do programa. O programa foi desenvolvido até o ano de 2002 e tinha como eixo central a geração de renda. Um dos desdobramentos deste eixo era voltado para a inserção do jovem em trabalhos para a sua comunidade de origem, a fim de estabelecer uma relação mais harmônica com os moradores e uma imagem mais positiva do jovem na comunidade. Segundo Leão (2004), a utilização da comunidade como uma ferramenta pedagógica para o programa poderia significar uma forma de manter os jovens na própria comunidade. Segundo o autor, esta metodologia

Pode estar dizendo aos jovens que fiquem onde estão, no meio dos seus, sem incomodar a ordem social, aprendendo os valores da cidadania dos pobres: ser honesto, trabalhador, “criativo” em buscar alternativas de convivência com a pobreza. Trata-se de “ser aceito”, “de abrandar o medo”, de “se tornar conhecido”, de ser incluído no mundo adulto e tradicional da comunidade – a dos seus moradores, comerciantes,

⁵⁹ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

padres e pastores etc. – sem encontrar espaços coletivos de vivência e expressão da condição juvenil. (LEÃO, 2004, p. 11)

O trabalho centrado na comunidade se não for orientado para as relações além dos limites do lugar pode propiciar aos jovens inseridos em projetos e programas, o que o autor chamou de um “novo apartheid” (LEÃO, 2004), limitando a mobilidade e as experiências dos mesmos. A inserção institucionalizada dos jovens na comunidade e a estrutura precária do programa situavam os jovens pobres em posição de subordinação, “[...] podendo incorrer exatamente na afirmação de estereótipos, uma vez que, como contrapartida de programas sociais, induz a uma visão assistencial” (LEÃO, 2004, p. 15). Na concepção do autor, o que a pesquisa possibilitou refletir foi que a iniciativa tomou a forma de um programa ocupacional com o objetivo de ocupar o tempo ocioso do jovem para afastá-lo dos “perigos” da rua. Ou seja,

Uma política de controle do tempo livre e da ociosidade juvenis, que procurava manter os jovens nos limites de suas comunidades, por meio da oferta de uma formação profissional banalizada, ancorada na idéia de que “para pobre, qualquer coisa serve”. (ZALUAR, 1994 *apud* LEÃO, 2004, p. 15).

Na percepção dos jovens entrevistados inseridos em algum dos projetos existentes no Conjunto, as iniciativas têm como principal objetivo “tirar” o jovem da rua, mas não, necessariamente, isto constitui um ponto negativo para eles, como podemos observar:

Os projetos? É tirar o pessoal das drogas, tirar o pessoal da rua. É isso que tá acontecendo, eles tão tirando a gente. Entendeu? Eles pensam assim: os jovens estão em área de risco, vem pra cá. Mas todos giram, giram, falam, falam, mas chega no mesmo ponto: é tirar o jovem da rua. Literalmente das ruas. (Jovem M, 16 anos)⁶⁰

O objetivo é tirar o jovem da rua, que ele pare de ficar nas esquinas das ruas só jogando conversa fora. É tirar o jovem da rua e fazer com que ele seja um possível protagonista. (Jovem M, 15 anos)⁶¹

É ocupar o tempo do jovem né? Aqui no Taquaril tem muito jovem e a maioria fica na rua porque não tem nada pra fazer. E os projetos dão cursos, oficinas, qualificação pra gente melhorar de vida. (Jovem M, 16 anos)⁶²

⁶⁰ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁶¹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁶² Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

Ao mesmo tempo, os jovens ironizam, na forma de brincadeira, as intervenções dos projetos para viabilizar a ocupação da juventude no Conjunto.

Ah, aquela ali mesmo [se referindo a uma jovem presente] era uma marginalzinha. Se não fosse o projeto, ela tava roubando e fazendo besteira né? [Todos riem] Eu também, se não tivesse no projeto eu tava matando, roubando, sei lá (Risos). É brincadeira né gente, mas a gente sabe que no fundo mesmo, os projetos querem é evitar este tipo de coisa. (Jovem H, 17 anos)⁶³

Ao recorrer novamente a Simmel (2002) sobre a relação que a sociedade estabelece com o pobre na forma da assistência (reação social), é interessante observar, nos relatos trazidos, que há um reconhecimento por parte dos jovens pesquisados sobre o lugar social que a juventude do Conjunto ocupa nos projetos e programas e, por extensão, na própria sociedade. Assim como no caso do tipo social estudado por Simmel (2002), o socorro confere ao pobre o auto-reconhecimento de sua condição. No caso dos jovens do Taquaril, a reação social a eles imputada se configura e se manifesta sob a idéia da ameaça e, portanto, os torna alvo legítimo de uma intervenção institucional. Tanto nas falas mais críticas das lideranças juvenis, quanto nas falas dos jovens participantes dos grupos focais, esteve presente a noção de que as ações são uma resposta às implicações que a morfologia do Conjunto e as representações do lugar estabelecem sobre a vida dos moradores em seu local de moradia e, por extensão, sobre a vida na cidade, influenciando, inclusive a sociabilidade dos jovens participantes. Não foi propósito deste trabalho pesquisar as formas como se configuram os processos identitários dos jovens do Conjunto, mas é possível arriscar dizer que aqueles jovens inseridos nos projetos acabam tomando-os quase que como suas identidades principais, talvez pela visibilidade e/ou status adquirido por esses projetos. Os projetos viabilizam e, ao mesmo tempo, circunscrevem, por exemplo, as interações entre os próprios jovens do lugar. Eles assumem, principalmente para as novas gerações, o papel de uma instância socializadora e proporcionadora de uma sociabilidade “saudável” e sem risco no Conjunto. Mas acreditamos que esta atribuição dos projetos e programas pode despersonalizar os próprios jovens como sujeitos de direitos e o próprio Conjunto como *locus* de luta, na medida em que as ações a eles direcionadas se estabelecem como uma “reação” a um problema e não como a garantia e a efetivação de um direito. Na perspectiva da contenção das “classes perigosas”, podemos dizer que o direito se efetiva pelo seu reverso, ou seja, o público focalizado, neste caso,

⁶³ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

não é a juventude do Conjunto ou de qualquer outro lugar segregado, mas sim o restante da população, na medida em que a “ameaça” é amenizada por ocasião deste tipo de intervenção nos lugares marginalizados da cidade. A cidadania se estabelece de forma diferenciada para cada segmento da população e pode até ser subvertida, legitimando e reforçando a manutenção do *habitus* precário para os subcidadãos (SOUZA, 2003). Ressalta-se, entretanto, que a inserção e a intervenção de programas e projetos no Conjunto Taquaril não se dão de forma tão harmônica. Como observado, a dinâmica organizativa no Conjunto é sedimentada, o que possibilita um campo de negociações e interpelações dos moradores face à intempérie de uma lógica excludente e desigual.

4.1.2 Sociabilidade e experiências da (des)igualdade

Uma das formas encontradas para atingir os objetivos perseguidos neste trabalho foi a da apreensão do modo como os jovens utilizam os espaços do Conjunto e da cidade para compreender como os mesmos se reconhecem na interação entre conhecidos e estranhos nestes espaços. Considera-se que a reflexão sobre a sociabilidade urbana é indissociável da premissa de que a cidade moderna é palco da igualdade e da diferença. Simmel (2002), entre outros autores, destacou em seus estudos a cidade como o lugar da busca pela diferenciação e pela liberdade pessoal. O autor examina o processo de passagem de um individualismo pautado na liberdade, por meio da igualdade, para um individualismo cunhado na busca pela singularização que se deu na passagem do século XVIII para o século XIX quando o pensamento histórico de que não só a igualdade entre os homens é uma exigência moral, mas também sua diferença (SIMMEL, 2002). A liberdade, neste contexto, transforma-se no correlato da igualdade. Assim, para pensar a sociabilidade dos jovens pesquisados, é importante ter em mente que Belo Horizonte é uma cidade onde é possível reconhecer espaços que propiciam experiências da igualdade e da diferença, mas também experiências da desigualdade processadas pelas formas diferenciadas de acesso e de apropriação dos espaços públicos.

Como uma localidade periférica, o Conjunto Taquaril agrega pouca possibilidade de lazer para seus moradores. Um dos únicos espaços públicos que possibilitam o encontro, principalmente entre os jovens, é uma praça, chamada Praça Gue Guevara (Figura 10).



Figura 10: Praça Che Guevara, setor 8.

Fonte: Autora, 2008

A praça está localizada no setor 8, área mais urbanizada do Conjunto. Em seu entorno, estão dispostos os projetos e programas mencionados. A praça, considerada o marco zero do Conjunto, foi palco do evento que celebrou a assinatura do convênio de permuta do terreno entre o governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura em 1987, congregando cerca de 3.000 pessoas (ABREU, 2008). O espaço hoje é utilizado para as manifestações políticas, culturais e de lazer promovidas pela própria comunidade por meio de parcerias com instituições públicas e privadas. Agrega também o palco Zumbi dos Palmares (Figura 11) construído por meio do Orçamento

Participativo e uma quadra de *skate* que, segundo os jovens, por ser imprópria para a prática do esporte, já que é muito pequena, acabou virando um “escorregador” para a criançada (Figura 12). Vale observar que os nomes dados à praça e ao palco remetem à história de luta dos moradores do Conjunto ao associarem os espaços aos líderes revolucionários aclamados. Segundo alguns moradores, a praça foi nomeada para fazer referência ao processo de ocupação do Conjunto e às conquistas obtidas pelo movimento de luta pela moradia, já que o Taquaril foi ocupado e erguido num processo revolucionário, nas palavras dos moradores, desencadeado por todos os moradores que participaram de sua construção. O nome do palco também foi escolhido pela comunidade para caracterizar a permanência da luta por melhores condições para o lugar e pela associação da questão das minorias com a realidade da população residente das periferias urbanas.



Figura 11: Palco Zumbi dos Palmares.

Fonte: Autora, 2008



Figura 12: Pista de *skate*.

Fonte: Autora, 2008

Os jovens ressaltaram a necessidade de mais espaços no Conjunto destinados ao lazer, já que a praça e a quadra de esportes localizada dentro de uma escola municipal são os únicos lugares de diversão para eles. Como estratégia para ampliar os encontros da juventude no Conjunto, pelo menos uma vez a cada dois meses, são realizados shows com os próprios grupos artísticos do local. Estes eventos são organizados por algumas lideranças juvenis que se autointitulam produtores culturais. A promoção dos eventos, segundo os organizadores, tem o objetivo de possibilitar um momento de lazer e troca entre os moradores e de valorizar a cultura local. No último show realizado no fim de 2008, a praça Che Guevara congregou cerca de 3.000 mil pessoas. Além dos shows, uma outra possibilidade de diversão no Conjunto e de concentração de jovens é a Feira de Economia Solidária desenvolvida uma vez por mês (Figura 13). A feira, organizada pela Associação Comercial do Taquaril, constitui um espaço onde não apenas é priorizada a busca pela sustentabilidade dos artesãos locais, mas também a promoção de um espaço de convivência entre os moradores, de lazer para crianças e jovens, e também de divulgação da cultura produzida no lugar (Figuras 14 e 15).



Figura 13: Feira de Economia Solidária

Fonte: Autora, 2008



Figura 14: Feira de Economia Solidária

Fonte: Autora, 2008



Figura 15. Feira de Economia Solidária – Grupo de Capoeira

Fonte: Autora, 2008

Apesar de darem relevância ao papel dessas iniciativas, os jovens pesquisados enfatizaram o fato de que no dia a dia eles costumam ficar na rua conversando com os amigos, já que “não tem nada pra fazer”. A falta de opção também os leva a organizar festas particulares alternando entre eles a casa que sediará o encontro. Ao percorrermos o Conjunto, é nítida a existência de um grande número de botecos, porém, estes não são frequentados por jovens e sim por adultos. O *point* da galera, segundo um jovem, era o antigo Bar do Paulão. O bar era famoso por promover samba e pagode, mas acabou sendo fechado há alguns anos, numa ação conjunta da Polícia Militar, Vigilância Sanitária e Juizado da Infância e da Juventude. Alguns jovens atribuem o fechamento do bar a uma perseguição política ao dono, já que este era uma liderança partidária do lugar. Para eles, o fim do bar significou uma drástica redução dos momentos de encontro e descontração dos jovens no Conjunto.

Segundo um jovem entrevistado, o Conjunto, para a maior parte dos moradores, se torna “um lugar só para refúgio, só para descanso”⁶⁴ já que, além de não encontrar no espaço imediato a possibilidade de lazer, também não acessa os equipamentos culturais existentes na cidade. O cotidiano é marcado por “uma rotina que prende o morador no trajeto que ele faz da casa para o trabalho, do trabalho para a casa”⁶⁵. No sentido dado pelo jovem, o Conjunto como um espaço segregado e a cidade aparecem como negatividade face às (im)possibilidades postas pelo urbano (ABREU, 2008). O espaço, desta forma, se apresenta quase que em sua completude como um espaço *geométrico* sendo que

[...] para aqueles que não se apropriam do espaço, individual ou socialmente, o espaço é vivido como geométrico: pontos e trajetos com significação reduzida. A vivência se reduz a pobres trajetos, penosos tempos perdidos, envolvendo práticas espaciais e sociais também medíocres – os lugares privados, vividos irrisoriamente; os de trabalho sob pressão. Os trajetos são inóspitos e os pontos ganham significados absolutizados, porque toda vivência está projetada neles. (DAMIANI, 1999, p. 51 *apud* ABREU, 2008, p. 24)

Para os jovens, as restrições de acesso à cidade são dribladas por meio de usos e apropriações de outros espaços fora do Conjunto. As saídas do Taquaril por motivo de descontração se dão para as casas de parentes que moram em outros bairros, cinema, casas de show e *shoppings centers*. Este circuito de lazer dos jovens possui endereço certo, já que, segundo eles, não é qualquer sala de cinema, casa de show e *shopping centers* que costumam frequentar. Como eles mesmos dizem, “é onde a moçada daqui gosta de ir”. Um jovem enfatiza a influência dos costumes e modos de vida do lugar sobre o comportamento e preferências dos seus moradores. Segundo ele,

A comunidade define a nossa personalidade né e acaba influenciando. Muitas vezes você gosta de uma coisa, mas a comunidade só quer aquilo. Aí você acaba gostando ou desgostando. (Jovem H, 18 anos)⁶⁶

Ao falarem sobre os *shoppings centers*, espaços privilegiados pelas novas gerações, os jovens trouxeram aspectos interessantes para a reflexão. O *shopping* mais freqüentado por eles está localizado na área central de Belo Horizonte. Trata-se do *Shopping Cidade*. Este *shopping* é considerado pelos entrevistados, mais acessível e popular, principalmente por sua localização e

⁶⁴ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

⁶⁵ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

⁶⁶ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em outubro de 2008.

maior diversidade de frequentadores. Em um dos grupos focais, um jovem, ao afirmar que não frequenta o *shopping* porque se sente discriminado, provocou uma reação exaltada nos demais participantes que contra-argumentaram sobre a possibilidade de frequentá-lo, mesmo com um vestuário simples, às vezes até portando chinelo. Segundo eles, neste *shopping* “dá pra ir todo mundo” e, até de forma ambígua, ressaltaram o fato de que ele é considerado o “*shopping* dos favelados”. Mas ao ouvirem o relato do jovem que se sentiu discriminado, todos os demais se solidarizam e reforçaram a impressão do colega.

Uma vez eu tava no *shopping* junto com a minha mãe. Ai passou uma menina super branquela e ela não tinha me visto. Na hora que ela foi passar assim e me viu, ela arregalou o olho, voltou pra trás e deu a volta por cima, do outro lado. Aí eu olhei aquilo lá e fiquei chocado. Fiquei traumatizado. E ainda por cima, o segurança acompanha a gente com o olho. Aí eu nunca mais fui no *shopping*. (Jovem H, 18 anos)⁶⁷

A fala deste jovem fez emergir falas semelhantes dos entrevistados, não se referindo, necessariamente, a si próprios, mas histórias de outras pessoas conhecidas no Conjunto. É interessante refletir sobre como experiências coletivas expressas através de histórias, casos e situações pelas quais conhecidos, familiares e amigos tenham passado, são também incorporadas como experiências individuais. Um caso que chamou a atenção foi a fala de uma jovem expressando seu desejo de visitar a Igreja São Francisco de Assis, mais conhecida como Igreja da Pampulha localizada em um bairro nobre de Belo Horizonte, a Pampulha. A jovem se dizia impedida de ir por causa da discriminação, mas não soube dizer porque ela se sentiria discriminada, já que a igreja se localiza em uma via pública onde qualquer pessoa pode visitá-la ou pelo menos olhá-la. Vale observar que os sentimentos da discriminação ou constrangimento são experimentados não, necessariamente, “na própria pele”, mas sempre que, por algum dispositivo, são acionadas tais experiências coletivas ou mesmo a consciência de ser um morador de periferia e que, em potencial, não seria um indivíduo bem vindo em algumas regiões da cidade.

O grande percentual e a diversidade de indivíduos e grupos existentes nas grandes cidades possibilitam que elas sejam o “[...] lugar de estranhos e desconhecidos, que conforma uma unidade não apenas administrativa, mas também de espírito, de sentimento e de pertencimento”

⁶⁷ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em outubro de 2008.

(ANDRADE, 2007, p. 3). Andrade (2007) ressalta que a imagem do “estranho” já esteve ligada à idéia de ameaça, já que a organização social se pautava pelo conhecimento mútuo entre os habitantes de determinado lugar. Hoje, no entanto, tornou-se uma experiência elementar o contato com desconhecidos nos mais variados espaços da cidade, embora ainda permaneça a dimensão da ameaça fundada em outros patamares. A autora destaca alguns estudos que discorreram sobre os novos contornos dos espaços públicos contemporâneos e que apontaram para uma progressiva degradação social destes lugares e na redução de seu potencial emancipatório. No Brasil, Andrade (2007) ressalta o crescimento da criminalidade nas últimas décadas e sua influência sobre os usos dos espaços públicos das cidades. O surgimento dos “espaços protegidos” como o *shopping centers* e os condomínios fechados refletem não só a expressão de um estilo de vida, mas também uma alternativa à potencial ameaça que, principalmente, as vias públicas congregam. Desta forma, determinadas áreas da cidade são frequentadas e apropriadas ou não por determinados tipos de pessoas em função dos gostos e escolhas e do conhecimento e informação a respeito delas, mas também orientadas pela evitação.

No caso dos jovens pesquisados, eles parecem saber exatamente os lugares onde não seriam bem recebidos e procuram evitá-los. O *habitus* incorporado do espaço social do qual fazem parte inscreve em seus corpos uma espécie de mapa não percorrido na cidade expresso na forma da evitação. Espaços, como o Pátio Savassi, BH *Shopping*, *Shopping Daimon Mall*, *Ponteio Lar Shopping*⁶⁸, a casa de show Chevrolet Hall e, na região central, o Palácio das Artes e mesmo ruas de alguns bairros considerados mais nobres não são lugares frequentáveis. São espaços onde eles não se sentiriam à vontade e, portanto, ficariam “deslocados”.

Então assim, principalmente na zona sul eu evito passar na zona sul tipo Anchieta, Cruzeiro, Sion, Mangabeira... mesmo sabendo que é público, que a rua é pública, que o espaço ta lá, é pra todo mundo usar, mas a desconfiança que gera, a forma como você é olhado, a forma como você é recebido nos espaços quando você chega, você percebe aquela indiferença e você não tem clima para poder ficar. A reação é preconceituosa e discriminatória. Se falar comigo: ah, você tem que ir lá no Santo Antônio eu já: Ah, nossa senhora, tem que ir mesmo? Então, assim, é muito constrangedor você ta em locais que você percebe bem que você não é muito bem vindo. (Jovem H, 24 anos – L)⁶⁹

Eu evito passar em alguns lugares porque às vezes você tem que passar por situações de constrangimento, tipo assim: olhares desconfiados, reações preconceituosas,

⁶⁸ Estes espaços são voltados para os estratos sociais médios e altos da cidade.

⁶⁹ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

movimentos de medo. É aquele lance de você estar andando normal, pensando em maldade nenhuma e aí você percebe que a pessoa tá segurando a bolsa, tá andando mais rápido, tá olhando de lado. Às vezes, ela finge que tá olhando uma promoção na loja só para olhar de rabo de olho e ver se você não irá se aproximar. Isso é muito chato. (Jovem H, 19 anos)⁷⁰

Rola mais você ficar dando rolé na cidade do que ir em determinados ambientes [Por quê?] Porque às vezes você vai até comprar num shopping, mas aí você fica olhando um produto e outro e aí a vendedora vai e fica olhando e pensa: ah, aquele ali vai roubar. (Jovem H, 18 anos)⁷¹

Quando eu tenho que ir ao *shopping*, eu entro resolvo o que tiver pra resolver ou compro o que for pra comprar e aí eu vou em uma ou duas lojas e saio rápido. Eu não fico circulando não, pois não me sinto muito à vontade. (Jovem M, 18 anos)⁷²

Outro dia, uns colegas da faculdade me chamaram para ir em um bar chamado Pinguim que fica lá no bairro Sion. Eu acabei achando que não iria ser bacana. Eu nunca fui lá, mas achei que eu não me sentiria bem à vontade e acabei dizendo que não iria. (Jovem M, 18 anos – L)⁷³

Uma das lideranças pesquisadas apontou para o aspecto de que apesar de conhecer, não frequenta os lugares citados acima, não pelo fato de que se sentiu “deslocado” em algum momento, mas por uma questão ideológica. Ele enfatiza a idéia de que esses lugares (re)produzem e “carregam uma violência, a pior delas: a violência simbólica, expressada principalmente através do olhar para quem as pessoas acham que é diferente”⁷⁴.

Considera-se que a sociabilidade, seja entre conhecidos ou entre estranhos, implica certo grau de reconhecimento entre os atores sociais. Ao pensar nas interações presentes nos espaços urbanos, sobretudo nas cidades que guardam grandes desigualdades sociais e em que, portanto, há uma maior possibilidade de encontrarmos grupos de indivíduos próximos geograficamente, mas distantes socialmente, somos instigados a refletir sobre quais bases se dão as interações entre estes grupos e se há uma transferência simbólica nestes espaços. Segundo Andrade (2007, p. 6), “as grandes distâncias sociais inibem as interações entre os habitantes de uma mesma cidade. Quanto mais distantes socialmente, mais difíceis são as possibilidades de troca”. A autora alerta

⁷⁰ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em outubro de 2008.

⁷¹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em dezembro de 2008.

⁷² Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em dezembro de 2008.

⁷³ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

⁷⁴ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

para o fato de que a incidência de indivíduos de classes sociais diferentes num mesmo espaço não garante sua interação e troca (ANDRADE, 2007). Desta maneira, a sociabilidade nestas situações pode se conformar “inconsistente e dolorosa” (SIMMEL, 1983, p. 173).

A percepção que os jovens têm, portanto, de alguns lugares torna-se quase normatizadora de seus comportamentos e os coloca exatamente nos lugares que acreditam ser legítimos e que por eles podem ser ocupados ou não, tomando o que Bourdieu (1997) chamou de distância respeitosa.

Como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades de corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distancia respeitosa, são sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade, da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (BOURDIEU, 1997, p. 163)

Considera-se, no entanto, que esta tomada de atitude diante dos espaços “respeitáveis” (pensando tanto no espaço físico, quanto no espaço social que estes lugares acionam), recorrendo à noção de Bourdieu (1997), não constitui o desdobramento de um processo alienante no que diz respeito, por exemplo, à falta de consciência sobre o direito à livre circulação na cidade. Os jovens passaram a impressão de ter conhecimento dos direitos que possuem como cidadãos, mesmo porque os projetos e programas nos quais alguns estão inseridos possuem como eixo educativo a discussão sobre a cidadania. Vale ressaltar que todos os jovens participantes dos grupos focais demonstraram possuir falas articuladas, expondo de maneira clara e objetiva opiniões e pontos de vista de maneira muito coerente e consciente. O que, portanto, chamou muita atenção foi o fato de que, mesmo agregando o conhecimento sobre direitos, os jovens se sentem obstruídos de percorrerem certos lugares na cidade.

As entrevistas com as jovens lideranças foram feitas após o processo de realização dos grupos focais. Acreditávamos que pelo fato de suas trajetórias agregarem um engajamento político, os relatos destes jovens fossem transparecer muito diferentes dos relatos dos jovens participantes dos grupos focais no que diz respeito à escala e à forma de cerceamento ou desobstrução da circulação de jovens pobres na cidade. Um dos jovens entrevistados, por exemplo, é considerado atualmente uma das lideranças juvenis mais respeitadas e admiradas

pelos movimentos e entidades ligadas aos direitos da juventude não só em Belo Horizonte, mas no país. Ele foi o Conselheiro mais bem votado na cidade nas eleições ocorridas em 2006 para o Conselho Municipal da Juventude. Sua imagem de jovem politizado e comprometido com as causas sociais lhe proporcionou em 2007 um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É nítido o reconhecimento que os moradores e entidades locais lhe conferem. Na entrevista dada para a pesquisa, o jovem não se isentou de honrar este lugar que ocupa no cenário político local e mais abrangente. Suas falas direcionadas às desigualdades existentes, à cidadania, ao papel das políticas públicas e dos atores sociais, foram realmente eloquentes e substantivas. No entanto, ao discorrer sobre suas experiências relacionadas à circulação na cidade, o jovem engajado se mostrou tão “frágil” socialmente quanto qualquer outro jovem de periferia.

Essa impressão remete à reflexão de que o reconhecimento social do sujeito como cidadão se conforma em outras instâncias para além do conhecimento e reconhecimento jurídico da igualdade. “Para que haja eficácia legal da regra de igualdade, é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana seja efetivamente internalizada” (SOUZA, 2006, p. 31). Da mesma forma, os operantes da ordem ou da “naturalização” da desigualdade são tão mais eficazes quanto mais simbólicos e, portanto, invisíveis de se manifestarem. A relação entre sociabilidade e reconhecimento social foi introduzida no capítulo 2 pela releitura de Jessé Souza sobre os estudos desenvolvidos por Charles Taylor. A forma como os indivíduos se veem e a forma como classificam o outro interfere no modo como interagem e se apropriam dos espaços da cidade. Tendo em vista a perspectiva teórica na qual este trabalho se debruçou, é pertinente considerar que em contextos de segregação urbana o lugar de moradia também influencia no processo de reconhecimento, já que há a possibilidade da introjeção do estigma territorial por parte dos moradores de áreas segregadas. Apesar de a temática do reconhecimento ser muito relacionada com as lutas travadas na esfera política por grupos distintos, ela também sugere a busca pela compreensão do processo de reconhecimento individual. Segundo Paiva (2006), através, por exemplo, daquilo que Honneth chamou de “teoria da subjetividade”, é possível analisar a relação entre o processo de interação social e a formação de identidade individual. Ao mesmo tempo, esta relação também estará implicada na luta pelo reconhecimento por parte de grupos sociais orientados pela busca por igualdade e pelo direito à diferença, já que, para determinadas sociedades, a luta também está centrada na realização plena da subjetividade dos indivíduos. Segundo Paiva (2006):

[...] se algumas sociedades conseguiram a universalização mínima dos direitos humanos, sejam eles os direitos civis, políticos ou sociais, reconhecendo, assim a necessidade de se atingir a igual dignidade dos indivíduos como ponto de partida para seus projetos de nação, esse reconhecimento da dignidade individual é, no entanto, ainda uma promessa distante para a grande maioria das sociedades ocidentais, como a brasileira. (PAIVA, 2006, p. 13)

Como discutido, apesar de haver uma jurisdição que impõe o reconhecimento de todos como iguais, na esfera cotidiana vários são os elementos flagrantes para a constatação de que não é toda a população brasileira que desfruta deste imperativo. As implicações, portanto, são concretizadas nas mais variadas formas de desrespeito social face ao não-reconhecimento de grupos e indivíduos. Uma dessas formas destacadas por Mattos (2006) corresponde ao não reconhecimento jurídico discutida por Honneth:

Este não-reconhecimento de direitos a determinados grupos tem como consequência o abalo no valor do auto-respeito, a sensação vivida pelos grupos não-reconhecidos de privação de direitos e exclusão social que fere o auto-respeito. Eles são feridos na expectativa intersubjetiva de serem reconhecidos como sujeitos de igual valor, capazes de formar um juízo moral. Referir-se de maneira negativa a um grupo ou a um indivíduo constitui uma ofensa social, colocando em xeque a estima social do indivíduo. Este perde a capacidade de se entender como um ser estimado por suas características e propriedades. (MATTOS, 2006, p. 95)

Mas, apesar do não-reconhecimento de direitos de determinados grupos e indivíduos propiciar uma interiorização da depreciação atribuída, Honneth acredita que os sentimentos de vergonha, vexação ou desprezo contêm um componente emancipatório na medida em que podem desencadear um processo de luta por reconhecimento, conformado nas ações dos movimentos sociais (MATTOS, 2006). Os operadores simbólicos como um elemento do *habitus* funcionam como dispositivos que deflagram a correspondência ou não das práticas cotidianas dos indivíduos aos espaços sociais por eles ocupados ou intentados. Os jovens da pesquisa, portadores de um *habitus* precário tal como Souza (2006) propõe, encontram no constrangimento um operador simbólico que lhes acena para a (im)possibilidade, por exemplo, de frequentar ou mesmo percorrer alguns espaços da cidade. Nesta perspectiva, o constrangimento ou o “mal-estar social” (SOUZA, 2006) inserem-se na sociabilidade cotidiana destes jovens como experiência elementar. Embora o constrangimento esteja diretamente relacionado com o decoro, como destaca Martins (1999), sua elaboração não passa pela via da racionalidade.

O imaginário social constitui a manifestação mais concreta da legitimação da distinção social. Ele é “constituído pelas percepções das pessoas de sua existência social, isto é, de como elas interagem e entram em acordo, das práticas sociais que as representam, que estão baseadas em noções normativas da vida” (MATTOS, 2006, p. 77). Este imaginário comporta um conjunto de inferências, projeções e expectativas de comportamentos nas relações sociais, sejam elas intersubjetivas ou mesmo institucionais. Como aponta Mattos (2006, p. 78), o “imaginário social é, portanto, normativo”. Já que, como discutido, o reconhecimento social possui suas bases na moralidade moderna e se manifesta no imaginário social, o não-reconhecimento também encontra respaldo nas mesmas fontes. Mesmo que este ato não seja, por vezes, passível da aplicação da lei na forma da sanção pela violação de direitos de algum indivíduo ou grupo, suas manifestações sutis também estabelecem ressonância na forma de auto-reconhecimento e na sociabilidade daquele sujeito não-reconhecido. As formas de socialização, como discutido por Setton (2002), encontram-se no mundo moderno cada vez mais pulverizadas nas várias dimensões da vida social. Portanto, a maneira como o indivíduo é reconhecido e se reconhece torna-se importante para seu processo de socialização.

As representações dos jovens sobre as (im)possibilidades que a cidade oferece aos seus habitantes, expressam o lugar por eles ocupado e, ao mesmo tempo, interfere na relação distância x proximidade que estabelecem com ela. A percepção de que a cidade não é disposta para toda a população é enfatizada em suas falas quando perguntados se Belo Horizonte é uma cidade para todos.

A cidade não foi projetada para quem é da região periférica da cidade. Percorrer os espaços mais chiques da cidade pra mim fica aflorada a questão da desigualdade. A desigualdade econômica que acaba refletindo na desigualdade social. Enquanto o sujeito tem um carro muito caro, o outro sujeito tá batalhando pra conseguir a passagem pra trabalhar. E quando você entra numa lanchonete [de um *shopping*] pra lanchar parece que eles têm um identificador: esse é pobre, esse é rico. Eles te tratam como se fosse diferente. (Jovem H, 17 anos)⁷⁵

As pessoas que moram na periferia não se sentem fazendo parte da cidade, fazendo parte da sociedade porque não desfrutam da cidade como as classes médias. A favela não se apropria destes espaços mais consagrados onde a população que frequenta é mais a classe média e alta e é justamente por causa disso. Pode até acontecer sim de vários jovens não

⁷⁵ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

terem nem conhecimento de alguns espaços públicos e nem nunca vai ter. (Jovem M, 19 anos)⁷⁶

Os jovens ressaltaram as consequências dos processos da desigualdade principalmente para a juventude residente de periferias, como podemos observar nas falas abaixo:

A sociedade criou uma parede entre duas juventudes. Onde o mundo de uma não relaciona com o mundo da outra. Parece que a sociedade falou assim: oh, quero criar a juventude da zona sul e a juventude da favela entendeu? Mas na minha opinião o grande problema é que o *playboy* vai ter muito mais oportunidade para ser o que ele deseja. A grande diferença é esta e ela começa na escola, pois a educação que eles têm não é a mesma que a gente, entendeu? A gente tem capacidade, mas o caminho pra gente é muito mais difícil. (Jovem M, 16 anos)⁷⁷

A gente sabe que pode estudar, pode fazer um mundo de curso de capacitação de tudo quanto é tipo. A gente pode até fazer faculdades, como alguns jovens daqui já fazem, mas tudo é mais difícil pra gente. Não vou dizer que temos que ser vítimas, mas a gente tem que ter a consciência de que quando a gente vai disputar uma vaga de trabalho, a gente só vai *conseguir disputar entre pobres mesmo*, pois se por acaso tiver alguém da zona sul estudado e bem tratado, essa pessoa vai levar. Não tenho preconceito contra jovem rico não, mas o mundo da gente é diferente e às vezes o sonho da gente é sonho sem asa, porque fica difícil de realizar. (Jovem H, 19 anos, grifo nosso)⁷⁸

A fala deste jovem remete à discussão sobre as implicações da organização do espaço sobre o cotidiano dos moradores e da forma de projetarem o futuro, já que as dificuldades em decorrência da falta de acesso aos bens materiais e simbólicos podem confiná-los em sua condição social, mesmo que eles aspirem uma melhora de vida. Um relato de uma jovem chamou atenção ao dimensionar o lugar (físico e simbólico) do Taquaril com relação à cidade.

O pessoal daqui fala que o Taquaril é muito grande, mas Belo Horizonte é muito maior e, por isso, parece muito distante... [respira fundo] pra gente. Eu só me dei conta disso quando passei a frequentar à PUC Minas e passei a ter que percorrer uma distância maior da casa para a escola. Eu pego dois ônibus pra ir e dois pra voltar. Aí a gente começa a pensar: o transporte, por exemplo, é muito difícil. E a questão do metrô? Por que que na favela não tem integração com o metrô? O jovem tem que ter acesso pra sair na cidade e conhecer direito a cidade, pois o Taquaril é grande, mas é menor do que a gente pensa quando a gente fala em acesso. Só quando você tem acesso a um outro olhar sobre a cidade, é que você começa a sentir mais a diferença do lugar [Taquaril], a desigualdade presente na cidade. (Jovem M, 18 anos – L)⁷⁹

⁷⁶ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁷⁷ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

⁷⁸ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

⁷⁹ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

Um último aspecto que merece ser destacado diz respeito ao fato de que, embora os jovens percebam as diferenças sociais como condicionantes do acesso desigual de pobres e não pobres à cidade e a outros direitos como o trabalho, educação etc., e as implicações concretas para as suas trajetórias, os jovens acabam estabelecendo um outro tipo de hierarquia baseada principalmente em características morais. Os jovens ressaltam o “valor” dos moradores de periferia e se auto-reconhecem como indivíduos diferentes. O fato de morarem onde moram com as condições precárias que lhes foram impostas confere aos moradores de periferia um *status* peculiar. A periferia torna-se o *locus* privilegiado da produção de cultura, arte, mobilização política e de reinvenções e possibilidades múltiplas de sobrevivências. Os moradores de periferia são, nas palavras dos jovens, especiais, guerreiros, honestos, inteligentes, vencedores, pessoas boas e que, portanto, se diferenciam qualitativamente dos demais moradores da cidade, entendidos como aqueles de outras classes sociais. A desqualificação social proporcionada pelo *habitus* precário é subvertida, portanto. Em outras palavras, nas periferias, tomando o caso do Conjunto Taquaril, a lógica da distinção entre indivíduos e grupos sociais e do reconhecimento social é reconfigurada, pelo menos nos espaços físico e social dos quais fazem parte, já que não há a garantia de uma contiguidade deste reconhecimento para além destes na cidade.

4.1.3 (Sobre)vivências: as (im)possibilidades presentes e futuras para a juventude do Conjunto Taquaril

As experiências da (des)igualdade vivenciadas pelos jovens pesquisados e a forma como reconhecem o lugar de moradia, seus vizinhos e a si próprios estabelecem o tamanho da cidade da qual fazem parte. Santos (2002) ressalta a perspectiva de que certas vivências da cidadania podem tornar a cidade pequena para determinados segmentos da população, levando-os a experimentar, mais intensamente, a idéia de finitude. Como discutido no capítulo 2, a (re)produção de um determinado espaço se concretiza não apenas sob condições objetivas, mas também por meio do que Lefebvre (2008) chamou de (re)produção de relações de produção e relações sociais manifestadas nas práticas, representações e modos de vida presentes na

experiência cotidiana das cidades. Os sentidos e imagens que os moradores das periferias urbanas dão aos próprios locais de moradia são expressões da forma como se relacionam e se apropriam da cidade no seu sentido mais amplo, já que a periferia não está apartada do restante do espaço urbano. Ao mesmo tempo, a apropriação da cidade como obra, como totalidade, é também viabilizada ou obstruída pelas representações dos lugares inscritas no imaginário social. O “*onde você mora?*”, portanto, pode significar um deslocamento no espaço físico e social ou mesmo um confinamento.

Para os jovens residentes das periferias a experiência da finitude (física e social) encontra-se mais presente do que para o restante da população, já que eles encontram mais dificuldades de acessar a cidade. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 84,9% da população jovem (15 a 29 anos) no Brasil vive atualmente nas áreas urbanas, sendo cerca de 1/3 em áreas metropolitanas e 2/3 em áreas não-metropolitanas. Deste percentual, quase 2 milhões de jovens são residentes de favelas e vivem em condições inadequadas de moradia (IPEA, 2008). O fato de morarem nestes locais pode não determinar, isoladamente, um certo confinamento dos jovens, mas já se torna garantia de um acesso mais restrito a determinados bens e espaços sociais. Vale considerar o crescente ingresso do jovem nos espaços virtuais, o que pode lhes garantir a possibilidade de conhecerem outros mundos. O acesso à internet nas periferias vem se tornando cada vez mais intenso, principalmente com a proliferação das chamadas *Lan Houses*. No Conjunto Taquaril há quatro estabelecimentos que oferecem este tipo de serviço. Os jovens entrevistados manifestaram ter inserção constante no mundo virtual. Este tipo de comunicação pode ampliar o universo do jovem, bem como suas perspectivas e aspirações. Ao mesmo tempo, chamou a atenção a dificuldade dos jovens em responder uma pergunta que parecia suscitar respostas longas e empolgadas. Sobre a circulação e apropriação dos espaços da cidade e de outros para além dela, foi questionado aos jovens qual ou quais os lugares que eles gostariam de conhecer ou de frequentar. Em todos os grupos focais e entrevistas individuais, prevaleceu um silêncio duradouro e expressivo, já que se percebeu um certo constrangimento manifestado nos rostos de alguns jovens. Apenas alguns poucos entrevistados se manifestaram, dentre eles uma jovem respondeu que gostaria de conhecer a Igreja da Pampulha. Caberia um estudo mais aprofundado sobre a dimensão do desejo, mas acreditamos que o silêncio pode indicar a relação, já discutida, entre lugar de moradia e *habitus* precário. Quanto às projeções em relação ao futuro, no entanto, os jovens se mostraram motivados a dizer sobre os planos e sonhos.

Um dos objetivos do trabalho era também o de aproximar das perspectivas de futuro dos jovens do Conjunto. De uma forma geral, os relatos sobre o futuro giraram em torno de três tipos de projeções. O primeiro corresponde à busca pela realização profissional como um desdobramento do acesso ao ensino superior. Todos os jovens manifestaram vontade de ingressar na faculdade e de poder exercer a profissão escolhida. Dos entrevistados, uma jovem faz parte dos 12, 7% de jovens entre 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior no país, segundo os dados do IPEA (2008). Ela se mostrou orgulhosa da condição de estudante de psicologia, mas demonstrou ter consciência quanto às dificuldades de permanência na faculdade.

Agora eu percebo que o difícil não é entrar na faculdade, o difícil é se manter. Eu tenho capacidade pra tá lá, mas sinto falta de infraestrutura. São coisas às vezes gritantes e às vezes sutis. Por exemplo, teve um trabalho de uma disciplina que era para produzir uma cartilha e todo mundo mandou pra gráfica e só eu usei impressora simples, ainda sim com dificuldade. A faculdade exige do aluno uma estrutura mais ampla para conseguir ficar lá. Uma interrogação muito grande é se vai dar pra terminar de fazer. Eu tenho bolsa do Prouni, mas tá “osso”. (Jovem M, 18 anos – L)⁸⁰

Questionada sobre como ela se vê daqui a dez anos, a mesma jovem responde sem rodeios:

Daqui a dez anos eu estarei finalizando o curso. É isso que eu vejo. Vou estar formando num curso que tem uma duração normal de cinco anos. Tenho convicção disso, pois eu entrei agora, mas é certo que terá semestres que eu terei que trancar para trabalhar e quitar as mensalidades atrasadas, além das contas de casa. (Jovem M, 18 anos – L)⁸¹

Os relatos dos outros jovens também ressaltaram as dificuldades imputadas à escolha por uma carreira universitária. Ainda sobre as projeções profissionais, destacou-se o fato de que todas as lideranças entrevistadas enfatizaram o desejo de se capacitar melhor para poderem desenvolver um trabalho qualificado voltado para a comunidade do Taquaril ou para comunidades de outras periferias de Belo Horizonte.

Outro tipo de projeção expresso pelos jovens correspondeu ao desejo de constituir uma família. Desde os mais jovens àqueles com idade próxima aos 24 anos manifestaram a vontade de conquistar uma moradia própria, casar e ter filhos. É importante destacar como a instituição casamento ainda se manifesta como um uma dimensão significativa de realização para os jovens pesquisados. Alguns deles já têm filhos, mas não são casados ou têm uma união estável. Duas

⁸⁰ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

⁸¹ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

jovens mães disseram desejar o casamento como possibilidade de sair de casa e não depender da família para a criação dos filhos, já que, segundo elas, são dependentes dos pais e não possuem a autonomia que gostariam de ter. Apenas uma jovem manifestou não desejar o casamento:

Não pretendo casar e muito menos ter filhos. Do jeito que ta indo eu tenho medo. Eu não sei: tem aquecimento global, o mundo ta acabando. E sério! Gente, daqui a dez anos? Eu fico pensando antes de fazer as coisas. Eu tenho medo. Eu acho muito bacana, mas não sei não. (Jovem M, 18 anos)⁸²

Ressalta-se também o fato de que a maioria dos jovens disse almejar um relacionamento com pessoas do próprio Conjunto ao serem perguntados se eles vislumbrariam uma união com algum(a) morador(a) do Taquaril. Este desejo revela um traço positivo já que, mesmo os jovens sendo moradores de um local estigmatizado, eles parecem não manifestar uma depreciação mútua por ocasião do lugar de moradia.

Um último aspecto muito ressaltado pelos jovens sobre a vida futura diz respeito ao lugar de moradia. Houve uma manifestação quase consensual sobre a perspectiva de poder continuar morando no Conjunto Taquaril. Apesar de ressaltarem as dificuldades e pontos negativos do lugar ao longo das entrevistas, principalmente à falta de infraestrutura e espaços de lazer, os jovens disseram gostar muito do lugar onde cresceram, constituíram amigos e raízes, como podemos observar nos relatos abaixo:

Eu tenho orgulho de morar aqui. Ah, porque aqui eu tenho muita amizade. Muita gente vê o bairro pelo lado ruim. Eu vejo pelo lado bom que é o melhor lado. Eu nunca mudaria daqui. (Jovem H, 18 anos)⁸³

Ser morador do Taquaril é um motivo de orgulho, lugar onde eu carrego no peito [...] Eu sou enraizado. Não é um discurso miserável não, mas é que o Taquaril é o que eu tenho de verdade. É a minha vida. É a minha identidade máxima. (Jovem H, 23 anos – L)⁸⁴

Eu não tenho vontade de mudar daqui, porque eu nasci aqui e quero morar é aqui. Aqui tem muita gente boa. (Jovem M, 22 anos)⁸⁵

Eu não quero perder meu vínculo com este lugar, mesmo porque é um lugar que eu gosto muito, que eu aproprio muito. Acho maravilhoso. Acho que o Taquaril é

⁸² Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

⁸³ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

⁸⁴ Dados da entrevista. Entrevista realizada em outubro de 2008.

⁸⁵ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

privilegiado por varias questões: a área verde que é grande, tem uma vista privilegiadíssima por ser alto, é próximo do centro, é um lugar muito aconchegante por causa das pessoas. Tem uma história de luta. (Jovem H, 19 anos –L)⁸⁶

Na observação realizada em campo, é notável a presença de um clima de vizinhança no Conjunto manifestado nos cumprimentos atenciosos e nas conversas nas esquinas, nos comércios, na praça, nas reuniões de articulação da comunidade e eventos de lazer. O Conjunto Taquaril apresenta-se como qualquer outro lugar onde as pessoas constituem vínculos, constroem suas famílias, amizades e planos e o próprio lugar. Neste sentido, o Conjunto apesar de sua peculiaridade, desperta, como qualquer outro, sentimentos positivos e negativos dos moradores sobre o espaço não só de reprodução, mas também de vivências. A fala de um dos jovens sobre o Taquaril diz do sentimento ambíguo que pode ser comum em moradores de diversas localidades.

Se eu disser que não pretendo sair daqui um dia, eu to mentindo. Se eu disser que eu quero sair, eu to mentindo também. (Jovem H, 17 anos)⁸⁷

Ressalta-se, entretanto, que a dimensão da violência e da criminalidade é sempre mencionada pelos jovens ao descreverem a vida no bairro, o que o diferencia, substancialmente de outras localidades de Belo Horizonte. Mas mesmo para os poucos jovens que disseram não pretender permanecer no Taquaril, foi destacado o desejo manifestado por eles de ver o Conjunto se transformar. Uma jovem apontou o fato de que para que ela possa contribuir nessa transformação, é preciso sair do lugar para “crescer”. Nas palavras da jovem:

A gente precisa crescer sempre e de repente pra eu crescer eu precisarei de sair do Taquaril. Para eu crescer eu preciso, por exemplo, estar mais perto do metrô, estar mais próxima das grandes vias de acesso à cidade de uma forma em geral e isso não vai acontecer tão cedo aqui no Taquaril. Mas acho que desta forma eu consigo mais coisas pra comunidade. Mesmo não estando aqui. Bem sei que a contribuição que poderei dar ao lugar eu terei que buscar lá fora, em outros lugares. E aí eu vou falar do Taquaril e conseguir, por exemplo, que os recursos venham pra cá se eu tiver trabalhando em algum projeto. (Jovem M, 18 anos – L)⁸⁸

Por fim, vale ressaltar que ao dizerem dos planos e sonhos, todos os jovens entrevistados, em maior ou menor grau, inseriram o Conjunto Taquaril como parte de suas próprias vivências e projeções e que, assim como eles próprios desejam “crescer na vida”, desejam, da mesma forma,

⁸⁶ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

⁸⁷ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em novembro de 2008.

⁸⁸ Dados da entrevista. Entrevista realizada em novembro de 2008.

“ver o Taquaril crescendo” e ser “reconhecido por todos, não apenas no mapa de Belo Horizonte”⁸⁹. Contudo, o fato de o lugar não ser provido de condições ideais para que os moradores tenham de fato uma boa qualidade de vida e as discriminações desencadeadas pelas imagens negativas que o Conjunto possui, não proporciona aos jovens principalmente a possibilidade de realização de seus planos e sonhos, individuais e coletivos, a não ser pela via do esforço e sacrifício redobrados. Mas como eles mesmos dizem, “viver no Taquaril significa não esperar tudo na mão, tem que saber correr atrás do que se quer”⁹⁰.

⁸⁹ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em outubro de 2008.

⁹⁰ Dados da pesquisa. Participação no Grupo Focal realizado em agosto de 2008.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou analisar os impactos dos processos de segregação dos grandes centros urbanos sobre a vida de jovens moradores de periferia, tendo o Conjunto Taquaril como objeto de investigação. Partiu-se do princípio de que o lugar de moradia e sua dinâmica interferem no modo como os jovens se reconhecem e interagem nos espaços da cidade. Pretendeu-se, com isso, uma aproximação das representações elaboradas pelos sujeitos da pesquisa sobre a dimensão da diferenciação social presente no espaço urbano e de suas vivências cotidianas. Acreditamos que a estrutura da dissertação possibilitou desenvolver e refletir sobre os objetivos perseguidos na pesquisa. Procurou-se, por meio da bibliografia utilizada, discutir a realidade brasileira no que diz respeito ao fenômeno da desigualdade social e suas manifestações espaciais expressas na organização territorial, atentando para os aspectos objetivos da segregação urbana e para os mecanismos simbólicos de reprodução da distinção social presentes nas grandes cidades. Consideramos que a pesquisa com os jovens possibilitou uma aproximação da forma como eles elaboram e vivenciam esta distinção, seja pelo relato das características adversas do Conjunto, e com as quais se deparam no cotidiano, seja por meio das experiências vividas nos espaços públicos da cidade. Todavia, algumas considerações ainda precisam ser tecidas.

Neste estudo, a periferia urbana foi retratada como fruto de um processo histórico constituído tanto pelas contradições da (re)produção do espaço quanto pela pluralidade das ações dos atores sociais. Apesar dos vários constrangimentos estruturais da metrópole sobre a periferia, ela não constitui um lugar apartado da dinâmica urbana, tanto no que diz respeito aos fluxos econômicos e políticos quanto às produções culturais e simbólicas sobre/da cidade. A idéia de uma cidade (bi)partida entre morro *versus* asfalto, formalidade *versus* informalidade, civilidade *versus* incivilidade e tantas outras oposições ligadas à negatividade da periferia e à cidade legal (ROSA, 2006), desconsidera as complexidades presentes no espaço urbano e a performatividade possível na vida cotidiana. Contudo, não se pretendeu incorrer na perspectiva de autonomização da periferia. Como destaca Rosa (2006), na vertente de estudos que tomou os espaços periféricos da cidade como aqueles constituídos não apenas pelo viés das condições materiais objetivas, mas também pelos modos de vida peculiares a esses espaços, havia também a tendência de observá-los como separados e independentes da cidade. A dinâmica na qual são absorvidas as várias

dimensões da vida urbana e os vários atores e espaços sociais, é permeada por conflitos, constrangimentos e disputas, mas também por negociações e (re)invenções do social. Neste sentido, os jovens pesquisados não foram tomados como excluídos da vida urbana, mas como atores sociais. Considerou-se que estes jovens se encontram num movimento ambíguo que os insere e, ao mesmo tempo, os impossibilita de desfrutar de uma vivência mais emancipadora que os ares da cidade poderiam lhes proporcionar. A cidade, como um espaço capturado e propagador dos signos da cultura do consumo, possibilita aos indivíduos *teatralizar a igualdade* (MARTINS, 2002) e, na mesma medida, proporciona uma ambiência social onde são reafirmados os desígnios de uma estrutura social hierárquica. Desta maneira, a condição juvenil de jovens moradores de áreas segregadas dialoga com as promessas da modernidade, mas não com suas possibilidades de realização.

A cidade e sua dinâmica aparecem para os jovens pesquisados como contradição. A experiência urbana possibilita a eles a visualização de mundos sociais diferentes e o mapeamento de comportamentos e práticas sociais que lhes dizem sobre eles próprios e os conduzem a um lugar determinado: o da subalternidade, apesar de terem consciência dos seus direitos como cidadãos. O lugar de moradia não é determinante no processo de reconhecimento, mas por meio dos relatos foi possível considerar que os jovens entrevistados levam no corpo a própria periferia nos espaços que frequentam e circulam vivenciando, assim, os imperativos simbólicos da segregação urbana pela introjeção do estigma. Além das dificuldades e até mesmo das impossibilidades de acessar bens materiais e imateriais e de atingir uma mobilidade social significativa numa realidade em que, cada vez mais, os exige mais aptos para lidar com a dinâmica do mercado de trabalho e da sociedade da informação, os jovens também experimentam um dispositivo invisível de controle de conduta que os limita num lugar social. Da mesma forma, os espaços da cidade também guardam sentido e poder, atraindo determinados tipos sociais em detrimento de outros e funcionam também como dispositivos que deflagram a condição social daqueles que o frequentam ou intentam frequentar. A forma como os jovens se veem e se reconhecem e o modo como tomam a dimensão do lugar de moradia como um elemento constitutivo de sua identidade, desencadeia impactos diretos sobre a apropriação da cidade, não da apropriação estritamente de um espaço ou outro, mas da cidade como uma totalidade, como possibilidade, como obra (LEFEBVRE, 2006). A (re)produção das relações de produção discutidas por Lefebvre (2008) e os mecanismos que invisibilizam a desigualdade social

refletidas por Souza (2006) encontram nos espaços da cidade a sutileza necessária para sua manifestação na vida cotidiana, para a reprodução da subcidadania por meio de uma cultura da dissimulação. É importante reforçar que, embora a sociedade brasileira experimente um contexto de igualdade de direitos, nos encontramos, na atualidade, circunscritos às mesmas formas de perceber e lidar com o outro como discutido ao longo do trabalho, onde não só as formas objetivas de exclusão e marginalização são reproduzidas, mas também as formas morais e simbólicas de fazer com que o pobre permaneça num lugar “apropriado” (a ele apropriado e por ele apropriado).

A percepção da desigualdade e o reconhecimento por parte dos jovens de que eles se constituem como indivíduos diferentes, mas não apartados do todo social, mostrou-se, na nossa concepção, como uma tomada de consciência e não como uma manifestação alienada ou submissa. A pesquisa junto aos jovens apontou para o fato de que eles, como atores sociais, se colocam diante da realidade que os cerca e os confina como indivíduos situados, reflexivos, conscientes da condição que lhes foi reservada dentro do processo social que diferencia os indivíduos. A desigualdade como forma peculiar de experimentar o mundo e, portanto, como um elemento de socialização, apresenta-se para os jovens como o contraponto dos signos da igualdade propagados principalmente no espaço urbano, já que ela não passa pelo discurso, mas pela vivência. Ao mesmo tempo e por esse motivo, os jovens parecem travar uma luta cotidiana para poderem ser inseridos em outro patamar social, para serem reconhecidos e seus desejos legitimados, não necessariamente pela via da instância política, mas por meio de práticas “silenciosas” e individuais, manifestadas na constatação de que eles “têm que correr atrás”. Parece ambíguo, mas esta é uma das formas que os jovens utilizam para se esquivarem dos estigmas e também para não internalizarem e acomodarem a depreciação.

A sociabilidade dos jovens no Conjunto Taquaril presente no universo da rua, nos espaços dos projetos e programas sociais, na escola e nos eventos comunitários, propicia uma cumplicidade da condição juvenil em que vivem, na medida em que compartilham das mesmas adversidades materiais, da ameaça do tráfico e crime locais e, principalmente, da dificuldade de encontrar emprego e boas oportunidades no mundo lá fora e que terá ressonância no futuro próximo destes jovens. Todavia, as experiências da igualdade são elaboradas principalmente nos espaços do bairro. Não que esses jovens não a vivenciem em outros espaços da cidade ou em eventos onde há a possibilidade de “suspensão momentânea de posições sociais” (FRÚGOLI Jr.,

2007) e, portanto, de ampliação de suas vivências. Mas a sociabilidade interna se mostra uma importante instância mediadora que diminui a distância entre a vida cotidiana e as impossibilidades postas a esses jovens pela sociedade. A experiência subjetiva da desigualdade é, portanto, abrandada nos espaços do bairro. As redes de relações formadas nos grupos religiosos, políticos e culturais aos quais pertencem, na escola, nas comunidades virtuais etc. são importantes para pensarmos as variantes de uma *sociabilidade* mais democrática do *jovem simples*. Porém, se estas redes ampliam suas perspectivas e, por extensão, o próprio território simbólico do Conjunto Taquaril, Belo Horizonte é, infinitamente, maior e poderia sê-lo para os jovens moradores das periferias segregadas da cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ABREU, Renato de Paula. **As (im)possibilidades de irrupção de necessidades radicais na periferia por meio do trabalho com jovens dos Programas Fica Vivo e Agente Jovem. Estudo de caso: Conjunto Taquaril**. 2008. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALMEIDA, Miguel Renato de. **Favela, arte e juventude: pensando a relação entre ações artístico-culturais e identidades no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte**. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANDRADE, L. T. .Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas na RMBH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003, p. 180-204.

ANDRADE, L. T.; MENDONCA, Jupira. G. . Estudos de bairros: construindo uma metodologia qualitativa com suporte quantitativo. In: **31 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2007, Caxambu, 2007.

ANDRADE, L. T. . **Singularidade e igualdade nos espaços públicos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 2, p. 12-24, 2007

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Habitação. **Revisão e detalhamento das áreas de ocupação restrita do Plano Diretor do Conjunto Taquaril: Etapa 2 – Levantamento de dados**. 2001.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BICHIR, Renata M.; TORRES, Haroldo; FERREIRA, Maria. Jovens no município de São Paulo. In: **R. B. Estudos urbanos e regionais**. São Paulo, 2004, v. 6, n. 2, p. 53-69.

BOURDIEU, P. **Coleção Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A ordem das coisas. In: BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.81-101.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.159-167.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 39-72.

BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello. Espaços Urbanos: a geografia das grandes aglomerações no Brasil. In. RIBEIRO, Luiz C.; ALVES DOS SANTOS JUNIOR, Orlando (Org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

BRASÍLIA. Secretaria de Assuntos Estratégicos. IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Texto para discussão n. 1335. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf. Acesso em: agosto de 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994.

CARRANO, Paulo C. R. **Os jovens e a cidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Alice R. de. "Cidade escassa e violência urbana". **Séries Estudos**, IUPERJ, Rio de Janeiro, n. 91, agosto de 1995. Disponível em:

<http://www.cedes.iuperj.br/banco%20artigos/Direito%20Cidade/maria%20alice.pdf>. Acessado em julho de 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE. **Plano Diretor do Taquaril**: levantamento de dados. Belo Horizonte, 1999.

CORROCHANO, Maria C. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Ação Educativa, 2007, p. 159-196.

COURA, Claudineia Pereira. **A juventude como um grupo político**: o papel da identidade na busca por direitos políticos. 2005. 76f. Monografia. (Ciências Sociais). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, H. S. M. . Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MÓR Roberto Luís de Melo *et al.* (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, v. 1, p. 51-77.

CRISP/UFMG. **Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e Padrões de Criminalidade no Alto Vera Cruz/Taquaril**. Relatório para Programa Fica Vivo, 2004.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº. 24, 40-53, set./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Escola e culturas juvenis. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAYRELL, Juarez; LEO, Geraldo; REIS, Juliana Batista. Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil. In: SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Espaços e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência:** gangues, galeras e o movimento Hip Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e modernidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (Org.) **A aventura antropológica teoria e pesquisa.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FERNÁNDEZ, Manuel J. La construcción social de la pobreza en la sociología de Simmel. **Cuadernos de Trabajo Social.** Madri: Universidad Complutense de Madri, 2000, v. 13, p. 15-32.

FORACCHI, Marialice. M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.
FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org). **Políticas públicas:** juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FRIDMAN, Luis Carlos. Morte e vida favelada. In: MACHADO DA SILVA, Luiz (Org). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

FRÚGOLI, Jr., H. **Sociabilidade Urbana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (MG). **Gestão do espaço metropolitano:** homogeneidade e desigualdade na RMBH. 2 v. Belo Horizonte: FAPEMIG, FJP, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais.** Brasília: Líber Livro, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 13ª edição, 2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo, EDUSP, 1993.

GIDDENS, A. **Novas Regras do Método Sociológico**. Rio, Zahar, 1978.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7º ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HOURI, Luciana Felicíssimo. **Políticas de produção de moradias e segregação residencial**. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2008/default.shtm>. Acesso: set. 2008.

JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte**: itinerários da cidade moderna (1891-1920). 1992 . 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte.

KAZTMAN, R. e Filgueira, C. “Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades. In: **Documento de la Comision Econômica para América Latina y Caribe**, Montevideo, CEPAL, 1999.

KAZTMAN, Ruben. Seducidos y abandonados: El aislamiento social de los pobres urbanms. Extraído de la **Revista de CEPAL** nº 75 de diciembre de 2001. Version no editada.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. **Novos Estudos**, no. 63, São Paulo, CEBRAP, 2001, pp. 9-30.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. In: **Econômica**, v. 4, nº 1, p. 25-59, junho de 2002.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira . A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social de jovens pobres. In: **27a. Reunião Anual da ANPED**, 2004, Caxambu. Anais. Rio de Janeiro : ANPED, 2004. p. 1-18.

LEFEBVRE, Henri. Reflexões sobre a política do espaço. In: **Espaço e sociedade**: Paris. (NT), 1970.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz, A M.. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: Luiz César Queiroz Ribeiro (Org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004, v.1, p. 291-351.

MACHADO DA SILVA, Luiz, A M., LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, pp. 545-591, set./dez. 2007.

MACHADO DA SILVA, Luiz (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACIEL, Carlos A. Batista. O habitus precário e as danças da subcidadania. In: SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 239-258.

MAGALHÃES, Lillianne Sousa. **Participação de jovens em grupos culturais e mobilidade no espaço urbano de São Paulo**. 2008. 306 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, jun 2002, v. 17, n. 49, p. 11-29.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo social**, v. 17, n. 2, 2005, p. 173-205.

MARTINS, José de Souza (Org). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 3 ed., 2007.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento social: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Annablume, 2006.

MAZZOTTI, Alda J. A. Usos e abusos dos estudos de caso. In: **Cadernos de Pesquisa**, 2006, v.36, n. 129, p. 637-651.

MENDONÇA, Jupira. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003, p. 119-158.

NEVES, Jorge Alexandre; HELAL, Diogo Henrique. Associativismo, capital social e mercado de trabalho. In: **Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.61-72.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Moeda, 2003.

PAIS, José Machado. Jovens e cidadania. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 49, 2005, p. 53-70.

PAIVA, Ângela Randolpho. Apresentação. In: MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento social**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, ANPED, n° 5/6, 1997.

PICCOLO, Fernanda Delvallas. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: FRUGOLI Jr., H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A (Org). **As cidades e seus agentes: praticas e representações**. Belo Horizonte/São Paulo: PUC Minas e Edusp, 2006, p. 330-352.

PRATES. Antônio Augusto Pereira; CARVALHAES, Flavio Alex. Capital Social e Redes Sociais: conceitos redundantes ou complementares. In: **Desigualdades Sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 47-60.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, Luiz C. Q. Segregação residencial e Políticas Públicas: Análise do espaço social da sociedade na gestão do território. NETO, Elias; Bogus, Claudia Maria (Org). **Saúde nos grandes aglomerados urbanos**. Brasília: OMS. OPAS, MS, 2003.

RIBEIRO, Luiz C. Q. y ALVES DOS SANTOS JUNIOR, Orlando. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **EURE** (Santiago). [on-line]. dic. 2003, vol.29, no.88 [citado 14 de Agosto 2007], p.79-95. Disponible en la World Wide Web: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>.

RIBEIRO, Luiz C. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. In: **Cadernos Metrôpole – desigualdade e governança**. São Paulo: Editora PUC/SP Educ, n. 13, 2005, p. 47-70.

RIBEIRO, Luiz C.; CRUZ, Gisele dos Reis; MABERBA, Juliana Eleuze. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar à partir de um enclave urbano. A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro. In: **Observatório das Metrôpoles**, 2007. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/texto_lcqr_cruzada.pdf. Acesso em: dezembro de 2007.

RILEY, Matilda W.; NELSON, Edward E. **A observação sociológica**: uma estratégia para um novo conhecimento social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROSA, Thais Troncon. Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões. In: **Reunião Brasileira de Antropologia**. Goiânia, 2006.

SANSONE, Lívio. Jovens e oportunidades: as mudanças na década de 1990 - variações por cor e classe. In: HANSENBALG, C. e SILVA, Nelson do Valle (Org.). **Origens e destinos – Desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro. Topbooks, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SARAVÍ, Gonzalo A. Segregação urbana y espacio publico: los jóvenes em enclaves de pobreza estructural. In: **Revista de la CEPAL**, 2004, p. 33-48.

SCALON, Celi (org). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo social**. São Paulo, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a15v17n2.pdf>. Acesso em outubro de 2008.

SIMMEL, Georg. El Pobre. In: **Sobre la individualidad y las formas sociales**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002: p. 218-246.

SIMMEL, Georg. La libertad y el o individuo. In: **Sobre la individualidad y las formas sociales**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002: p. 283-291.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAIS, R; VANNUCHI, P. (Org). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

SOGAME, Mauricio. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: **Geografares**, Vitória,. nº 2, 2001.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé (Org). **A invisibilidade da desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SPOSATI, Aldaíza *et al.* A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e mediações. In: **Segregações urbanas**. Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan-jul/2004.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflito e ação coletiva na cidade. **Tempo social**, v. 5, n. 1 e 2, 1993.

SPÓSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 6/7, 1997.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Oscar Dávila Leon: **Políticas públicas de juventud en America Latina: politicas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes (Org). **Espaços e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

TEIXEIRA, João Gabriel; SOUZA, José Moreira. Espaço e sociedade na grande BH. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003, p. 19-42.

TELLES, Vera da Silva. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006, p. 173-195.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana. In: **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (Org). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Relatório de desenvolvimento Juvenil 2007**. Brasília: Ritla, 07.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e indiferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 7-72.

APÊNDICE - Roteiro do Grupo Focal e da Entrevista Individual

1- Identificação inicial

- Nome
- Idade
- Escolaridade (onde estuda)
- Família (se mora com os pais, quantos irmãos possui, se tem filhos)
- Trabalho

2- Relação com o conjunto

- Há quanto tempo vocês moram no Conjunto Taquaril?
- Como é viver no Taquaril? Como é a vida dos jovens que moram aqui?
- Vocês conhecem todo o Conjunto?
- O que existe no Conjunto no que diz respeito a equipamentos públicos? Vocês os utilizam? E quanto aos projetos? Vocês acreditam que eles (equipamentos/projetos) sejam suficientes para as necessidades dos moradores do Conjunto?
- Vocês acham que falta alguma coisa no Conjunto? O quê?

3- Perspectivas de futuro (trabalho, educação, família etc)

- Qual carreira vocês pretendem seguir?
- Vocês pretendem continuar os estudos? Se sim, o que pretendem cursar? Onde pretendem estudar?
- Como vocês se vêem daqui há 10 anos?

4- Representações do Conjunto Taquaril

- Vocês sabem como o Conjunto Taquaril se formou? Sua história, sua criação?
- Como vocês acham que o Taquaril é visto pelos moradores de outros lugares da cidade? Esta visão é muito diferente da visão que vocês têm sobre o lugar? Vocês acham que esta visão atrapalha ou ajuda os moradores do Taquaril?

- Como as pessoas reagem quando vocês dizem que moram no Conjunto Taquaril?
- Como vocês vêem a relação entre o Conjunto Taquaril e a questão da violência?
- Vocês acham que o Taquaril é diferente dos bairros do entorno (bairros vizinhos)?
- Vocês já precisaram mentir sobre o local de moradia em alguma situação? Por quê?

5- Relação com o conjunto e com a cidade

- O que vocês costumam fazer no Conjunto? Vocês costumam se divertir no Taquaril ou saem para outros lugares? Quais os lugares da cidade que vocês costumam frequentar?
- De onde é a maior parte dos seus amigos: do bairro, da escola, do trabalho ou de outros bairros? Vocês participam de algum grupo (cultural, esportivo, religioso etc) ou associação do bairro ou fora dele?
- Para quê vocês costumam sair do bairro: para ir à escola, ao trabalho, passear ou por outros motivos?
- Vocês costumam ir ao centro? Quais os lugares do centro que vocês mais gostam? Vocês se sentem à vontade nestes lugares? E em outros lugares da cidade?
- Vocês já deixaram de ir a algum lugar por causa de: violência, falta de dinheiro, falta de informação ou por algum outro motivo? Se sim, quais foram estes lugares?
- Há lugares na cidade que vocês não vão, mas que gostariam de ir? Por que?

6- Percepção da desigualdade

- O que vocês acham da expressão: “Todos somos iguais perante à lei”
- Na opinião de vocês, Belo Horizonte é uma cidade onde todos são iguais?
- Vocês se consideram iguais ou diferentes de jovens de outros bairros? E de outras classes sociais?
- Vocês acham que os jovens que moram no Taquaril tem o mesmo acesso (trabalho, lazer, consumo etc) que os jovens que moram em outro lugar? Por que?
- Ao que vocês gostariam de ter acesso? Por que vocês acham que não tem acesso ao que vocês mencionaram?

- Por qual motivo vocês acreditam estarem fazendo parte do Projeto? Na opinião de vocês, porque o Projeto está sendo desenvolvido no Conjunto Taquaril? E os outros projetos existentes?

7- Retomada

- Para vocês, qual é a marca do Taquaril? Qual sua principal característica?
- Para vocês, o Taquaril é um lugar bom para se viver? Se não, o que falta?
- Vocês tem vontade de mudar do Taquaril? Por que?
- Qual é o maior sonho de vocês?